

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DOUTORADO**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Jaime Quintanilha Gomes

**EMPODERAMENTO COMO SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
UM ESTUDO DE CASO**

Santa Cruz do Sul, julho de 2011

Jaime Quintanilha Gomes

**EMPODERAMENTO COMO SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
UM ESTUDO DE CASO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa: Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Virgínia Elisabeta Etges

Santa Cruz do Sul, julho de 2011

Jaime Quintanilha Gomes

**EMPODERAMENTO COMO SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
UM ESTUDO DE CASO**

Esta Tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa: Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Dr^a Virginia Elisabeta Etges

Orientadora

Dr^a Heleniza Ávila Campos

Dr^a Erica Karnopp

Dr. Leonel Piovezana

Dr. José Luiz de Moura Filho

*Ao Jerônimo Gomes
Com todo o meu amor*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares.

Agradeço aos meus colegas, funcionários e professores da UNISC, especialmente a professora orientadora Virgínia Elisabeta Etges.

Agradeço também a colaboração da professora Heleniza Ávila Campos. Agradeço a ELETROBRAS/CGTEE, na cidade de Candiota.

Agradeço ao doutor Eduardo Sevilla Guzmán por ter aceitado e orientado esta e outras ideias durante os nossos últimos anos acadêmicos na Universidad Internacional da Andaluzía (Espanha), na minha estada para o mestrado e na Universidad de Córdoba (Espanha), durante a realização presencial do programa de doutorado em “Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Sustentável”.

Agradeço ao doutor Tomás R. Villasante pela ajuda em relação à compreensão da prática e a compreensão da utilização da metodologia participativa no que diz respeito à comprovação empírica da mesma, bem como agradeço a senhora Loli Hernández por suas críticas muito pontuais, por sua dedicação espontânea e palavras afetivas.

Agradeço também ao doutor “Pepe” José Taberner Guasp por sua inspiração filosófica, ao doutor Eduardo Quintanar (Lalo) pela compreensão e sensibilidade, ao doutor Juan Carlos Rivero. Quero deixar meu agradecimento também à senhora Maria Angeles Plata pela sua infindável paciência, dedicação e facilitação por intermédio de seu ofício estratégico no Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos (ISEC) da Universidad de Córdoba (Espanha), ao Ecoarte, ao tio Nilo Romero. Fica também meu mais profundo sentimento de gratidão a todos aqueles que durante estes últimos anos cruzaram o meu caminho, e que, de uma forma ou de outra fizeram debates, diálogos, discussões e interferiram com as suas ideias e com os seus questionamentos favorecendo sempre o aprofundamento e a melhoria das questões relativas ao tema do empoderamento e da sua possibilidade de melhoria da qualidade de vida das pessoas, dentre elas Ronaldo Fuchs (*in memoriam*).

E por último, mas não em ordem de importância, fica meu mais dedicado agradecimento ao pessoal da Rua Márcilio Dias no Passo do Onze (Canhada do Sapo) por sua participação e colaboração espontânea para a constituição desta tese de doutorado.

As ciências não têm consciência de que lhes falta uma consciência.

(MORIN, Edgar. Ciência com consciência)

RESUMO

A compreensão de uma gestão local que equacione e reequilibre os aspectos sociais, ambientais e econômicos, partindo da base de uma localidade específica, é uma das condições para a consecução do desenvolvimento regional sustentável. Neste trabalho procurou-se organizar alguns dos elementos constituintes de empoderamento humano, como a participação e a organização comunitária, retroalimentando a própria comunidade e objetivando potencializar o desenvolvimento regional através de ações participativas localizadas, a partir de uma pequena comunidade degradada ambiental, social e economicamente. Como estratégia de desenvolvimento local, buscou-se constituir uma transformação da perspectiva dos atores sociais, criando coletivamente propostas de ações alternativas que dissessem respeito à melhoria da sua qualidade de vida. Através da investigação-ação-participação facilitou-se a construção da organização comunitária; facilitou-se também a construção de estratégias e manutenção de atividades sustentáveis para o Passo do Onze, na Rua Marcílio Dias, em Bagé, centrados na participação, bem como se estimulou uma maior integração social nesta localidade por meio de uma conscientização de sua importância estratégica como ecossistema essencial para a recuperação do arroio Bagé. Essa efetivação da investigação-ação-participação deu-se com a utilização de técnicas como entrevistas e oficinas de devoluções que provocaram e proporcionaram um envolvimento social, estimulando o empoderamento das pessoas. E isso veio a promover uma nova perspectiva de transição ambiental, social e econômica, no sentido de criar um fundamento para o desencadeamento do desenvolvimento regional, partindo desta base local.

Palavras chave: Participação; capital social; empoderamento; qualidade de vida.

ABSTRACT

Understanding local management that equates and rebalances social, environmental and economic aspects starting from a specific location base is also a condition for the achievement of sustainable regional development. In order to obtain that, some of the constituents of human empowerment as participation, community organization and self-esteem have been organized, feeding the community back and aiming to strengthen regional development through participatory actions originated from an environmentally, socially and economically degraded small community. As a local development strategy we attempted to constitute a transformation of the perspective of social actors, collectively creating proposals for alternative actions concerning improvement toward quality of life. Community organization construction was facilitated through research-action-participation. In addition, strategy construction and sustainable activities maintenance were also facilitated for Passo do Onze, on Marcílio Dias Street in Bagé. The focus was on participation. Greater social integration has been encouraged in that location through understanding and awareness of its strategic importance as an essential ecosystem for the improvement of Bagé stream thus raising people's self-confidence. The effectiveness of this research-action-participation was shown through the use of techniques such as interviews and devolution workshops which encouraged social participation and empowerment of individuals. These actions created a new perspective for an environmental, social and economic transition in order to create grounds for fostering regional development from this location base.

Key words: Participation; social joint stock; empowerment; quality of life.

LISTA DE FIGURAS

1 - Abrangência Estadual da Mesorregião Metade Sul/RS.....	70
2 - Mapa de Bagé: segunda perspectiva indicando o local da investigação.....	71
3 - Mapa de Bagé: primeira perspectiva do segmento da Rua Marcílio Dias, no bairro do Passo do Onze, no centro da cidade.....	71
4 - Imagem de satélite, perspectiva do Arroio Bagé no Passo do Onze (01).....	72
5 - Imagem de satélite, perspectiva do Arroio Bagé no Passo do Onze (02).....	73
6 - Imagem de satélite, perspectiva do Arroio Bagé no Passo do Onze (03).....	74
7 - Localização da Bacia do Rio Negro.....	75
8 - Caracterização das unidades hidrográficas da Bacia do Rio Negro.....	76
9 - Estrutura do VAB (%).....	77
10 - PIB (R\$ mil).....	77
11 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.....	78
12 - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE.....	79
13 - Idade dos moradores.....	80
14 - Escolaridade.....	80
15 - Profissão.....	80
16 - Renda.....	81
17 - Mata que conforma às margens do arroio Bagé ao fundo das residências no segmento da Rua Marcílio Dias.....	89
18 - Ponte do Passo do Onze.....	90
19 - Construção ilegal à frente da Canhada do Sapo, Passo do Onze.....	91
20 - Enchente no segmento da Rua Marcílio Dias, Passo do Onze.....	94
21 - Ponte do Passo do Onze sob a água.....	94
22 - Primeira Oficina de devolução criativa à Rua Marcílio Dias, Passo do Onze.....	104
23 - Participação feminina nas votações da Assembleia de constituição da Associação dos Moradores.....	107

LISTA DE TABELAS

1 - Distribuição espacial da população nos municípios da Bacia do Rio Negro.....	77
2 - Relação família e atores.....	79
3 - Composição dos investigados.....	81
4 - Relação famílias/atores/entrevistas.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS

CGTEE	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
CITE	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
DAEB	Departamento de Água e Esgotos de Bagé
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FARSUL	Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
IAP	Investigação Ação Participação
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IETS	Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade
INBIO	Instituto Nacional de Biodiversidad
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
PNUD	Programa Nacional do Desenvolvimento Humano no Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
RS	Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 TRANSFORMAÇÃO SOCIAL SOB A ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE E A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL.....	19
1.1 A liberdade como estratégia de desenvolvimento.....	23
1.2 Empoderamento humano.....	28
1.3 Perspectiva de melhoria na qualidade de vida.....	36
1.4 Relação entre o desenvolvimento local e o desenvolvimento regional.....	49
1.5 Aproximação da racionalidade ambientalista: o vínculo entre a integração local, a análise de redes sociais e o desenvolvimento regional sustentável.....	53
2 A CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS.....	66
2.1 A formação do município de Bagé no contexto regional da Metade Sul.....	66
2.2 Caracterização do sistema hidrográfico do município.....	74
2.3 Atividades econômicas e indicadores de qualidade de vida da população local.....	76
3 PROCESSO DE EMPODERAMENTO HUMANO NA PERSPECTIVA DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NA LOCALIDADE.....	83
3.1 A composição dos indicadores.....	86
3.2 Elementos constituintes de empoderamento humano.....	100
3.3 Oficinas de devolução.....	103
3.4 Propostas de construção de ações coletivas.....	108
3.5 Repercussão do processo participativo na visão de lideranças locais.....	111
4 EMPODERAMENTO COMO SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA COMUNIDADE DA RUA MARCÍLIO DIAS.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	141
ANEXOS.....	155

INTRODUÇÃO

Parte-se, neste trabalho, da concepção de território entendido como campo de forças, com ênfase na dimensão relacional que se manifesta nos âmbitos global, regional e local. As territorialidades, resultantes desse processo, são expressões das formas de poder engendradas em cada território e imprimem, nos diferentes lugares, formas próprias de competitividade e solidariedade que, articuladas, dotam de dinamicidade o todo social. Dessa forma, dialogar, cooperar, empoderar, são componentes de relações que conformam, neste caso desde uma perspectiva local, a dimensão territorial que permeia este trabalho.

Assim, há uma possibilidade de entendimento e aproveitamento de estratégias políticas participativas desde uma dimensão mais próxima da comunidade. Então, a percepção da territorialidade transforma-se, ajustando-se a esta nova concepção, favorecendo a integração entre alternativas políticas estabelecidas a partir das ações desenvolvidas com caráter endógeno. Significa dizer também que a simples fragmentação, antes aceita como paradigma de compreensão do espaço, não atende à realidade presenciada no lugar objeto deste estudo.

Enquanto estudo de caso amparado nesta abordagem, buscou-se compreender uma realidade particular vivenciada pelos atores sociais que habitam as margens do arroio Bagé, mais especificamente os moradores da Rua Marcílio Dias, no bairro do Passo do Onze, na área urbana de Bagé, RS. Partiu-se, de uma perspectiva local, que serviu como suporte à planificação estratégica situacional, ou seja, de uma apreciação com enfoque ambiental, social e econômico, que proporcionasse encaminhamentos de ações mais criativas para a recuperação e para a manutenção sustentável do arroio Bagé. Capturaram-se, através de técnicas de pesquisa participativa, algumas relações entre os atores sociais envolvidos e alguns dos problemas por eles vivenciados.

Utilizou-se uma abordagem qualitativa da realidade em estudo, destacando aspectos de sua formação e situação atual. A partir de uma perspectiva dialética, fundada na investigação-ação-participação, aplicaram-se técnicas de pesquisa como entrevistas (com uma primeira série em 2005 e uma segunda série em 2011), observação participante (realizada nos anos de 2005 e 2006) e oficinas de devoluções (realizadas no ano de 2006), que provocaram e proporcionaram um envolvimento e uma integração social, fomentando e estimulando o

empoderamento das pessoas, entendido como ferramenta de promoção de uma transição em direção a uma nova perspectiva ambiental, social e econômica nesta comunidade. Este período de tempo compreendido pelos anos de 2005 e 2011, no qual também se efetivou a investigação nos trabalhos de campo, diz respeito à transição acadêmica entre a Universidad de Córdoba (UCO), na Espanha, local de desenvolvimento da primeira etapa do programa de doutoramento e a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), no Brasil, local da conclusão desta tese.

Os procedimentos metodológicos utilizados na fase inicial permitiram a análise das condições de exequibilidade da pesquisa, das negociações prévias até um plano provisório de pesquisa; na fase de execução, ela exigiu a definição clara dos objetivos, a gestão da participação, recolhimento de dados, proposição de estratégia de ação, execução e avaliação da ação e, na fase final, o acompanhamento durável das ações propostas para que a pesquisa não se esgotasse nas conclusões formais de um texto (CHIZZOTTI, 2006). Segundo esse autor, a pesquisa participativa tem como pressuposto a democratização da produção do conhecimento e da sociedade, e o desenvolvimento da justiça social. Chizzotti (2006) afirma que esse tipo de investigação não é mero conjunto de métodos, meios e técnicas, mas se fundamenta em uma ética e em uma concepção alternativa da produção popular do conhecimento, segundo a qual as pessoas comuns são capazes de compreender e transformar sua realidade. Trata-se, para Chizzotti (2006), de um modelo e de um meio de mudança efetiva para a qual os sujeitos implicados devem elaborar e trabalhar uma estratégia de mudança social. Nesse contexto, o pesquisador assumiu o papel de intermediador do processo de pesquisa, organizando a participação, as condições de discussão e de análise, redigindo ou garantindo o registro da discussão e da decisão que deveria retroalimentar as discussões ulteriores. O trabalho de síntese e o registro das análises e deliberações, que serviram para reuniões subsequentes, foram fundamentais para a elevação dos níveis de conhecimento na ação.

A estratégia que partiu da premissa da importância do processo participativo, a partir de dentro de uma pequena localidade, foi considerada como um embrião, e com possibilidades de contribuição/suporte para o desenvolvimento local em uma perspectiva horizontal, ou seja, o segmento da Rua Marcílio Dias, às margens do arroio Bagé, no bairro do Passo do Onze, no centro da cidade de Bagé.

Partindo-se dessa concepção geral, tratou-se de facilitar condições organizacionais que

gerassem o empoderamento dos atores sociais envolvidos; tratou-se também de definir redes de colaboração e ampliá-las, dando suporte ao entendimento desta pequena comunidade, para que os mesmos pudessem refletir, individualmente e coletivamente, e pudessem também protagonizar o seu desenvolvimento, enquanto indivíduos, bem como de sua localidade e, dessa forma, se tornassem capazes de formar parcerias maiores dentro do contexto do nível do desenvolvimento regional, ancorado na participação e na sustentabilidade.

Atualmente, o grande desafio deste local, especificamente, está centrado na população excluída, quer seja do mercado de trabalho, de um ambiente ecologicamente mais saudável ou pela inexistência de uma organização capaz de suprir as necessidades básicas da comunidade de forma participativa.

Em Bagé, os setores comerciais e prestadores de serviços são, em sua maioria, reflexos das atividades agropecuárias extensivas, praticadas na área rural do município. Ao longo dos últimos cinquenta anos, os produtores que não tiveram acesso aos recursos, devido ao não acompanhamento da modernização, não se ajustaram às condições socioeconômicas, passando a constituir uma categoria excluída da dinâmica do desenvolvimento regional rural. A estrutura agrária no país como um todo e na região em estudo em particular são exemplos típicos da elevada concentração da propriedade da terra e da renda que marca o processo de apropriação e uso da terra no país. Fatores como esses contribuíram para o êxodo rural na região. A prestação de serviços tornou-se a principal atividade geradora de empregos no município, sendo que parte significativa da população que vive na cidade supre as suas necessidades, como habitação, saúde, educação e segurança, com os recursos econômicos oriundos da atividade agropecuária, principal atividade econômica da região da Campanha.

Dentro desse contexto, a comunidade do Passo do Onze buscou encontrar perspectivas de melhorias na qualidade de vida por meio de alternativas, visando suprir algumas de suas carências básicas e, ao mesmo tempo, cooperar para a recuperação do arroio.

Cabe ressaltar que este aspecto de degradação ambiental, social e econômico, encontrado na localidade estudada, pode ser relativizado, considerando que o caso em questão aborda uma realidade que se encontra presente em inúmeras localidades existentes em várias cidades brasileiras onde as políticas públicas disponíveis, em grande parte, têm sido insuficientes para alcançar tais dimensões sociais.

Então, como reverter a perspectiva da qualidade de vida, oriunda de um modelo de desenvolvimento hegemônico excludente, através de uma proposição alternativa, baseada em

uma construção coletiva?

Essa preocupação nos conduziu à questão central da pesquisa: o empoderamento, promovido a partir de processos participativos em comunidades, pode contribuir para um maior comprometimento, por parte dos indivíduos, com a sua realidade social?

O estudo de caso realizado no Passo do Onze caracterizou-se, portanto, por quatro pontos significativos, a saber:

- Alternativa a problemas identificados na comunidade pelo pesquisador;
- Alternativa a problemas identificados pela própria comunidade;
- Encaminhamento de ações coletivas de forma participativa pela própria comunidade;
- Proposição de alternativas para o desenvolvimento regional através de ações participativas localizadas a partir de uma pequena comunidade degradada ambiental, social e economicamente.

A escolha da comunidade investigada justifica-se pelo fato de tratar-se de uma realidade localizada na periferia de um dado espaço urbano com uma quantidade de participantes relativamente controlável para aplicação da metodologia proposta, composta de 23 famílias, somando um total de 49 habitantes no ano de 2005.

Outro aspecto que justifica a opção por este caso estudado é o fato do autor do mesmo ter acompanhado a Associação da Comunidade desde a sua criação, em 2006. Esse acompanhamento estabeleceu a possibilidade da interação entre pesquisador e a comunidade pesquisada.

A escolha da metodologia de investigação-ação-participação deu-se pela necessidade de interação com a comunidade para o desenvolvimento do trabalho, uma vez que prevê formas de abordagens, com processos interativos e de intervenções em localidades.

Como objetivo nesta pesquisa buscou-se encontrar os elementos constituintes do empoderamento humano (organização comunitária, participação e autoestima), em pequenas comunidades, a partir de processos participativos. Partiu-se da concepção de que o processo de ação-participação favorece a emancipação popular, ou seja, é uma das formas de fomentar o empoderamento, através da reflexão individual e coletiva, acerca de uma dada realidade social e política.

Como hipótese desta tese, temos que a partir do empoderamento dos atores locais é possível promover uma nova perspectiva de melhoria de qualidade de vida para que seja utilizada como instrumento que viabilize reverter situações de degradação socioambiental e encaminhar através de um processo de construção coletiva, ações mais criativas de desenvolvimento urbano em prol de um desenvolvimento regional sustentável e participativo.

O enfoque alternativo voltado ao desenvolvimento sustentável vem ao encontro de demandas observadas em toda a região da Campanha, visto que o modelo de desenvolvimento atual dominante vem evidenciando seus limites, no que tange à organização social e econômica, bem como ambiental. A situação de pobreza e exclusão, associada aos problemas ambientais verificados na localidade em questão, dificilmente poderia ser resolvida somente pelo acesso ao crédito, à assistência técnica e à realização de atividades de formação. É uma situação estrutural que se caracteriza por problemas de saúde, trabalho, educação e, principalmente, organização.

As estratégias de formação, facilitação e capacitação entre os habitantes do lugar se realizaram durante todo o período de estudo, prevendo alternativas para a geração de renda, de manejo e conservação dos recursos naturais, propostas coletivas de ações mais criativas, sempre com a participação dos atores sociais. Foram apoiadas as atividades nas quais os habitantes participaram com seus saberes e conhecimentos específicos sobre a localidade. A facilitação e a capacitação, enquanto processos de construção conjunta de conhecimentos, foram indispensáveis para o desenvolvimento de um plano sustentável.

A apresentação do trabalho está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda a transformação social desde uma ótica sustentável, considerando principalmente a importância do capital social nesse processo. Aspectos como a liberdade como estratégia de desenvolvimento, o empoderamento e as relações entre o local e o regional, estão referenciados em autores que sustentam essa ótica.

Na caracterização da área de estudos, o processo de formação do município de Bagé no contexto da Metade Sul, que constitui o segundo capítulo, contém as características do bairro e do município com as atividades econômicas e alguns indicadores de qualidade de vida da população local.

No capítulo três, o processo de empoderamento humano, na perspectiva de melhoria da qualidade de vida na localidade, faz referência às evidências empíricas coletadas, abordando a composição dos indicadores, os elementos que constituíram o empoderamento,

as oficinas, as propostas de construção de ações coletivas e a constituição da segunda série das entrevistas, com a proposta da execução de um procedimento de comparação e de análise dos resultados obtidos em relação ao primeiro período de trabalho de campo desta investigação, realizado nos anos de 2005/2006.

O capítulo quarto constitui-se na estratégia construída junto aos envolvidos no processo investigatório, com questões sobre as relações existentes na comunidade, sua participação no processo, sensibilização para algumas questões ambientais, bem como uma análise sobre a própria estratégia construída. Esse capítulo também apresenta uma análise comparativa resultante da aplicação da segunda série das entrevistas semiestruturadas, à luz do capítulo três.

As considerações finais trazem abordagens sobre o processo desencadeado nesta comunidade como passível de vir a ser, por meio da continuidade das ações coletivas, a afirmação de uma rede capaz de suportar e encaminhar as soluções dos problemas de outras comunidades às margens do arroio Bagé vinculando-se a instituições estabelecidas da sociedade e conectando-se, assim, a uma esfera regional mais abrangente, tendo em vista que desta práxis se desencadeou uma pequena rede social.

Por último, considerou-se a importância do processo coletivo e participativo baseado na utilização do capital social e na sua formação. Para tanto, analisou-se a dinâmica utilizada para a constituição dos indicadores sociais, ambientais e econômicos e a sua relação com os elementos que constituíram o empoderamento humano.

1 TRANSFORMAÇÃO SOCIAL SOB A ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE E A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL

Como elemento central do processo articulado para a consecução e efetivação dos propósitos deste trabalho aparece o capital social.

O capital social emerge como um mecanismo que potencializa os grupos sociais e ou territórios estabelecidos em posições desfavoráveis nas disputas políticas, por poder, recursos econômicos e qualidade de vida. Cumpre um papel central na refundação do contrato social contemporâneo, pois é acessível aos empobrecidos e/ou excluídos que não conseguem ser cidadãos livres e iguais e atuarem numa estrutura comum, pois estão alijados do poder econômico e político (PASE, 2006). Pase e Santos (2008) acreditam inclusive que na democracia é possível empreender um processo de reconstrução de um contrato social, em bases distintas daquela dos clássicos, em que se produzam ações e possibilidades diferenciadas para grupos desiguais, com destaque para aqueles que mais necessitam.

Ao assumirem o protagonismo na promoção do desenvolvimento local, atores sociais têm encontrado caminhos para revitalizar e afirmar as suas próprias organizações sociais, tanto em âmbito urbano quanto rural. Essas organizações vêm sendo atualizadas e renovadas como uma necessidade para o avanço das dinâmicas sociais de inovação. As novas soluções técnicas desenvolvidas localmente para a gestão do meio natural cobram soluções organizativas compatíveis diante da complexidade dos ambientes. Monzó (2003) afirma que, ao estabelecer vínculos entre os processos de transformação local e os espaços mais amplos, nos quais são formulados e debatidos os projetos coletivos, as organizações locais passam a exercer novos papéis, posicionando-se como atores políticos que vão se identificando mutuamente a partir de interações em redes de ampla abrangência social e geográfica, e essa é a forma e o meio pelo qual aos poucos se constitui um movimento social em formação, que tem nas ações coletivas de âmbito local sua força propulsora.

Esse capital social pode ser entendido, segundo Monzó (2003), como um ativo de cooperação e reciprocidade que reside nas relações sociais e que pode redundar em benefícios e/ou mobilização de recursos para indivíduos e grupos. Também se têm que o principal aporte deste conceito é que resgata a incidência de variáveis socioculturais nos processos de

desenvolvimento e ressalta o fato de que certas normas, valores e práticas, que formam parte do patrimônio comunitário local, constituem recursos que podem ser estimulados para fortalecer os atores sociais e dar sustentabilidade a outras intervenções.

Conforme Pase e Santos (2008, p. 34):

As normas de reciprocidade generalizada alimentam um sentimento de confiança, pois são categorias centrais para o conceito de capital social, que influencia no desempenho político e econômico. Tais normas implicam a crença, dos membros da comunidade, de que o comportamento altruísta presente, que contribui para o bem-estar, será retribuído no futuro. Estas redes de engajamento cívico robustecem as normas de reciprocidade, cuja influência produz sanções para aqueles que não retribuem, tornando-se eficazes na medida em que a informação sobre a confiabilidade é comunicada através das redes. Por fim, cabe ressaltar que, no Brasil, a emergência da sociedade organizada e dos movimentos sociais das últimas décadas está relacionada à existência e/ou desenvolvimento de relações de confiança e reciprocidade. O capital social, materializado nos movimentos sociais e organizações da sociedade, produz um inegável empoderamento, já que estes conseguem muito mais que visibilidade pública, incluindo aí a obtenção de políticas públicas segmentadas e diferenciadas.

Para Monzó (2003), a importância do capital social para as políticas públicas e sua materialização em programas e projetos de desenvolvimento se manifestaria da seguinte forma:

- O capital social seria construído ou potencializado naqueles casos em que não existe ou está muito debilitado. Agências externas (atores sociais externos a uma comunidade) teriam o papel de promover o desenvolvimento de estratégias que fomentariam o empoderamento das comunidades e de suas institucionalidades;
- O capital social seria um acervo de propriedade dos indivíduos em suas redes e/ou relações, e também um recurso de grupos e instituições.

Todavia, há registros, segundo Villasante (2006), de que as potencialidades dos atores sociais são bem mais amplas para que se utilize como simbolização destas potencialidades apenas termos como “capital social” para representá-los, pois ‘capitais’ sugerem usar como meios para se conseguir acumulações de riquezas no sentido de ‘maior nível de vida’ e não de uma ‘melhor qualidade de vida’, o que não seria a mesma coisa. É nesse sentido que “queremos reivindicar conceitos como potência e redes sociais, que fazem referência a dinâmicas mais complexas e criativas” (VILLASANTE, 2006).

Então o capital social assume relevante consideração dentro do contexto por

proporcionar uma visão de desenvolvimento sob o viés do uso ou do fortalecimento deste recurso como ponto central na importância das instituições sociais para a promoção do desenvolvimento local (EVANS, 1996). Assim, o capital social é visto como um ativo que oferece às comunidades a possibilidade de consolidar suas metas através de suas próprias potencialidades e capacidades exercidas e discutidas por laços de solidariedade, de confiança mútua, expandindo seu poder de participação e de exigências. Sendo assim, o desenvolvimento local pode ser também a sua dimensão de desenvolvimento como expansão das liberdades, cuja ideia central é a importância da expansão e do uso dessas liberdades em prol deste desenvolvimento (SEN, 2000). Segundo Sen (2000), indivíduos capitalizados socialmente possuem maior grau de articulação e de agregação de interesses no âmbito interno e externo; afirma também que o capital social tem o poder de criar oportunidades, capacidades e potencialidades dos diversos atores em se engajarem com outros membros da sociedade civil, com o Estado e com o mercado.

Pode-se dizer, então, que o capital social está ligado diretamente às relações de reciprocidade, confiança e ajuda mútua. Essas conceituações envolvem tanto o conflito quanto a cooperação. No entanto, não se pode perder de vista o viés do capital social que aqui referenciamos como elemento integrador de interesses comuns, superando as necessidades e interesses particulares. Parte-se da premissa de que existam grupos sociais em situação de exclusão, que carecem de poder suficiente para dar voz às demandas de sobrevivência e de mudança em suas realidades, e deseja-se chegar a um momento em que esses grupos consigam superar essas privações de liberdade integrando-se ao restante da sociedade civil também como sujeitos de mudança, por demanda interna do grupo para a participação e não com poderes outorgados por outros, na forma de dádiva ou de conivência (AMÂNCIO et. al., 2000).

O capital social, portanto, é composto por um conjunto de normas de reciprocidade, solidariedade, informação e confiança, presentes nas redes sociais informais desenvolvidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana, resultando em numerosos benefícios diretos ou indiretos, sendo determinante na compreensão da ação social (PASE, 2006).

Precursor a utilizar o conceito de capital social, o filósofo francês Pierre Bourdieu estendeu-o para além dos limites tradicionalmente econômicos, aplicando-o a dimensões não materiais e simbólicas, embora possibilitadoras de acesso a recursos econômicos. Segundo o autor, o capital social é constituído pelo conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão

ligados à posse de uma rede de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento (BOURDIEU, 1980). O capital social possibilita a reestruturação do contrato social contemporâneo na perspectiva de reduzir as assimetrias de poder individual, social e territorial, empoderando o cidadão, ou seja, impulsionando um processo, em que pessoas ganham influência e controle sobre suas vidas na perspectiva do desenvolvimento enquanto um processo de expansão de liberdades (PASE, 2006).

Pase (2007) ainda considera que o capital social materializado nos movimentos sociais produz um inegável empoderamento, já que esses conseguem muito mais que visibilidade pública, incluindo, aí, a obtenção de políticas públicas segmentadas e diferenciadas; e que isso contribui com a interpretação de que o capital social facilita o empoderamento o qual auxilia no desenvolvimento enquanto um processo de produção e distribuição de riquezas, qualidade de vida, sustentabilidade e equidade.

Compreende-se que a capacidade de ação coletiva é um instrumento do desenvolvimento regional sustentável, pois comunidades com essa característica têm mais capacidade de demandar, em quantidade e qualidade, ações por parte do Estado/instituições e esse dinamismo e cooperação da base comunitária facilitam a aproximação e a eficácia da intervenção das instituições de apoio. Assim, o capital social está intimamente relacionado à capacidade de organização e constituição de redes de cooperação social e estas, por sua vez, são fundamentais no processo de desenvolvimento regional sustentável. Para que ocorra a formação de capital social, o uso de metodologias participativas e a institucionalização de espaços participativos devem acompanhar todo o processo, com a intenção gradual de transferir o protagonismo do planejamento e da execução das ações do projeto para os beneficiários finais (DURSTON, 1999, 2000; WOOLCOCK; NARAYAN, 2000).

Trata-se, então, de apontar vantagens para a montagem de redes entre instituições que permitam ações cooperativas, que incluam a conquista de bens públicos como educação, saúde, segurança, etc, capazes de enriquecer o tecido social de uma localidade.

Em relação a esse processo de enriquecimento do tecido social, há uma vertente do pensamento social contemporâneo que vem chamando também a atenção deste processo de capital social para o que diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (ABRAMOVAY, 2000).

Construir e constituir estas novas instituições com características propícias às

transformações sociais em uma determinada localidade consiste, então, em fortalecer o capital social como primeiro passo e estratégia de utilização desse fator que empodera por sua capacidade organizacional. A acumulação de capital social, através da organização comunitária é, portanto, um processo que pode ser utilizado para a aquisição de poder e na mudança na correlação de forças no plano local. Para Bourdieu, o capital social é definido como um conjunto de “recursos e de poderes efetivamente utilizáveis” (BOURDIEU, 2007).

O capital social, nesse sentido, é produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência (ABRAMOVAY, 2000). Capital social é, antes de tudo, a resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva (COLEMAN, 1990).

Nesse sentido:

A noção de capital social é uma espécie de resposta a um dos mais decisivos mitos fundadores da civilização moderna, o de que a sociedade é um conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivos a que chegam independentemente uns dos outros, o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes. A noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. Neste sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como ativo de capital de que os indivíduos podem dispor. O capital social não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura (COLEMAN, 1990).

1.1 A liberdade como estratégia de desenvolvimento

Esta investigação começou pela percepção da necessidade de aprofundamento da caracterização do desenvolvimento comunitário sob algumas das perspectivas encontradas ao longo deste processo exploratório. Houve por finalidade ir ao encontro de certos conceitos que proporcionaram para a sociedade maior clareza, visando um melhor entendimento da realidade para objetivamente alcançar o caminho a ser desenvolvido junto à comunidade em questão.

Para se enfrentar as situações, considerou-se a liberdade individual como um comprometimento social e a expansão desta liberdade como o principal fim e o principal meio de alguma forma de desenvolvimento. Porém, foi preciso abstrair e/ou expandir o pensamento no sentido de conectar a liberdade ao desenvolvimento e ao seu processo, ou seja, foi preciso

ir além das considerações básicas, restritas e convencionais adotadas normalmente pela sociedade. Torna-se difícil compreender o processo evolutivo da situação de degradação do Passo do Onze e participar do mesmo processo, interagindo e propondo alternativas aos seus equívocos, considerando visões, por exemplo, que identifiquem o desenvolvimento apenas através do crescimento do produto nacional bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização ou do avanço tecnológico e modernização.

Sabe-se que o fator econômico influencia¹ e também tem suas dependências junto ao fator social na consecução da liberdade necessária para se atingir o desenvolvimento na sua possibilidade mais abrangente. Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida (SEN, 2000). Nessa lógica, “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva dos estados repressivos”. Portanto, foi-se ao encontro também de algumas das definições e conceitos de caráter ambientalista que atualmente confrontam o sistema social dominante, tanto em nível global quanto de abrangência local. Esse último, a abrangência local, apresentou-se como o interesse maior nesta investigação.

Também houve posicionamentos definidos e estabelecidos politicamente, pois se compartilha com o princípio de que a ciência não possui um caráter de neutralidade como apregoa a filosofia cartesiana.

Afirma Leff (2007, p. 29) que:

O princípio ontológico do primado do ser sobre o pensamento na teoria materialista do conhecimento traduz-se no reconhecimento de esferas de materialidade do real às quais correspondem teorias científicas particulares. Isto não implica que os conceitos sejam abstrações ou reflexos de diferentes registros da realidade empírica. A produção de conhecimentos científicos nunca é um campo neutro onde entram em jogo as possíveis combinações de ideias e noções ou a interseção de teorias para apreender diferentes relações da realidade. Estas variantes de um empirismo lógico ou de um racionalismo idealista esquecem que o efeito de conhecimento de uma teoria científica é produto da articulação interna de seus conceitos, os quais não são suscetíveis de desarticular-se e acoplarem-se pela ação livre do cientista ou do

¹ Padrões de comportamento convencionais como, por exemplo, a adoção do estilo de vida americano, “*american way of life*”. As necessidades sociais passam a ser cada vez mais complexas e a forma de viver vai se sofisticando, de acordo com as imposições das novas tecnologias de propaganda e marketing. O resultado imediato é a expansão do consumo e o resultado mediato a imposição de novos valores e padrões sociais. O estilo de vida passa a ser o valor determinante das hierarquias sociais refletindo este modo de vida que os países periféricos procuravam imitar. No Brasil, circulou o slogan: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”[197-].

filósofo e pelas necessidades subjetivas, técnicas e ideológicas de ajustá-los a certas porções de realidade empírica. As ciências não se geram por uma construção *ad hoc* de objetos de conhecimento a partir de posições observacionais. Não é possível extrair os conceitos de sua concretude teórica e fazê-los funcionar dentro de uma metodologia sistêmica, para produzir sua metateoria geral capaz de dar conta de todas as inter-relações possíveis da realidade. Ou seja, partir do possível logicamente, como princípio para uma produção de conhecimentos delimitada por seus campos de observação. Pelo contrário, é nos limites de sua concretude teórica que surgem as possíveis perspectivas de conhecimento científico sobre o mundo. Daí se desprende diversas formas de apropriação subjetiva e de efeitos – sujeito que estabelecem formas de saber que afetam o processo de inscrição – a práxis – dos sujeitos na história.

Villasante (2008) afirma que a neutralidade e a não interferência política tornam-se impossíveis porque somos uma parte interior e inseparável da sociedade que trata de observar-se a si mesma. Por mais que se coloquem filtros e distâncias, essas sempre estarão carregadas da formação que recebemos, consciente ou inconsciente, na própria sociedade. Ademais os instrumentos que pretendemos observar e tomar distâncias objetivistas nada mais são do que indivíduos como nós mesmos, nossos conceitos e esquemas que são forjados em interações sociais de pais, mestres, chefes. Somos, segue Villasante, parte de uma festa na qual chegamos tarde, e nossa primeira educação consiste em entrar nela e saber nos comportar e, ainda que saíamos por alguns momentos dela, para ver outras coisas, quando voltamos podemos tentar melhorá-la segundo novos critérios, mas não podemos olhá-la de fora como se fôssemos alheios. Não somos deuses, que podem contemplar o mundo sem paixões, nem generais que podem contemplar a tropa muito bem ordenada em um desfile perfeito. Esses sonhos de quadricular a realidade não se dão nas ciências naturais, quanto menos nas sociais, nas quais os sujeitos têm uma maior autonomia e complexidade.

Não podemos deixar de tomar posição. Ainda que seja não a tomando, de maneira passiva, quando vivemos dentro da sociedade é como estar passivo numa festa em que se cria um estilo e um ambiente que acaba afetando os demais. Adotar uma posição de conversar ou de atuar sem investigar, ou investigando e propondo com tais ou quais estilos de vida, fazer os planos improvisadamente ou com determinadas formas, sempre nos coloca como sujeitos e vamos ter repercussões sobre as outras pessoas e grupos sociais. Estamos condenados a conviver e a repercutir sobre nossos semelhantes, mas a isso também podemos entender como uma bênção ou um jogo, e não como uma condenação, conclui Villasante.

Ainda sobre esta influência e participação política, Sevilla Guzmán et. al. (1996) afirmam que, num esforço de síntese, em relação a um esquema gramsciano de explicação do papel do intelectual na dinâmica de transformação histórica, poderia se esquematizar da

seguinte forma:

- O intelectual se encontra organicamente ligado à sociedade civil e, portanto, sua produção é o resultado de uma articulação dialética entre os interesses das classes, grupos e em definitivo do emaranhado social que faz dele um político, ideológico e organizador intelectual da realidade social que trata de explicar ancorado ao esquema de valores que lhe permitem obter uma determinada concepção do mundo;
- O intelectual, em seu intento de objetivar e explicar a realidade social, articula a sociedade civil e política, e sua produção intelectual não tem caráter autônomo e independente dos processos sociais, senão que vai unido a eles racionalizado e legitimado com interesses de classe;
- A atividade de racionalização e legitimação dos intelectuais possui um caráter dinâmico vinculado à transformação do processo histórico de mudança das estruturas culturais, sociais e políticas.

Assim, continuam os autores nesta abordagem de Gramsci, um técnico ou investigador não constitui um fator autônomo desligado da esfera de produção, dos interesses de grupos, e do poder desde a perspectiva da investigação – ação – participação. O técnico, como intelectual, há de ser uma categoria histórica ligada orgânica e articuladamente à sociedade civil e política, cujo papel há de ser construir a partir de/e junto com o potencial endógeno humano das comunidades locais em que trabalha, na tarefa de gerar formas de ações coletivas de natureza política, ideológica, que atuem como organizadoras na formulação de um produto histórico complexo integrado por ideologias, formas de ação, legitimidade, racionalidade e avanço no tempo, até a transformação da sociedade.

Por último, os autores afirmam que o investigador, por exemplo, desempenha uma atividade técnica e intelectual, em geral, que dista muito de ser um pensamento técnico puro; desde o momento que articula seu «conhecimento científico» com o «conhecimento local» desafiando aquele, passa a integrar-se num processo de transformação em que obtém a legitimação da comunidade, é ator de lutas políticas concretas (tanto em nível local da vida cotidiana como em nível mais amplo, de transformação do pensamento científico e da sociedade maior), que nos indica a relação (conflitiva) entre um estado das relações sociais e seu correspondente efeito ético-político. Nessa concepção, para os autores, o investigador, ao incidir, junto à comunidade em que trabalha nesta relação (mediante a ação social coletiva de

sua metodologia de trabalho), deixa de converter-se (com sua práxis social e política) em mera expressão da situação existente, nunca esquecendo que a primeira lição para a efetivação de toda esta proposta de integração social coletiva consiste em aprender a interagir e a organizar (SEVILLA GUZMÁN et. al., 1996).

Saliente-se que esta intervenção se caracterizou por ser também um processo educativo, concretizado através de um diálogo em torno da realidade entre técnico e atores sociais, na qual os participantes conhecem diferentes aspectos dessa realidade e realizam um processo mútuo de ensino e aprendizagem, que transcende as dicotomias sábio-ignorante, científico-popular e se orienta por meio da construção do conhecimento coletivo, componente de um processo de transformação da realidade (SEVILLA GUZMÁN et. al., 1996).

Leff (2001) sugere que nesta nova forma de organização social com vistas a um desenvolvimento sustentável, seguindo agora uma lógica ambientalista, para fins de experimentação, necessitamos evoluir de uma preocupação por formas cada vez mais sofisticadas de controle mais ou menos coercitivo de comportamentos, fazendo apelo a instrumentos de regulação econômica e política herdeiros da cosmovisão-reducionista, a uma disposição de colocar em prática processos mais abertos e flexíveis de diagnóstico ambiental participativo, concebidos como expressão de uma nova concepção de pesquisa-ação, orientada pelo enfoque do ecodesenvolvimento (GOYETTTE; LESSARD-HEBERT, 1987; SACHS, 2000^a; GADGIL, 1999 apud LEFF, E., 2001, p. 11).

Mais precisamente porque num primeiro momento isso significa gerar, em interação com as populações no nível local, informações cada vez mais acuradas sobre o estado do meio ambiente e sobre alternativas possíveis de enfrentamento dos problemas socioambientais, sobre o leque diversificado de interesses sociais em jogo e sobre as lógicas igualmente diferenciadas de encaminhamento, processamento e atendimento de demandas sociais.

Nessa nova representação da dinâmica de gestão ambiental baseada na autonomia das populações, o trabalho pedagógico está associado principalmente à busca de compreensão da diversidade de alternativas possíveis de ação e dos processos de ajustamento e negociação entre os atores sociais envolvidos. Este esforço permitiria, em princípio, o desenho de um leque de opções consideradas ao mesmo tempo sociais e tecnicamente viáveis, bem como politicamente legítimas.

Em outras palavras, o trabalho reorganizador e formativo orienta-se no sentido da difusão de informação científica sobre a complexidade embutida na dinâmica dos sistemas

socioambientais. Também se orienta no registro e processamento de diferentes modalidades de conhecimento ecológico tradicional e, finalmente, no exercício da mediação de conflitos resultantes do pluralismo de crenças e sistemas de valores sobre o patrimônio natural e da escolha daquilo que seria desejável construir coletivamente no espaço local ou comunitário, tendo em vista o reforço máximo da resiliência dos sistemas de suporte da vida (GUNDERSON et al., 1997; BERKERS; FOLKE, 1998 apud LEFF, 2001, p. 11). Dessa forma, trata-se de viabilizar, ao mesmo tempo, a busca de soluções inventivas, contratuais e negociadas entre pessoas que eventualmente não compartilham os mesmos valores e, por implicação, os mesmos projetos de vida, mas que passam a reconhecer neste processo de aprendizagem social a dimensão crucial da transmissão intergeracional de um patrimônio comum (VIEIRA; WEBER, 1997; SACHS, 2000b apud LEFF, 2001, p. 11).

Para tais concepções e viabilizações, Leff informa que se torna aparente a constante indagação que ainda não quer calar, na qual um envolvimento profundo com dois aspectos centrais do debate em curso no campo da epistemologia ambiental propõe: a percepção das insuficiências da tradição de corte analítico-reducionista no lidar com a dimensão sistêmica dos problemas socioambientais e a abertura a um questionamento radical e criativo daquilo que entende atualmente por ciência e por integração inter e transdisciplinar do conhecimento.

Então,

o que importa realmente é saber como a ciência, baseada numa atitude fragmentada perante a vida, poderá atingir a essência de problemas reais que dependem de contextos tão vastos que, em última análise, abrangem o conjunto da natureza, da sociedade e da vida de cada indivíduo. É claro que são problemas que nunca poderão ser resolvidos dentro dos contextos limitados em que normalmente são formulados. A resposta não se encontra na acumulação de mais e mais conhecimentos. O que se torna necessário é a sagacidade, o discernimento. Foi a sua falta que causou a maior parte dos nossos problemas mais sérios, e não a falta de conhecimentos (BONM; PEAT, 1989 apud VIEIRA; LEFF, 2001, p. 13).

1.2 Empoderamento humano

Segundo Sen (2002), a necessidade de discutir a valoração de capacidades diversas – que gerem o empoderamento, no que concerne às prioridades públicas, é uma vantagem, pois força a deixar claro quais são os juízos de valor em uma esfera em que esses não podem e não

devem ser evitados de vir à tona²; a participação pública nesses debates valorativos é na verdade uma parte essencial do exercício de democracia e escolha social responsável. O trabalho da valoração pública não pode ser substituído por alguma suposição engenhosamente brilhante (SEN, 2002).

Dentro desse fenômeno de transformação social surgem as manifestações de âmbito político-social, demonstradas de formas variadas diariamente dentro da organização social. Essas manifestações é que podem ser direcionadas e induzidas para transformarem-se em poder social ou no empoderamento da comunidade.

Empoderamento significa o “nivelamento das desigualdades”, de modo que seja dada igualdade de expressão e prioridade às perspectivas dos grupos menos poderosos dentro da comunidade, sejam eles definidos por classe, etnicidade, status migratório ou gênero (ROMANO, 2002).

A tradução da palavra inglesa *empowerment* significa a criação ou a socialização do poder entre os cidadãos e o reforço da cidadania. O processo de empoderamento inclui a conscientização e a participação com determinado grupo ou ao conjunto de uma sociedade. Nesse sentido, empoderamento significa a conquista da condição e da capacidade de participação, inclusão social e exercício da cidadania.

Identificar a origem do conceito empoderamento é uma tarefa que resulta indefinida. A origem do conceito pode ser disputada tanto pelos movimentos feministas, como pelo movimento *American Blacks* que, nos anos 60, movimentou o cenário político norte-americano, exigindo o fim do preconceito e da discriminação, que marcavam a vida dos negros nos Estados Unidos da América do Norte (PASE, 2007). Contudo, é na interseção com gênero que o conceito de empoderamento se desenvolve, tanto em nível teórico como instrumento de intervenção na realidade. Nos anos 70 e 80, feministas e grupos de mulheres espalhadas pelo mundo desenvolveram conceitualizações e trabalho de implementação de estratégias de empoderamento, com os quais buscaram romper com as diferentes dinâmicas que condicionavam a existência e impediam a participação e a cidadania plena das mulheres. Mas o empoderamento no século XX passa a ser utilizado nos Estados Unidos da América do Norte pelos “novos movimentos sociais” (direitos cívicos, negros, homossexuais, feministas,

² Esse é centro do trabalho, isto é, a avaliação dos processos participativos capturados basicamente de uma ciência alternativa e devolvidos para os atores como forma de estímulo aos mesmos, induzindo-os ao alcance do protagonismo primeiramente individual e, posteriormente, de forma participativa até a uma esfera coletiva. Não há como se envolver dentro desta proposta ‘nova’ desfazendo-se de julgamento. Fomos (todos que se envolveram) além de expectadores, investigadores e investigados.

portadores de deficiência), que lutavam por cidadania, contra a opressão e o pré-conceito (PASE, 2007).

O reconhecimento da necessidade de se empoderar as pessoas e grupos que vivem na pobreza passa a ser percebido, para Pase (2007), com maior ou menor ênfase, como uma condição para o sucesso de políticas, programas, ou mesmo projetos, por um amplo leque de organizações, representantes de diferentes perspectivas políticas, de diferentes tamanhos, capacidade de influência e natureza.

Conceitualizações sobre poder e empoderamento dentro do campo do desenvolvimento, surgem nos anos 70, dentro do movimento feminista vinculado ao grupo conhecido como WID – *Women in Development*, mulheres no desenvolvimento (CITE, 2007). A conceitualização por elas usada reconhece sua origem nas ciências sociais, mais especificamente na ciência política, onde a ideia força é a de “poder sobre”. Esse “controle sobre” pode ser “evidente”, através de, por exemplo, uso da força física, mas também pode ser “oculto”, quando internalizado através de processos psicológicos. Ele pode ser muito sutil, levando às situações de “opressão internalizada” em que o uso de poder “evidente” não é mais necessário (ex: o “bom” escravo). Em finais dos anos 70 e início dos 80, novos esforços analíticos apontam para novas conceitualizações de poder. Focalizando em processos e não nos resultados, o poder pode assumir outras formas que, de maneira geral, podem ser descritas como ‘poder para’, ‘poder com’ e ‘poder de dentro’, que levam à construção de outras perspectivas de empoderamento (CITE, 2007).

É importante diferenciar os vários tipos de exercício do poder. O ‘poder sobre’ como controle que pode ser respondido com resistência ou aceitação. O ‘poder para’ como um poder generativo ou produtivo que cria possibilidades e ações sem dominação.

Nessa perspectiva de empoderamento, segundo Pase (2007), a compreensão da dominação está associada às relações de poder, que são múltiplas e estão profundamente enraizadas em sistemas de redes sociais. O empoderamento de pessoas ou grupos, nessa perspectiva, não implica necessariamente a perda de poder de outros, embora implique mudanças que podem levar a que isso possa ocorrer. Então, temos várias possibilidades de empoderamento, processos que levam os grupos a posições de ‘poder sobre’, mas também à possibilidade de exercício de poder generativo.

‘Poder com’, ‘poder de dentro’ ou ‘poder para’ levam a uma conceitualização de empoderamento bastante diferente. Aqui a noção de poder privilegia a capacidade do ser

humano de expressão e ação, a capacidade de realização do ser, sua liberdade de expressão. Resgatando algumas dimensões, o empoderamento dos atores que vivem em estado de pobreza deve ser relativo a um processo de se obter o acesso e o controle sobre si próprio para a aquisição dos meios necessários para a existência. Então, ele é raramente um processo neutro. Precisamente porque a situação de pobreza e dominação vivenciada por milhões de pessoas tem base no poder de poucos sobre recursos e possibilidades de existência social de outros.

O empoderamento deve implicar em uma mudança nas relações de poder em favor das pessoas vivendo na pobreza. Para Wallerstein e Bernstein (1994), o empoderamento pode ocorrer nos níveis individual, organizacional e comunitário. O individual diz respeito ao aumento da capacidade de os indivíduos influírem na sua vida. O organizacional significa contribuir com as decisões da organização (empresarial) para melhorar seu desempenho.

O empoderamento comunitário capacita os “grupos sociais desfavorecidos” para a articulação de seus interesses e participação comunitária, visando à conquista plena dos direitos de cidadania, defesa dos direitos de influenciar ações no Estado (PASE, 2007). Ademais, o entusiasmo ainda em relação ao conceito de capital social relaciona-se a sua potencialidade explicativa ao estabelecer uma nova relação entre a sociedade civil e o Estado, entre o cidadão e o governo, entre o cidadão e o governante ou legislador. Esse conceito possibilita analisar, da perspectiva da ciência política, as possibilidades inovadoras de relação entre as pessoas comuns e o “poder” enquanto tal (PASE, 2006).

O tema da participação tem recebido destacada relevância como mecanismo de empoderamento. Quase todas as instituições de estudo, pesquisa e de apoio voltadas para a cooperação ao desenvolvimento têm produzido análises sobre processos participativos³. Grande parte dessas análises e pesquisas de campo relaciona os temas participação, cidadania, poder e políticas de combate à pobreza.

Para Pase (2006), a crítica à performance da cooperação oficial e de seus programas motivou o surgimento de metodologias que rejeitavam as práticas de “cima para baixo”. Muitos esforços foram consagrados a buscar caminhos alternativos, que respeitassem o conhecimento e as experiências locais das pessoas vivendo em pobreza em sua luta pela cidadania. Essas metodologias introduziram práticas participativas que buscavam resgatar a

³ A participação aparece como um tema prioritário de pesquisa em instituições como IDS, University of Sussex, Centre for Development Studies, SWANSEA, University of Wales, INTRAC.

centralidade dos grupos e das pessoas no processo de definir prioridades, encontrarem soluções para os problemas e serem sujeitos de programas, projetos e políticas, visando ao empoderamento das organizações de base e das comunidades.

As metodologias participativas desenvolvidas por estudiosos como Freire, no Brasil, e Chambers, na Inglaterra, tornaram-se as verdadeiras referências de ativistas e profissionais engajados em processos de desenvolvimento participativo, através de estratégias de empoderamento em nível local. Em tempos mais recentes foi preciso até que a participação se tornasse uma das palavras-chave para todos os atores do campo do desenvolvimento, incluindo aí instituições como o Banco Mundial, agências oficiais de cooperação e governos.

Hoje o processo de empoderamento é visto como estreitamente relacionado ao de participação e de criação de capital social.

Pase (2007) estudou a relação entre o empoderamento, enquanto capacidade de decidir, de libertar-se, e o capital social, enquanto uma capacidade de obter bens tangíveis através da confiança, reciprocidade e solidariedade da sociedade civil. Sua hipótese central afirmou que o capital social impulsiona o desenvolvimento, cuja determinação ocorre proporcionalmente ao empoderamento. Para Putnam (2000), o processo social que produz como resultado o bem comum ou o bem de uma coletividade, baseado na confiança, reciprocidade e solidariedade, é definido como capital social. A inter-relação entre capital social e empoderamento pode contribuir para superar problemas como a situação de pobreza de pessoas e comunidades, transformando as relações de poder em favor daqueles que tinham pouca autoridade para que tenham controle sobre os recursos – físicos, humanos, intelectuais, financeiros e de seu próprio ser – e sobre a ideologia – crenças, valores e atitudes (PASE, 2007). Experiências em diversas partes do mundo têm mostrado que processos de participação e construção de capital social possibilitam processos de empoderamento, assim como também estas metodologias favorecem importantes possibilidades para se estabelecer políticas e práticas de desenvolvimento, que contemplem as necessidades das pessoas vivendo na pobreza.

As metodologias participativas, que emergem nos anos 80, são ainda hoje atuais. Elas têm o mérito, dentre outros, de mudar o lócus do conhecimento, deslocando-o das instituições (do Estado, por exemplo), para as pessoas, organizações de base local, de encorajar o desenvolvimento das capacidades do grupo local, de analisar sua situação, identificar problemas e propor soluções.

A ênfase no local tem sido objeto de muitos questionamentos que apontam que o estudo precisa ser complementado com uma análise das estruturas de poder, dos discursos e das práticas.

Constrangimentos de ordem política ou econômica, tais como programas de ajustes estruturais, também impedem mudanças, apesar da participação. Apoio ao desenvolvimento de estratégias que façam o vínculo entre questões macro e micro são também importantes.

As metodologias participativas, que visem ao empoderamento de grupos, não devem subestimar a complexidade e a tenacidade das estruturas do poder local. É preciso estar atento a multidimensionalidade de fatores, que produzem e reproduzem a exclusão e a pobreza. Discursos muitas vezes democráticos e de participação podem esconder as estruturas de poder local, tornando difícil a tarefa de estabelecer o empoderamento dos mais fragilizados dentro de grupos (como mulheres, negros, índios entre outros).

Há, também, a necessidade de se investir na construção de capacidades que são importantes para possibilitar uma participação completa em todas as fases e esferas de desenvolvimento das políticas públicas. O apoio à construção de representação política de grupos que vivem em estado de pobreza é fundamental para que a participação se dê dentro de um marco civil e político e não se reduza a uma mera questão de administração ou de um simples gerenciamento de problemas da pobreza.

Pase (2006) salienta que, nas sociedades contemporâneas, as relações de poder ocorrem através da disputa, da cooptação, da coerção, da cooperação, da submissão, da reciprocidade e/ou da solidariedade, de forma exclusiva, concomitante e, certamente, contraditória. Conhecer a qualificação subjetiva e social que comanda, mesmo de forma subliminar tais relações, contribui decisivamente para a formulação de instituições que tenham como objetivo o bem comum. Ainda para Pase (2006), a virtude do capital social é a formação cultural de regras de comportamento, de relações de confiança recíproca, que se materializam como resultado da interação entre os indivíduos que participam das redes sociais. O resultado é a constituição da lógica da cooperação e da confiança, reduzindo a possibilidade de oportunismo, em razão da facilidade e amplitude da informação aliada às sanções crescentes para os desertores. A confiança, a solidariedade e a reciprocidade serão indicadores de existência de capital social, que será considerado variável independente em relação ao desenvolvimento socioeconômico, medido pelo IDESE. O empoderamento é variável interveniente, pois se configura como o elo entre o capital social e o desenvolvimento

(PASE, 2008).

Esse elenco de questões aqui apresentado tem sido debatido, buscando tanto entender melhor estes processos quanto o aperfeiçoamento das metodologias participativas.

Aprofundar a análise sobre poder parece ser um caminho. Para alguns estudiosos (AMÂNCIO et. al., 2000), no marco atual das metodologias participativas, é fácil entender porque hoje elas, as abordagens participativas, são tão amplamente aceitáveis por tão variadas e diferentes organizações. Essas questões sobre participação servem de alerta para processos de empoderamento. Entretanto, é preciso ter claro que são conceitos diferentes. Enquanto empoderamento pode ser considerado um fim em si mesmo, participações são meios para se atingir fins, e esses podem ou não representar o empoderamento das pessoas excluídas e vivendo em pobreza.

Se as metodologias participativas não ficarem limitadas ao nível micro e forem capazes de romper o isolamento de alguns grupos sociais, elas podem impulsionar processos de empoderamento fundamentais para mudar relações sociais, políticas e econômicas e criar identidades positivas para as pessoas que estão vivendo em pobreza.

Uma sociedade mais equitativa em termos de distribuição de poder na estrutura social é condição fundamental nas estratégias de combate à pobreza e à exclusão nas sociedades latino-americanas. Diferentemente de alguns outros países da Ásia ou da África, nos países da América Latina – com poucas exceções – há recursos econômicos que podem ser redistribuídos e apropriados por grupos sociais hoje submersos na pobreza e na exclusão; há processos de democratização que precisam ser aprofundados e há movimentos sociais que precisam ser ampliados e fortalecidos. Nesse contexto, as estratégias de empoderamento são cruciais na luta pela inclusão social e econômica e para a cidadania da localidade em estudo.

Muitas experiências de desenvolvimento espalhadas pelo mundo têm mostrado que o empoderamento é uma perspectiva que toma seriamente o desafio da sustentabilidade das mudanças obtidas pelos grupos e comunidades. Quando as diferentes dimensões, aumento da autoestima, do despertar a capacidade de ação dos grupos e pessoas e o acesso aos meios de vidas se conjugam e produzem no grupo, nas pessoas, mudanças em sua situação, o desafio que se coloca é garantir a permanência e o aprofundamento dessas conquistas (VILLASANTE, 1995).

Poucas intervenções de desenvolvimento conseguem avançar no crucial elemento da sustentabilidade, seja porque não há uma mudança nas relações de poder, seja porque ao

terminar o apoio à experiência não conseguiu consolidar as bases para seguir adiante, seja porque o grupo não rompeu com o status de beneficiários e não alcançou a dimensão de ser também um proponente de políticas, de programas e/ou não construiu alianças. Enfim, não se empoderou.

O empoderamento tem condições de gerar “poder de” e “para” os setores marginalizados, desenvolvendo capacidades inexistentes através de atividades de conscientização e percepção da realidade. Dessa maneira, é também um meio de se criar condições e ampliar as capacidades dos sujeitos assumirem o controle das suas necessidades, produzir, criar, discernir e arcar com as suas escolhas (VILLASANTE, 1995). Isso contribui e é essencial para gerar as condições necessárias à criação e ao acúmulo de capital social. Para tanto, o empoderamento é um processo tanto interno, pois o poder não é dado e sim trabalhado de dentro de cada sujeito, quanto externo, pois exige controle e influência nas relações sociais externas a cada indivíduo, em relação ao meio em que está inserido. Ou seja, considerando-o como processo, ele é tanto pessoal quanto organizacional, não pode ser neutro e também não é natural, porque exige indução de um agente externo, catalisando essa reflexão interna (AMÂNCIO et. al., 2000).

Quando um grupo começa a assumir uma nova forma de organização interna, as relações externas também passam por mudanças tal como as formas de reivindicações que este processo de empoderamento gera. O diálogo com os parceiros passa então a modificar, ampliando suas redes de interlocução e a modificar as suas formas de ação. Nesse novo nível, as relações entre os atores sociais e outras instituições ficam mais seguras, mais equalizadas. Mesmo em relações familiares e internas de uma localidade, as maneiras de expressão e comunicação se modificam para o que os próprios integrantes consideram como melhor, pois isso traz responsabilidade e compromisso contribuindo significativamente para o fortalecimento do sentimento de resistência e luta dentro de um processo (AMÂNCIO et. al., 2000).

Dessa forma é que as dimensões do processo de aquisição de poder estão ligadas ao desenvolvimento da percepção estrutural, ou seja, da reflexão e da consciência, que, por conseguinte, é um processo fundamental para que se atinja a autoconfiança e, conseqüentemente, para que se gere a capacidade de negociação aliada à de reivindicação. Dentro desse raciocínio, a participação é uma liberdade conquistada pelos atores sociais.

Amâncio et. al. (2000) finalizam dizendo que os atores sociais modificam uma

estrutura social preexistente, mas mantém seus princípios e ideais, e que se pode verificar que existam possibilidades reais de um desenvolvimento que foca as pessoas em uma perspectiva de transformação das relações de poder, pessoas empoderadas e energizadas pelas suas descobertas, desconstruções e construções de e sobre si e também sobre as relações presentes nos grupos. Priorizado está o empoderamento dos sujeitos através da autoconstrução da identidade e do protagonismo social, em que a diagnose, as reflexões e as análises das relações de poder, gênero e de interculturalidade são elementos-chave para a leitura, não só de palavras abstratas, mas de seu mundo de forma real e racional, com todos os seus elementos subjetivos e objetivos de forma, dialética e não fragmentada.

1.3 Perspectiva de melhoria na qualidade de vida

Conforme reproduz Sen (2000), houve uma conversa por volta do século VIII a.C., narrada no texto em sânscrito *Brihadaranyaka Upanishad*, na qual uma mulher chamada Maitreyee e seu marido, Yajnavalkya, logo passam para uma questão maior do que os caminhos e modos de se tornarem ricos: Em que medida a riqueza os ajudaria a obter o que eles desejavam? A mulher quer saber se, caso “o mundo inteiro, repleto de riquezas”, pertencesse só a ela, isso lhe daria a imortalidade. “Não”, responde Yajnavalkya, “a sua vida seria como a vida das pessoas ricas. Não há, no entanto, esperança de imortalidade pela riqueza”. Maitreyee então diz: “De que me serve isso, se não me torna imortal?”.

A questão parece residir em viver com uma melhor qualidade de vida possível, e não em viver buscando apenas uma riqueza infrutífera ou a imortalidade repleta de privações. Também parece residir, atualmente, em identificar e definir o que seria a “melhor qualidade de vida”, baseada em indicadores de sustentabilidade.

A busca da satisfação das necessidades humanas seja esta qualificada como bem-estar, qualidade de vida ou ainda bem-estar social, sempre existiu, e no processo de reprodução social surgiram instituições e estruturas de relações que procuraram dar conta dessa exigência, que não é individual, mas coletiva. Então, o problema da qualidade de vida, do bem-estar ou da felicidade, é tão antigo como os seres humanos. Por ele, argumentam Mitchell et. al. (1973), citados por Nogueira (2002), artistas, pensadores, poetas, místicos e religiosos

tentaram mostrar o que significa essa qualidade ou fantasiaram sobre a felicidade sem fim, o paraíso.

A ideia do bem comum ou a busca da felicidade como construção histórica, isto é, como uma opção humana e não como um desígnio divino ou natural, segundo Nogueira (2002), surge com a descoberta da possibilidade de sua interferência na natureza e, conseqüentemente, na ordem social. É, portanto, a partir do século XVIII, que aparecem as denúncias de condições de vida diferenciadas entre classes sociais. Em termos de concepção de bem e bem comum, nos séculos XVIII e XIX, a propriedade privada passa a se constituir em um bem fundamental e de direito individual e privado, distinto do domínio público. No plano ético-valorativo focalizam-se como bens, intrinsecamente, aquilo que tem utilidade. A funcionalidade dessa concepção para a expansão capitalista é inequívoca e determina, em grande medida, o êxito obtido pelos países capitalistas originários. Surge uma nova ética “organizada em torno das razões do mercado, fundada desde o início na maximização utilitária e individual do lucro” (FIORI, 1995). A situação de vida dos pobres e oprimidos não era levada em consideração, exceto enquanto trabalhadores em potencial (NOGUEIRA, 2002).

O termo ‘qualidade de vida’ vem sendo usado nas três últimas décadas e tem sua origem, fundamentalmente, em decorrência dos problemas de contaminação ambiental, de deterioração das condições de vida devido à industrialização invasora e predadora. Decorre, assim, da consciência das conseqüências não desejadas do desenvolvimento. Alguns estudiosos colocam próxima uma correlação entre bem-estar e qualidade de vida como uma velha questão do mundo que cerca as pessoas. Qualidade de vida e bem-estar teriam o mesmo sentido, segundo a Agência de Proteção do Meio Ambiente dos Estados Unidos (SETIÉN, 1993).

Os antecedentes do termo ‘qualidade de vida’ estão muito próximos para designar o que, com menos sofisticação, outros chamavam ‘bem-estar’. O tema do ‘bem-estar’ é antecedente imediato da ‘qualidade de vida’. A sua vez, o termo ‘bem-estar’ veio a substituir o termo ‘felicidade’, mais carregado de conotações ideológicas e morais. A passagem do termo ‘bem-estar’ para ‘qualidade de vida’ supõe uma recuperação do tema ‘felicidade’. Do ‘bem-estar’ se passou para a ‘qualidade de vida’, recuperando, ainda que seja uma nova forma, a perspectiva do sujeito (SETIÉN, 1993).

‘Bem-estar’ é uma daquelas palavras polissêmicas que, usadas ao longo do tempo,

tanto no plano teórico quanto no cotidiano, acabam por conter significados variados que obscurecem seu sentido. Com a filosofia moderna e a substituição dos conceitos metafísicos tradicionais, a ideia de bem enquanto único e que motivava os indivíduos para uma vida correta, com um sentido objetivo, deixa de ter relevância. Há a transposição de bem para valor e de valor para o que é bom e bom equivalente a bem, adquire sentidos diversos. Vincula-se, então, a ideia de bem às diversas teorias normativas, surgidas entre os séculos XVIII e XX, relacionadas ao cenário socioeconômico e político das diferentes épocas históricas. Na visão utilitarista, um bem somente pode ser considerado enquanto tal em função das informações sobre utilidades relativas a esse estado, vinculadas ao potencial de felicidade ou prazer obtido com o mesmo. Descarta outros aspectos de bem em si, bem é o que é útil. O ‘bem-estar’ seria avaliado a partir da quantidade de felicidade ou prazer obtido, para o que usa um cálculo como medida da utilidade maior ou menor da ação no desiderato pretendido. Nessa perspectiva, se levadas às últimas consequências, as ações não valem em si mesmas e o bem não é avaliado como um fim, mas segundo as consequências que produz (NOGUEIRA, 2002). Enquanto um sistema ético, o utilitarismo não diferencia princípio ético individual ou privado e social ou político (BOBBIO et al., 1994). Para Nogueira, a autonomização dos bens ou mercadorias como indicador valorativo, já criticado por Marx, ao denunciar o fetichismo da mercadoria, transforma os seres humanos em reféns dos mesmos e não o inverso. Isto é, como os bens podem ampliar o sentido da humanidade no processo civilizatório.

Segundo as diversas opiniões, nas tentativas de definição e observação de conteúdos, verifica-se que o termo ‘bem-estar’ possui um complexo e extenso conteúdo no que concerne ao ‘bem-estar’ como meta e instrumento do desenvolvimento, a partir do qual o homem é o criador de seu próprio destino social e no qual, como membro da sociedade, deve se considerar não só como beneficiário do ‘bem-estar’ como, também, ao mesmo tempo, implementador do mesmo. Dentro dessa complexidade, podemos concluir que o ‘bem-estar’ é uma aspiração dos povos e dos indivíduos baseada na satisfação equitativa das necessidades em todos os setores: biológico, bio-fisiológico, material, intelectual, técnico, espiritual, moral e cultural, e, por último, social (FORTON, 1974). Considera Dasgupta (1993), que os componentes do ‘bem-estar’ pessoal são difíceis de ser compreendidos de forma quantitativa, na medida em que envolvem, também, estados mentais. De forma objetiva se pode medir a renda real, o estado de saúde (presente e futuro) e suas realizações educacionais; já os componentes qualitativos exigem outra abordagem, mas são factíveis de ser avaliados. Destaca que se podem apreender os componentes do ‘bem-estar’ (utilidades e liberdades civis

e políticas) e os determinantes do ‘bem-estar’ que têm utilidade (bens e serviços que são insumos na produção do bem estar, saúde, educação, habitação etc.).

Alguns enfoques consideram que o estado de ‘bem-estar’ é concernente às condições da pessoa de satisfazer às suas necessidades materiais e às suas aspirações espirituais. Denota um estado subjetivo e, portanto, apreciado pela pessoa. Entretanto, é também um conceito social, uma vez que necessidades são construções sociais que pertencem ao domínio da sociologia, da antropologia, da ecologia e da economia (NOGUEIRA, 2002). Setién (1993) adverte que a qualidade de vida se relaciona com os valores, com as metas desejadas socialmente embora não deva ser vista como um estado estático de satisfação de necessidades, mas como um processo de desenvolvimento no qual tanto metas como objetivos alcançados estão presentes.

A esse respeito, vale destacar a contribuição de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986), quando afirmam que há uma interpretação de uma nova economia, baseada em cinco alicerces:

- A economia está para servir as pessoas e não as pessoas estão para servir a economia;
- O desenvolvimento se refere às pessoas e não aos objetos;
- Crescimento não é a mesma coisa que desenvolvimento, e o desenvolvimento não precisa necessariamente do crescimento;
- A economia não deve desvalorizar o ecossistema;
- A economia é um subsistema de um sistema maior e finito que é a biosfera; logo, o crescimento permanente é impossível.

Necessidades humanas, autodependência⁴ e articulações orgânicas são os pilares fundamentais que sustentam o desenvolvimento à escala humana (MAX-NEEF; ELIZALDE; HOPENHAYN, 1986). Contudo para servir seu propósito sustentável deve, a sua vez, apoiar-se sobre uma base sólida. Essa base se constrói a partir do protagonismo real das pessoas, privilegiando tanto a diversidade como a autonomia de espaços. Obter a transformação da pessoa – objeto em pessoa – sujeito do desenvolvimento é, entre outras coisas, um problema

⁴ Autodepender significa estabelecer que não sou onipotente, que sou vulnerável e que estou a cargo de mim. Não sou o único ator. Assim sou o protagonista, sou o diretor da trama, sou aquele de quem dependem em última instância todas minhas coisas, mas não sou autossuficiente, segundo Jorge Bucay (2003).

de escala. O desenvolvimento se refere às pessoas e não aos objetos. Esse é o postulado básico do desenvolvimento à escala humana.

Esses alicerces sustentam a “outra” perspectiva de desenvolvimento, não reduzida a mero crescimento, como a economia convencional apregoa. Dentro dessa nova proposta de desenvolver em níveis de escala humana, questões como “melhoria da qualidade de vida”, tomam um novo enfoque, desta vez, mais sutil, melhor endereçado e mais propriamente condizente com a dimensão e o significado que a satisfação da qualidade de vida individual e/ou grupal requer. Esta necessidade por uma definição próxima da exatidão em relação à ‘qualidade de vida’, isto é, saber o que é que se entende e se quer por ‘qualidade de vida’, é fundamental para o encaminhamento necessário de propostas que digam respeito às demandas maiores dos atores sociais. Quer dizer, a caracterização do estágio de qualidade de vida de uma comunidade pressupõe um maior e mais profundo questionamento destas localidades específicas com base numa abordagem de significativa abrangência e diferente da convencionalmente utilizada.

Segundo Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986), se queremos definir ou avaliar um meio em função das necessidades humanas e sociais, não basta compreender quais são as possibilidades que o meio põe à disposição dos grupos ou das pessoas para suprir suas necessidades. É preciso examinar em que medida o meio oculta ou estimula que as possibilidades disponíveis sejam recriadas e ampliadas pelos próprios indivíduos ou grupos que o compõem.

Para tanto existem os indicadores de satisfação que definem a modalidade dominante que uma cultura ou uma sociedade imprime às necessidades. Os indicadores de satisfação não são os bens econômicos disponíveis, mas sim estão referidos a tudo aquilo que, por representar formas de ser, ter, fazer e estar contribuem à realização de necessidades humanas.

Nesse novo universo de considerações e valores, até então ocultos, estão as novas formas de organizações as quais aparecem em outras dimensões, em outros valores, outras posições políticas, outras manifestações de participações individuais e coletivas, outras expectativas; todos estes novos elementos, segundo Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986), em uma tensão permanente entre a consolidação e a mudança. Verifica-se desta maneira que a concepção econômica convencional muito pouco tem desta preocupação, para não mencionar que sua abordagem é totalmente cega neste aspecto. A forma como se organizou a produção e a apropriação de bens econômicos ao longo do capitalismo industrial condicionou de maneira

debilitadora o tipo de indicadores de satisfação dominantes.

Estamos diante “da conformação de uma sociedade alienada que embarca em uma corrida produtivista sem sentido. A vida fica, então, a serviço dos artefatos, ao invés dos artefatos a serviço da vida. A pergunta pela qualidade de vida fica recoberta pela obsessão de incrementar a produtividade dos meios” (MAX-NEEF; ELIZALDE; HOPENHAYN, 1986). Então, Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, (1986) propõem a construção de uma economia humanista que exige um importante desafio teórico, ou seja: entender e desentranhar a dialética entre necessidades, indicadores de satisfação e bens econômicos. Isso, a fim de pensar formas de organização econômica em que os bens potencializem satisfação para que a sociedade viva de maneira plena.

Nesse sentido está claro, segundo Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986), que a inclusão dos indicadores de satisfação como parte do processo econômico implica reivindicar o subjetivo, mas para além das puras preferências a respeito de objetos e artefatos.

Um dos principais fundamentos dos argumentos dessa proposta para uma nova economia à escala humana está em que: quando o objeto de estudo é a relação entre seres humanos e sociedade, a universalidade do subjetivo não se pode enviesar; as necessidades não só são carências, mas também e simultaneamente potencialidades humanas individuais e coletivas. Assim é que os indicadores de satisfação são formas de ser, ter, fazer e estar, de caráter individual e coletivo, condizentes à atualização de necessidades e, enquanto bens econômicos, são objetos e artefatos que permitem afetar a eficiência, alterando assim o umbral de atualização de uma necessidade, seja em sentido positivo ou negativo.

Estruturas organizacionais e relações de poder formam a inter-relação entre os indicadores de satisfação, as necessidades e os bens econômicos que estão em constante dinamismo. Através dessa recíproca se convertem, segundo os autores, de uma vez, em parte e em definição de uma cultura, e em determinantes dos estilos de desenvolvimento. Para Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986), um desenvolvimento humanista orientado para a satisfação das necessidades humanas deve emanar diretamente das ações, aspirações e consciência criativa e crítica dos próprios atores sociais que, de objetos de desenvolvimento, passam a assumir seu papel protagonista de sujeitos, de maneira que

a realização das necessidades não seja a meta, a não ser o motor do desenvolvimento mesmo. Isto se obtém na medida em que a estratégia de desenvolvimento seja capaz de estimular permanentemente a geração de satisfatores sinérgicos. Integrar a realização harmônica de necessidades humanas no processo de desenvolvimento significa a oportunidade de que as pessoas possam

viver esse desenvolvimento desde seus começos, dando origem assim a um desenvolvimento são, autodependente e participativo, capaz de criar os fundamentos para uma ordem na que se possa conciliar o crescimento econômico, a solidariedade social e o crescimento das pessoas e de toda a pessoa (MAX-NEEF; ELIZALDE; HOPENHAYN, 1986).

Uma (re)conceitualização dos recursos – incluído o trabalho – é necessária e viável. Permite superar visões unidimensionais que tendem a subordinar o desenvolvimento à lógica exclusiva do capital. É preciso destacar a particularidade muito especial, que distingue os recursos convencionais dos não-convencionais. Enquanto os primeiros se esgotam na medida em que são utilizados, os segundos são desperdiçados na medida em que não são utilizados. Os recursos não-convencionais potencializam um desenvolvimento que vai mais além da noção clássica de acumulação, contrariamente aos recursos econômicos convencionais, que se caracterizam pela escassez. Os recursos não-convencionais abundam. Têm, ademais, uma enorme capacidade de conservar e transformar a energia social para processos de transformações profundas. A potenciação de recursos não-convencionais estimula não só a autodependência, mas sim garante uma melhor utilização dos recursos convencionais, especialmente do capital. Essa (re)conceitualização dos recursos não só estende as opções em matéria de planejamento e políticas, mas, além disso, destaca que o principal agente de transformação é a capacidade do ser humano de mobilizar sua sensibilidade, imaginação, vontade e seu talento intelectual em um esforço que se estende do desenvolvimento pessoal ao desenvolvimento social, e que gera assim uma consciência integradora que vai do individual ao coletivo, transformando recursos internos à pessoa em catalisadores de uma energia social transformadora, conclui Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986).

Para Schwartzman (1974), a maioria dos esforços de dimensionar a qualidade de vida de uma dada população tende a ser feita através de variáveis de tipo negativo, que se referem às carências: deficiências alimentares, ausência de serviços urbanos, mortalidade infantil, más condições de moradia, etc. O acompanhamento da melhoria da qualidade de vida se faz, então, para este autor, pela mensuração de índices referidos a essas carências e o problema se torna mais complexo, no entanto, quando certos padrões considerados mínimos são atingidos, e não é mais possível considerar o simples aumento indefinido do nível de renda e sua distribuição como padrão adequado de melhoria, no sentido do que se poderia chamar ‘plenitude’ de vida, ou um ideal de felicidade. Nesse ponto, continua Schwartzman, o consenso que porventura existisse sobre a natureza da qualidade de vida, tende a se esfacelar. O autor afirma que o conceito de ‘necessidade’ não é facilmente definível a partir de certo

mínimo, já que o tempo, o costume e o meio ambiente tendem a criar necessidades antes não existentes – ‘a necessidade’ do automóvel próprio, ou do consumo de certos produtos difundidos por mecanismos de propaganda. Historicamente, no entanto, a tendência, segundo ele, parece ter sido a de um aumento contínuo destas ‘necessidades’ básicas, levando à noção de um crescimento contínuo do consumo de bens e serviços, e deixando pouco lugar ao exercício de opções de preferência, a não ser para a escolha entre bens de consumo alternativos e similares. O raciocínio de Schwartzman aponta no sentido de que a consequência dessa situação tem sido a de identificar ‘plenitude’ de vida com consumo máximo, e desenvolvimento da qualidade de vida com o aumento indefinido de produtos à disposição dos consumidores.

Adicionalmente a isso, propõe-se ao consumidor a possibilidade de escolha entre vários tipos de cada produto, de tal maneira que suas preferências possam ser expressas. Este é, evidentemente, para ele, o modelo da “sociedade de consumo de massas”, cujo ocaso aparentemente já se vislumbra. A liberdade de escolha é, assim, um dos critérios mais comumente propostos para a aferição da qualidade de vida de uma dada população. Aqui, segundo o autor mencionado, já se entra quase no terreno da especulação filosófica, quando se identifica ‘bem-estar’ com liberdade de escolha. A implicação desse conceito é que não se deva tentar planificar de antemão as necessidades de consumo de uma população determinada, mas sim estabelecer um sistema pelo qual essas necessidades são continuamente aferidas e atendidas. O mecanismo ideal clássico para esse sistema é o mercado, no qual demanda e ofertas se ajustam espontaneamente.

Dadas as limitações, hoje consensualmente admitidas, da sociedade de mercado, no entanto, o problema da satisfação das preferências individuais adquire um caráter eminentemente político e deve ser enfrentado em termos sociais e coletivos. O aspecto talvez mais importante desse afastamento do modelo de ajustes de mercado é a percepção de que o problema da qualidade de vida não é unicamente, e talvez nem mesmo prioritariamente, de consumo. Para o próprio Schwartzman, é possível pensar, por exemplo, que o que satisfaz a um cidadão que escolhe comprar determinados objetos não é tanto a posse daí advinda, mas o simples exercício do ato de escolha e aquisição, que o diferencia, de certa maneira, em relação ao resto da sociedade. Existem, assim, esforços em definir por outros caminhos o conceito de ‘qualidade de vida’, que se refira às coisas mais básicas e permita abandonar o “beco sem saída” do crescimento ilimitado da riqueza, diz Schwartzman (1974). Nessa perspectiva, a melhoria da qualidade de vida tem a ver com a expansão e consolidação de direitos, que

evoluem desde sua definição mais formal e abstrata da ‘igualdade perante a lei’. Igualdade esta que subsiste em condições de grandes desigualdades econômicas e políticas, até a consolidação e efetivo uso dos direitos de associação, de educação elementar, do voto secreto, e de condições mínimas de sobrevivência e segurança econômica.

Para Setién (1993), a transposição das atividades relacionadas às necessidades e utilidades para um domínio visível, acompanhado da concepção individualista da sociedade em construção, exige que se pense, inicialmente, em medir a situação de pobreza e miséria nos séculos XVIII e XIX. As razões para tanto podem ser identificadas com a necessidade de ampliar as bases de informações disponíveis sobre a condição social das nações e subsidiar a formulação de medidas para se reduzir os problemas sociais, que ameacem o progresso econômico. As novas funções estatais, o papel do comércio e a afirmação do mercado exigiram algumas informações sobre a situação social, com o intuito de direcionar a formulação de políticas governamentais ou criticar as condições vigentes (SETIÉN, 1993).

É o início da preocupação com condições de trabalho. É o início da preocupação com condições individuais satisfatórias de vida para a população, a partir da intervenção do Estado (NOGUEIRA, 2002).

Com a filosofia moderna e a substituição dos conceitos metafísicos tradicionais, a ideia de bem enquanto único e que motivava os indivíduos para uma vida correta, com um sentido objetivo, deixa de ter relevância. Vincula-se, então, a ideia de bem às diversas teorias normativas, surgidas entre os séculos XVIII e XX, relacionadas ao cenário socioeconômico e político das diferentes épocas históricas (NOGUEIRA, 2002).

Nos anos de 1960, já se reconhece a falência do crescimento econômico para operacionalizar os mecanismos de redistribuição de ‘bem-estar’ e a sociedade vê-se rigidamente demarcada dentro de limites, ou seja, desaparece a perspectiva da abundância facilmente criada e crescente, desfazendo-se a ideia que o crescimento é a forma ideal de propiciar riqueza e ‘bem-estar’ à humanidade. Nesta época, surge uma categoria que vem sendo denominada ‘qualidade de vida’, a qual contém elementos que são preciosos à consolidação dos novos rumos do desenvolvimento global na época atual. Há uma (re)atualização do componente individual, coletivo, societário. As proposições do Banco Mundial, contidas no documento ‘Luta contra a pobreza’, repõem a participação como relevante para a qualidade de vida. Além disso, sugere o fortalecimento “das organizações pobres” para “assegurar a prestação de serviços e a adoção de políticas sensíveis às

necessidades dos pobres” (BANCO MUNDIAL, 2000).

Teóricos ligados à tradição francesa concordam que a qualidade de vida se situa em três dimensões: a segurança (aspectos materiais, físicos e sociais); a liberdade (recursos econômicos, tempo, poder e projeto de vida) e o meio ambiente ou o entorno (proteção do meio urbano).

Em respeito a essa última dimensão, quer dizer, meio ambiente ou o entorno, é onde se evidencia a questão central desta pesquisa: a qualidade de vida da comunidade do Passo do Onze, junto ao arroio Bagé.

No Brasil, o percentual de urbanização é de 81,2% (IBGE, 2000). Isso significa que, para a maioria dos habitantes do Brasil, o meio ambiente natural foi substituído por espaços urbanos. O capitalismo em versão brasileira (desenvolventismo) gerou uma quantidade incalculável de problemas nas cidades (SANTOS, 1983). Trouxe multidões de migrantes demandando habitação, infraestrutura, serviços e empregos e, conseqüentemente, essas demandas recaíram sobre o poder local, que, na maioria das vezes, não pode atender a todas no tempo necessário. Desse modo, nas cidades brasileiras é impossível discutir a sustentabilidade urbana sem mitigar os níveis de pobreza, universalizar os serviços de infraestrutura, saúde e educação, reduzir o uso ilegal do solo (ocupação de áreas de risco) e a violência urbana, bem como combater a poluição e a degradação ambiental, recuperar, proteger e conservar o patrimônio histórico e ambiental. A capacidade das cidades vai depender, segundo Buarque (1994), da capacidade da sociedade de reorganizar os espaços, gerir novas formas de desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida e superar as desigualdades socioeconômicas, em que a cidade sustentável é uma construção coletiva.

O espaço urbano, sob seu aspecto físico, é geralmente considerado como um conjunto composto de espaços edificados, com áreas ocupadas predominantemente por edificações, e de espaços livres, ambos resultantes das ações humanas institucionalizadas ou não (SÁ CARNEIRO; MESQUITA, 2000). Assim, espaços livres e áreas verdes podem exercer um importante papel na identidade dos lugares, muitas vezes ressaltando as características físicas do sítio, ou atuando como limites de áreas urbanizadas. A urbanização é a relação entre sociedade e espaço. Assim, sociedade e espaço não podem ser vistos separadamente, pois a cada estágio do desenvolvimento da sociedade corresponderá um estágio do desenvolvimento da produção espacial (CARLOS, 1992). O espaço urbano, desse modo, é estruturado, não é (ou não pode ser) organizado ao acaso. Responde, então, à projeção da sociedade que nele

vive. Assim, as formas espaciais serão produzidas pela ação humana e expressarão os interesses da classe dominante ou de seus governantes, de determinado modo de produção, dentro de um modelo de desenvolvimento específico, e da maior ou menor participação da população nas decisões (SALDANHA, 1993).

No século XIX, a intensificação do processo de urbanização das cidades e o aparecimento das grandes aglomerações urbanas, tanto na Europa como na América do Norte, deu início aos processos de remodelação dos centros urbanos. O grande exemplo desse período foi a urbanização da cidade de Paris, por Haussman, e tinha como objetivo a higienização, o saneamento, a garantia de ar e sol às habitações e a melhoria da acessibilidade aos diversos setores da cidade (KLIASS, 2004).

No século XX, com o fim da Segunda Guerra Mundial, as cidades passavam por um novo modelo de urbanização, através da adoção das recomendações da Carta de Atenas e das experiências francesas, inglesas e de Brasília. Uma das marcas dessas intervenções foi a ênfase nos sistemas viários, a despessoalização do espaço, a massificação dos sistemas habitacionais, as dificuldades na mobilidade dos cidadãos e o descaso com o patrimônio natural e cultural das cidades e do seu entorno. Posteriormente, assistimos à intensa urbanização, através da migração do campo para as cidades, das habitações abaixo do padrão normal de moradia, deficiência do transporte público, falta de saneamento, educação, saúde e também descaso com a questão ambiental (SILVEIRA; VASCONCELOS, 1984). A partir de 1960, houve a preocupação com a relevância das questões ambientais no planejamento geral e no urbano em particular, objetivando assim a preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida da população. Hoje, o homem está no centro da discussão do espaço, na posição de sujeito, não apenas porque nele habita, mas porque é resultado da sua produção (CARLOS, 1992). Sendo assim, deve haver sempre a participação do cidadão no destino que é dado aos recursos naturais à sua volta e sua conscientização que esses recursos fazem parte de sua existência e de seus projetos de vida (PIZZOL, 2006).

Leff (2000) diz que a qualidade de vida está relacionada com a qualidade do ambiente e depende dele para se chegar a um desenvolvimento equilibrado e sustentável, através da conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, da valorização e preservação dos recursos naturais e da sustentabilidade ecológica do habitat. A qualidade de vida estaria associada com as formas de identidade, cooperação, solidariedade, participação e realização.

Ainda, segundo Leff, o conceito de qualidade de vida estaria mobilizando a sociedade, para promover novos direitos dos trabalhadores e da cidadania em geral, em torno da saúde reprodutiva e de uma vida sadia e produtiva da população.

Assim, conclui Pizzol (2006), com o crescimento urbano desenfreado e a inexistência de um modelo de distribuição de renda mais justa, crescem os problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais, ocasionando uma queda acentuada na qualidade de vida, degradação ambiental acelerada e riscos de governabilidade. Fica evidente, segundo a autora, a necessidade de se formular políticas públicas de desenvolvimento, que assegurem a permanência e a continuidade dos avanços tecnológicos e da estrutura econômica, mas que evitem as agressões às condições ambientais, que ocasionem o comprometimento da vida de todas as espécies, dos recursos naturais e da qualidade de vida da população. Nesse sentido, considera-se que o significado da qualidade de vida urbana tem atores, interesses, percepções diversificadas, mas está relacionada ao ambiente físico, seja ele natural ou construído.

O que se busca, portanto, é identificar como ocorre uma qualificação sobre o que é viver bem ou o bem viver, ampliando e alterando seu significado e quais as determinações que favoreçam esse processo. Tem-se como referência inicial que o ‘bem-estar’, em uma concepção estrita, somente possa ser compreendido a partir da modernidade, quando se altera a relação entre a vida pública e a privada, propiciando a construção de um domínio autônomo – o social. Ou seja, enquanto pertencente ao domínio da vida privada, ao reino dos desejos, necessidades e utilidades, não se podia pensar em ‘bem-estar’, uma vez que tais aspectos não eram públicos e sim confinados ao âmbito doméstico, sem adquirir visibilidade que desse sustentação, sequer, a questionamentos a esse respeito (NOGUEIRA, 2002).

A mudança de perspectiva, nesse caso, é muito importante porque nos dá uma visão diferente e mais relevante da degradação ambiental, social e econômica em sentido global.

Distingue-se a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda (SEN, 2002), isto é, para este autor, há uma diferença em ser pobre devido à falta de capacidade de trabalho ou outro fator que altere essa condição e ser pobre devido a se ter um baixo nível de renda, ou seja, baixo poder aquisitivo. Essa distinção, para Sen, torna-se importante porque existe um vínculo necessário entre ambas, ou seja, renda é um meio de se obter algumas capacidades. Então, maiores capacidades tenderiam a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada. Consequentemente, teoricamente aumentaria a probabilidade de usufruto em relação à

educação básica e dos serviços de saúde como elementos desencadeadores para uma melhor qualidade de vida.

Conforme Leff (2001), a noção de qualidade de vida constituiu-se num “conceito” central dos objetivos perseguidos pela gestão ambiental do desenvolvimento. Contudo, tem sido mais fácil sua incorporação no discurso político e, inclusive, na linguagem comum, do que na elaboração de um conceito abrangente ou de uma categoria analítica que permita sua instrumentalização em projetos de pesquisa e/ou em políticas de desenvolvimento. E essa noção de qualidade de vida relativiza e contextualiza a questão das necessidades humanas e do processo social para satisfazê-las, demarcando este problema das considerações tradicionais das necessidades na economia convencional (leia-se a economia do ‘bem-estar’) numa nova perspectiva. Entretanto, pouco se avançou na sistematização e operacionalização do conceito.

Leff sugere que a noção de qualidade de vida emerge no momento em que a sociedade “opulenta” parecia-se libertar da etapa na qual o processo econômico era construído como um processo de produção de riqueza fundamentado no conceito de escassez, bem como da economia forçada, como necessidade para a acumulação de excedentes e a expansão do capital. A ênfase nos aspectos qualitativos das condições de vida representa a percepção da degradação do ‘bem-estar’ gerada pela crescente produção de mercadorias, a deterioração dos bens naturais comuns, dos serviços públicos básicos e a homogeneização dos padrões de consumo. Isso aponta para uma avaliação do sentido da existência, da qualidade do consumo e da qualidade do trabalho produtivo, que vai além dos problemas de emprego, salário real e da desigualdade na distribuição da riqueza (LEFF, 2001).

Lipp (1994) diz que a qualidade de vida significa muito mais do que apenas viver. Por qualidade de vida entendemos o viver que é bom e compensador em pelo menos quatro áreas: social, afetiva, profissional e a que se refere à saúde. O viver bem se refere a ter uma vida bem equilibrada em todas as áreas.

Então, a qualidade de vida, atualmente, também está diretamente relacionada aos fatores de organização. Esses, coordenados pelos atores sociais em propostas coletivas, valorizam, por intermédio da participação, as ações que, efetivadas com esta perspectiva participativa, geram uma consciência sistêmica e empoderam na direção da melhoria da qualidade de vida. Considerando que dentro da proposta desta investigação na qual a perspectiva da melhoria da qualidade de vida, formada aqui, a partir da conjunção dos

elementos constituintes de empoderamento humano que são, desta maneira, componentes de um processo de desenvolvimento regional partindo especificamente de uma localidade identificada como sendo um segmento da Rua Marcílio Dias, está o raciocínio elaborado por Bassan e Siedenberg (2008), a partir do qual afirmam que o desenvolvimento não é apenas responsável por uma mudança econômica, mas também responde a uma mudança no comportamento dos homens.

1.4 Relação entre o desenvolvimento local e o desenvolvimento regional

É preciso reconsiderar a ideia ou a concepção de que as regiões são formadas apenas pelas linhas definidas por instituições. O desenho territorial elaborado e difundido que está estabelecido, requer outra perspectiva. Essa perspectiva refere-se a uma dinâmica com base na necessidade de compreensão de um novo espaço capaz de retratar a complexidade do momento. Parte dessa complexidade diz respeito às relações entre os atores sociais que compõem e constroem estes espaços, o mercado, o modo de apropriação da natureza etc.

Numa esfera mais próxima do entendimento de um local, considera-se, também, para esta reflexão, a compreensão da relação entre este lugar e a sua conexão com o desenvolvimento regional, que ele seja concebido desde uma perspectiva de sede de uma resistência da sociedade civil, sendo possível pensá-lo no sentido de elevar esse movimento a desígnios mais amplos e a escalas mais altas (ETGES, 2005). Para isso, segundo a autora, é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual.

Bassan e Siedenberg (2008) afirmam que, ao viver num país como o Brasil, onde as diferenças regionais são significativas e onde as culturas, a história e as tradições são diversas, onde a formação da população é diferenciada, pode-se dizer que a “receita” para o desenvolvimento acompanhado da redução das desigualdades é diferente para cada uma das regiões e microrregiões brasileiras. Então, continuam, uma política de desenvolvimento que esteja na busca de melhores condições de vida para as populações deve se espelhar na sua localidade e, dentro dessa realidade, aplicar um modelo de desenvolvimento. Cabe destacar,

conforme Yunus (2008), que a essência do processo de desenvolvimento é a melhoria da qualidade de vida dos 50% da população que estão em situação menos favorecida, ou, ainda, a concentração do desenvolvimento nos 25% da população em situação mais desfavorecida ainda. Esse autor afirma que a pobreza não foi criada pelos pobres, mas pelo modo como a sociedade se estruturou e pelas políticas utilizadas. Se essas estruturas forem alteradas, a vida dos pobres se modifica.

Então, aqui será demonstrada a dimensão, o significado e a forma pela qual foi utilizado o termo “local” dentro desta investigação realizada no segmento da Rua Marcílio Dias, no bairro do Passo do Onze, na cidade de Bagé. Esta preocupação existente se torna importante na medida em que permite a visualização da situação não apenas em termos de escala do local estudado, mas também a relação com a dimensão do desenvolvimento regional. Desta forma, sugere-se mais do que uma dissecação espacial reducionista: parte-se da mesorregião denominada Metade Sul até o local estudado, o que permite uma outra perspectiva de alcance, de redes e conexões neste contexto.

Há o entendimento, para fins deste estudo de caso, da afirmação renovada da importância da região, uma vez que, como escala intermediária de análise, como mediação entre a singularidade do local e a universalidade do global, pode revelar o conteúdo, a dinâmica e a configuração, em suma, a espacialidade particular dos processos sociais e econômicos globais (LENCIONI, 1999). Isto é, a dinâmica de configuração e de organização territorial particular da região reflete a relação, ou mesmo a tensão, entre o local, regional e o global. Assim, aproximam-nos do desafio de buscar compreender como a economia global funde suas raízes, de múltiplas maneiras, nas estruturas territoriais históricas [e regionais], e como o global se nutre constantemente do local [e da região] transformando-o (VELTZ, 1999).

Para Boff (2007), a definição de desenvolvimento local é aberta, sendo possível referir-se tanto em nível da comunidade como também da microrregião. Então, é possível afirmar que a definição de “local” não se limita apenas à definição do território físico, mas, sobretudo, abrange as relações locais que os diferentes atores incorporam nas suas decisões, nos seus projetos e nas suas estratégias de produção, transformação e consumo (SILVEIRA, 2007). Esta abordagem proposta por Silveira, ou seja, as relações locais que os diferentes atores incorporam nas suas decisões, tiveram grande peso na concepção da eleição, do tratamento e do enfoque dispensado ao local de estudo em questão.

A partir dessas constatações concebeu-se que há um novo modelo que desloca a responsabilidade do desenvolvimento para a sociedade, mudando o foco do governo para a governança, ou seja, o processo governado pelos atores envolvidos com a localidade. Enquanto o processo de globalização econômica se expressa na competição internacional, o de regionalização compreende um crescente esforço da sociedade local para configurar e sustentar seu processo de desenvolvimento (BOFF, 2007). Esse argumento também serviu de suporte na relação apropriada entre o desenvolvimento local como base do desenvolvimento regional, proposta nesta tese, quer dizer, a consideração desta governança e a utilização da mesma como ferramenta diferencial para promover o desenvolvimento regional desde uma determinada localidade. Martinelli e Joyal (2004), ao tratarem dos aspectos endógenos relacionados ao desenvolvimento regional, fazem referência a que o novo paradigma de desenvolvimento regional passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado. O modelo pode ser definido como um desenvolvimento realizado de baixo para cima, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originadas do próprio local, em vez de um modelo de desenvolvimento imposto de cima para baixo pelo poder central.

Brose (1999) destaca que o desenvolvimento local surge do fortalecimento da cidadania, do sucesso econômico do empreendedorismo, de produtos competitivos, do uso sustentável de recursos naturais, da pluralidade institucional, do poder de compra dos consumidores, de preços adequados, da integração de iniciativas públicas, da ênfase na reciclagem, da disponibilidade de recursos financeiros, da base tecnológica, de um mercado consumidor compatível e de diversos outros fatores. E, principalmente, de decisões políticas das lideranças da comunidade e dos atores sociais envolvidos. Já Barquero (2001, p. 41) define desenvolvimento endógeno “como um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento, que leva à melhoria do nível de vida da população”.

A literatura sobre as novas configurações do capitalismo contemporâneo vem destacando as dimensões global e local como os dois lados de uma mesma moeda, como resultado da crescente importância da ação dos atores e do espaço na economia. Por um lado, a globalização está relacionada com a expansão da escala de atuação das empresas, ampliando os mercados e a organização da produção. Por outro lado, o local passa a ser o espaço onde as potencialidades e os recursos são aproveitados, em conjunto com as oportunidades externas, dentro de uma estratégia dos atores locais, que inclui a organização do território e políticas de

desenvolvimento local (SILVEIRA, 2007). Assim, também é compreendido como um processo microssocial de construção coletiva, no qual prevalecem as necessidades sociais e culturais, mas que devam estar sincronizadas com as oportunidades locais de desenvolvimento, tanto nos aspectos econômicos da inserção no mercado, como nos aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação.

Então, o “desenvolvimento local” passou a ser interpretado como uma forma de reprodução social e territorial e um processo endógeno capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população (SILVEIRA, 2007), a partir da qual o que interessa é o processo de localização, a ação dos atores que atuam no território e as vantagens competitivas que vão além da produção, como, por exemplo, a capacidade de cooperar, a confiança e as ligações entre as atividades.

Siedenberg (2008) afirma que é absolutamente necessário que cada região, cada espaço, cada sociedade, defina para si própria o que entende por desenvolvimento, defina de que forma, com quais meios e a que preço pretende alcançar esse *status*, sabendo que, ao alcançar o objetivo, necessitará redefinir conceitos e metas, consciente de que não há fórmulas, métodos, modelos ou estratégias predefinidas que assegurem os resultados. Para Siedenberg, desenvolvimento é, ao mesmo tempo, um estado e um processo, ambos complexos. Nessa linha de raciocínio, Borba e Siedenberg (2008) estabelecem que numa rede de relações e cooperação entre aqueles que são entendidos como os ‘agentes regionais de desenvolvimento’, é representada pelos indivíduos, pelas instituições e organizações, pelo poder público, entre outros, que ocupam um determinado território e ali imprimem suas marcas, gerando uma cultura social. Isso, no entendimento de Casaroto Filho (1998), citado por Borba e Siedenberg (2008), representa o nó estruturante de todo o processo, pois, seguem os autores, vencer os desafios impostos pelo desenvolvimento depende do comportamento social dos atores e instituições, uma vez que somente depois da conscientização desses agentes sobre a necessidade de cooperação mútua é que se poderá iniciar qualquer proposta real e efetiva de desenvolvimento. A conscientização, a cooperação e o compartilhamento de objetivos comuns entre vários agentes de desenvolvimento dependem, segundo os autores, entre outras coisas, do processo de aprendizagem e da capacidade de construção e reconstrução diante das contínuas transformações que o mundo tem vivido. Nesse contexto, os paradigmas e os esquemas mentais, que estão estabelecidos, dificultam as mudanças mais profundas e favorecem a manutenção dos esquemas tradicionais de poder e interesses, tentando impedir as mudanças estruturais necessárias.

Para que se efetive o início de um processo de desenvolvimento regional, é preciso que se considere que, no local, em se tratando de seres humanos, conforme Borba e Siedenberg (2008), a questão da mudança tem uma implicação vital, pois está relacionada ao sentido que o indivíduo dá ao seu processo de mudança, na medida em que as pessoas não mudam apenas porque alguém lhes disse que deveriam mudar. É necessário, com base no argumento dos autores, que o indivíduo reconheça a necessidade de mudança e, dessa forma, sinta-se impulsionado, motivado para tal.

Essa profunda mudança, para Borba e Siedenberg (2008), implica o entendimento, o questionamento, as discussões exaustivas e culmina na aquisição e desenvolvimento de novas capacidades. É um processo que exige a compreensão da natureza dos desafios da mudança e do ‘porquê’ de estar mudando.

1.5 Aproximação da racionalidade ambientalista: o vínculo entre a integração local, a análise de redes sociais e o desenvolvimento regional sustentável

As referências nos levam de volta ao século XIX, momento de constituição do Estado brasileiro. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o atual Arquivo Nacional, ambos criados em 1838, encabeçaram, à época, o conjunto de forças institucionais no campo de produção de uma historiografia nacional. Os dois, em um esforço sistemático de recolhimento e catalogação de fontes documentais e de elaboração de narrativas sobre o Império, produziram memórias fundadoras da nacionalidade. Foram edificadas sob os auspícios de um governo monárquico que, orientado pelo princípio da centralização e pelo temor da fragmentação territorial – vista como um dos males da América hispânica –, tornou-se um dos principais agentes interessados em apagar e soterrar memórias e referências de pertencimento marcadas por localismos e regionalismos (FIGUEIREDO et. al., 2000).

No século XX, os esforços em tornar “brasileiros” todos os que viviam em “terras do Brasil” mobilizou tanto intelectuais como dirigentes estatais. A pesquisa empreendida pelos modernistas dos anos 20 em diante visava a aflorar os traços da nacionalidade brasileira, escondidos sob os ideais cosmopolitas predominantes nas elites intelectuais do início do século. Nas palavras de Gilberto Freire, em 1926, precisavam sentir o “grande Brasil” que

crecia em oposição aos que teimavam ver as coisas “através do *pince-nez* de bacharéis afrancesados” (VIANA, 1995, p. 27). A nacionalização da escola, a partir da obrigatoriedade do ensino na língua portuguesa e a sedimentação de conhecimentos de História e Geografia do Brasil; as grandiosas comemorações de festas cívicas nacionais, como o Dia da Bandeira, Dia da Raça, Dia do Trabalho e a criação de agências nacionais de fomento às artes nacionais foram algumas das políticas culturais do Estado Novo (1937-1945). Este foi o único período da República brasileira a impor constitucionalmente o unitarismo político, negando autonomia política-orçamentário-legislativa às escalas estaduais e municipais.

A democratização, após a II Guerra Mundial, levou à tematização nos meios políticos e intelectuais do caráter “subdesenvolvido” da economia e da sociedade brasileira. Os anos 50 ensejaram projetos nacional-desenvolvimentistas, que articulavam os meios para romper com o que se considerava o atraso econômico e cultural da nação.

Durante os governos autoritário-militares (1964-1985), os dirigentes impulsionaram políticas de integração nacional de largo espectro, desde a construção de estradas “integradoras” de várias regiões até a criação de um aparato tecnológico que desse conta da nacionalização dos meios de comunicação, isto é, da difusão de valores e bens simbólicos. A Rede Globo de Televisão, que veio a se tornar, da década de 70 aos dias atuais, a principal rede de televisão do país, em caráter quase monopolista, cresceu na esteira dessas transformações, construindo, a partir do Rio de Janeiro, uma imagem de um Brasil moderno, urbano e nacional (REZNIK, 2007). Nessa torrente, ao se anunciar a tematização do nacional, algumas obras focalizavam especificamente algumas regiões, tomando a parte pelo todo, isto é, supostamente a região que foi objeto de estudo deveria ser paradigmática das experiências ocorridas em todo o Brasil. Estudos sobre movimentos abolicionistas, industrialização e movimento sindical nos quais os historiadores assumiam que os processos ocorridos ora na cidade de São Paulo, ora na do Rio de Janeiro, seriam exemplares, constituindo-se não em uma determinada experiência, mas na História do Brasil.

Os estudos sobre regiões ou localidades específicas também remontam ao século XIX. A dimensão continental brasileira suscitou, em contrapartida, nos últimos 200 anos, estudos sobre experiências locais, quer sejam sobre o espaço do município, quer sejam sobre os estados da federação (ou as províncias do Império), quer sejam sobre as regiões (o “nordeste”, o “sul” etc.), no seu recorte geográfico, econômico, ou propriamente como uma construção historiográfica (REZNIK, 2007).

A forma de organização mais recorrente de periodização divide a história em Colônia, Império e República. Os “ciclos econômicos” que determinam a produção local seguem sequencialmente os padrões da “História da Pátria”: pau-brasil na ocupação, açúcar na colonização e café no Império, indústria na República, os temas seguem os padrões da historiografia nacional da sua época. Na falta de informações relevantes sobre a região estudada, isto é, na falta de fontes documentais que permitam a reconstrução de experiências passadas, buscou-se suprir esses “silêncios” a partir de contextos maiores: a História do Brasil. Desvia-se o problema através de comparações hipotéticas do que tenha acontecido no local, com fatos generalizadores da História do Brasil. Ou seja, a experiência do passado local transforma-se em exemplos esparsos em meio a uma narrativa já consolidada pela historiografia nacional (REZNIK, 2007).

Nesses termos, a nação forja uma estrutura na qual os indivíduos sentem-se identificados. As identidades nacionais estabilizam tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados. Neste caso a cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto as ações quanto a concepção que se tem de si mesmos. Esses sentidos são construídos, em grande parte, pelas imagens e símbolos que são socializados, através de inúmeros mecanismos de produção e difusão. Atualmente, e considerando-se a breve historiografia, é que os processos de identificação tendem a ser mais provisórios, variáveis e problemáticos, sendo eles relacionados a gêneros, etnias, cor, religião, vínculos profissionais. As identidades são múltiplas e de definição instável; formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Nesses termos, entende-se que o exercício da história local vincula-se a processos de identificação, relacionados a um determinado sistema cultural que enfatiza as relações de vizinhança, contiguidade territorial, proximidade espacial. Essa ética de pertencimento é mais um elemento constitutivo desse sujeito fragmentado, múltiplo e instável dos dias de hoje (REZNIK, 2007).

O local passa, então, a ser alçado à condição de categoria central de análise, por constituir um quadro de interdependências entre atores e fatores constitutivos de determinadas experiências. Nessa nova perspectiva, cada aparente detalhe, aparentemente insignificante, busca outros contornos, adquire valor e significado numa rede de relações plurais. Ao eleger o local como circunscrição de análise, como outra escala de observação, não se abandonam as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local. A escrita dos processos históricos locais

conecta ambientes, ações políticas, processos econômicos que perpassam e que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. Sendo assim, o exercício incide em estratégias, na descrição dos mecanismos de apropriação-adaptação, resposta e criação, construção, reflexão e reconstrução – para as mais variadas esferas ou níveis em que se cruzam e ramificam as relações de poder entre os indivíduos, os grupos e as instituições que estão inseridos na análise de processos de identidades sociais, de sentimentos, sensações de pertencimento, vínculos afetivos etc.

É preciso considerar os processos relacionados à integração social como importantes para o alcance do desenvolvimento regional sustentável. A metodologia, nesse caso, a investigação-ação-participação, proporciona uma estratégia de abordagem da realidade e dos conflitos sociais formadores desse contexto; sugere formas, táticas e estilos de enfrentamentos aos conflitos e às negociações. O fundamento para o desencadeamento do desenvolvimento regional sustentável vincula-se à compreensão e ao entendimento como sinônimos da apreensão da essência. Daí a importância dessa apreensão como fundamento da dimensão da participação integrada nos vários níveis de organização social, partindo-se do individual até o mais complexo dos modelos de distribuição organizacional coletivo.

Com certeza não é possível (VILLASANTE, 2006) mudar todas as circunstâncias de uma vez, mas ao menos é possível incorporar práticas e redes sociais e estratégias de transformação. Nem o local nem o global vão mudar por uma simples disputa de ideias, por boas que sejam. É necessário o envolvimento com as redes que já estão em andamento, que já estão se movendo, ou que possam se mover, por sua potencialidade para transformar e melhorar a qualidade de vida da população. Para isto não faz falta ser um teórico dos movimentos sociais, senão alguém que se sinta envolvido em seus processos concretos. Sempre estamos envolvidos, ainda que não saibamos, mas o que aqui nos recorda é a importância de sermos conscientes de “Para quê?” e “Para quem?” fazemos o que estamos fazendo, argumenta o autor.

Leff (2001) afirma que será necessário identificar as vias pelas quais esforços possam desembocar em caracterizações operativas para o estudo de casos atuais e no desenvolvimento de metodologias para a gestão ambiental, delimitando unidades ambientais de produção e manejo sustentável dos recursos naturais, que integrem os diversos processos naturais e sociais, que conformam sua estrutura e determinam seu funcionamento produtivo.

Portanto, a assimilação do significado para a execução da integração é o que nos

permitirá uma constatação e, talvez, a geração ou aparecimento de outro paradigma duradouro e, antes de tudo, mais justo, inclusive para a aceitação de uma estrutura científica de pensamento, por meio de um avanço para outra nova etapa na evolução humana rumo ao desenvolvimento sustentável.

Para Leff (2000b apud LEFF, 2001, p. 118) há, com o que vem a ser concebido no momento como o estágio de organização atual com as suas propostas e com as suas deficiências,

“a definição de formações econômico-sociais como formações sociais produtivas, nas quais se articulam os processos ecológicos, os valores culturais, as mudanças técnicas, o saber tradicional e a organização produtiva, na conformação de novas relações socioambientais e forças eco-tecnológicas de produção, orientadas para a maximização de uma produção sustentável de valores de uso e valores de troca, bem como a articulação destas economias autogestionárias e de auto-subsistência com uma economia global de mercado”.

Dessa forma é que se mostra a estrutura ineficiente do modelo atual de desenvolvimento por ser este desintegrador, excludente e pela complexa e dificultosa via na qual a organização mundial se estabeleceu através deste padrão de ordem social e econômica para a civilização.

Como estratégia pontual à questão do enfrentamento diante das crises percebidas está a transformação das redes sociais em território, segundo Tomás R. Villasante e Martín (2006). Para eles, a discussão sobre a atualidade da análise destas redes começou em um colóquio mantido na Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia, da Universidad Complutense de Madrid, organizado por Narciso Pizarro com uma série de professores norte-americanos (VV.AA., 2000). Registram (VILLASANTE; MARTÍN, 2006) que as fases prévias começaram com a antropologia inglesa, a escola de Manchester, seu uso para situações complexas, nos quais se mesclavam usos tradicionais africanos ou asiáticos com novos costumes ocidentais. Essa leitura representava nos anos 50/60 todo um avanço, pois não apenas mostrava a potencialidade de uma técnica descritiva, senão que nos colocava ante as possibilidades de um pensamento que implicitamente apontava para a complexidade das relações humanas graficadas⁵ desde os vínculos do cotidiano. Ainda segundo os autores acima, desde a chegada de Pichón-Rivière e a formulação da ‘teoria do vínculo’ (1991)⁶ até os

⁵ Diagrama composto de pontos, alguns dos quais são ligados entre si por linhas, e que é geralmente usado para representar graficamente conjuntos de elementos inter-relacionados.

⁶ A teoria do vínculo estabeleceu-se a partir dos estudos do psicanalista argentino Enrique Pichón-Rivière que desenvolveu ideias que propunham a necessidade de complementar a investigação psicoanalítica com a pesquisa

trabalhos mais recentes compilados por Dabas (1993) desenvolveram-se, com grande eficácia nos treinamentos grupais, esses enfoques nos quais problemas não são tanto das pessoas em si senão das redes sociais que os cercam. E, em consequência, abordar as redes sociais que nos constituem é a melhor forma de produzir as mudanças que em cada caso sejam pertinentes. Villasante e Martín (VILLASANTE; MARTÍN, 2006) aprofundam essa percepção dizendo que cada vínculo tem em si um caráter mais de “constructo” (temporal e local) que de “dado em si” (a fotografar); tem também caracteres múltiplos, reflexo de estruturas econômico-ecológicas, tanto como de lutas de ideologias ou como sentimentos emocionais; ademais tem influências da vida cotidiana mais local tanto como a que chega da globalidade em que vivemos.

Villasante e Martín (VILLASANTE; MARTÍN, 2006) afirmam que numa análise de redes acabamos colocando os vínculos, que são os elementos mais importantes de todo o esquema. E são, continuam, porque é a partir deles que podemos começar a mudar situações que nos preocupam. São os vínculos emocionais que resumem, no concreto do cotidiano, muitas das condicionantes que se foram acumulando, mas como simples reflexos da estrutura ou da ideologia. Os vínculos nos dão outra dimensão possível, que não depende tanto dos condicionantes econômicos ou dos ideológicos, senão da formação emocional e das histórias cotidianas vividas nas famílias, entre amigos, vizinhos ou no trabalho.

Então se considera a importância desta percepção por crer-se que exista uma enormidade de relações de poderes que se possam manejar na localidade e que alguma deve estar presente para que se possa, a partir daí, lidar e jogar com esta variável, que pode não ser apenas uma opinião ou uma simples sensação de um ou mais atores sociais envolvidos, mas sim a capacidade de intervenção que pode estar aí e com força suficiente para a decolagem de um novo processo que possa, inclusive, criar espaços nos quais a tomada de decisões seja de caráter mais interno, abrangendo os implicados.

Villasante e Martín (VILLASANTE; MARTÍN, 2006) sinalizam que, desde 1995 até os dias atuais, vêm comprovando em numerosas investigações, com técnicas cada vez mais depuradas, como os conjuntos de ações servem para diagnosticar os sujeitos em presença, uma amostra das posições contrapostas, uma verificação com trabalho de campo e

social. Pichón considera três dimensões de investigação: a do indivíduo, a do grupo e a da instituição. Essas dimensões, por sua vez, proporcionam três tipos de análise: a análise psicossocial, que terá como ponto de partida a pessoa em toda a sua extensão; a análise sociodinâmica, que analisará o grupo como uma estrutura; e a análise institucional, que pesquisará toda a instituição, e enfim todo um país. Segundo suas considerações seria impossível separar esses campos de investigação, uma vez que se integram sucessivamente.

devoluções⁷ para dar maior verossimilhança e projeção criativa às estratégias que se põem em jogo. Referem-se à aplicação dessas metodologias por equipes de investigação que têm presença em Madrid, Barcelona, Sevilla, Canárias, Equador, Peru e Chile, onde puderam conhecer diferentes variantes e enriquecer os diagnósticos e propostas. Também mencionam experiências mais breves na Colômbia, México, Argentina, Uruguai e Brasil. Dizem que dessa forma estamos usando um conceito de poderes nas relações do cotidiano, que não faz referência tanto ao poder em si mesmo, como algo estabelecido, senão como uma construção em processo, que, sem dúvida, estamos em sociedades desiguais, mas algumas pessoas ou grupos têm poderes sobre outras mais pelas relações que se estabelecem do que devido às coisas terem de ser assim. Afirmam que é desde o cotidiano que se constroem os poderes, na família, nas relações de trabalho ou de educação, nas amizades e nas vizinhanças.

Quer dizer que a questão está em como saltar dos conjuntos de ações a outros; como enfrentar os conflitos internos e externos em cada situação, pois os poderes do cotidiano não são somente poderes “sobre”, senão também poderes “para”. As relações não são somente de dominação senão também de construção. Resumindo, então, o raciocínio desses autores não trata de tomar os poderes senão de construí-los e, para isso, às vezes existem conflitos muito fortes. Daí o conceito de ‘desborde popular’ que se refere a que os atores se sintam implicados ou não com o processo. Isto é, pode ser que se trate de conseguir reformas, mas se fizermos por meio de movimentos de organização popular e se for criando uma consciência de poder alternativo, se estará forjando uma mudança mais estrutural; também pode ser que, apostando em transformações mais radicais, o processo fique em algumas conquistas de reformas, que deem durante um tempo possibilidades para uma melhor organização social.

Villasante e Martín (2006) dizem que em movimentos que perduraram com certa história se sucederam momentos com todas essas complexidades acima descritas e mais, isto é, em movimentos que tiveram certa consistência e durabilidade em termos cronológicos aconteceram fenômenos os mais variados no que tange a formas de organizações sociais.

Com essas análises de rede e utilização desses procedimentos, propõe-se dar maior legitimidade aos processos democráticos.

Conforme argumenta Villasante (2000), esses processos não podem simplesmente ser reduzidos a uma representatividade de meios votantes, senão que mais precisamente a uma

⁷ Expressões-chaves são rerepresentadas para os atores sociais com o intuito de provocar uma discussão visando uma percepção individual e coletiva sobre um determinado contexto.

capacidade das diferentes redes de iniciativas, formais e informais, para fazer as democracias mais eficientes por serem mais participativas. Segue em que as análises qualitativas sobre as motivações locais e concretas se colocam no centro das ciências sociais. As análises de redes sociais tratam de observar as condutas com base nas relações pessoais e grupais. Villasante afirma ainda que a análise de redes tem sua maior potencialidade não tanto na descrição das relações existentes, como na potencialidade da construção de estratégias reticulares, de acordo com os conjuntos de ações existentes e potenciais. Essas análises de redes, segundo ele, tanto podem servir como filtros ou como justificativas para manter as redes existentes, ampliando-as em dinâmicas estabelecidas.

A relação entre o empoderamento e esta reflexão complexa, identificada por Villasante (2000), propõe destacar a capacidade de negociar estratégias compartilhadas pelos principais sujeitos implicados em cada um dos processos. Põem sobre a mesa, parafraseando Villasante, as construções das necessidades que se fazem desde cada posição social, põem os objetivos e as aspirações desde cada ideologia particular e põem, também, os estilos de resolver conflitos e as formas mais criativas e democráticas para aproveitar as melhores e maiores capacidades que se possam aportar. A análise de redes passa, assim, de uma coleção de pretendidas fotografias do cotidiano local a um instrumento central das estratégias resolutivas dos processos sociais, combinando a complexidade de distintos aportes desde sua capacidade de concretizá-las em relações operativas.

Deve-se registrar também que não é unânime a relevância atribuída ao desenvolvimento local – como foco de reflexão, como campo de práticas transformadoras. Há quem veja, nesta ênfase, apenas uma retórica a preencher o vazio, enquanto as dinâmicas estruturais seguem seu curso. Alguns chegam a afirmar que não existe um desenvolvimento local: não apenas porque o desenvolvimento é sempre articulado aos processos mais gerais, mas porque é da natureza mesmo das sociedades capitalistas a incorporação crescente de novos espaços subordinados à lógica dominante. Nesse sentido, a ideia de desenvolvimento local seria ingênua ou funcional. Porém, diferentemente desta visão, podemos entrever na questão do desenvolvimento local uma resposta que, tendo sua emergência associada a um contexto de globalização, reestruturação produtiva e crise do padrão de desenvolvimento, insere-se no âmago das disputas em torno de alternativas e caminhos, o que lhe dá um potencial transformador. Pode-se identificar, nas transformações em curso, não a dinâmica sistêmica de um único ator, o capital globalizado e globalizador, mas processos contraditórios de desterritorialização e reterritorialização, que se associam “às relações extremamente

móveis entre a globalização e seu contraponto, a revalorização das dimensões locais de constituição social e produtiva” (IETS, 2005). O contexto de reestruturação e crise do padrão de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que desvincula, fragmenta e exclui, gera novas possibilidades de construção endógena. Nessa lógica de concepção, a ideia de desenvolvimento local ganha então substância quando associada à hipótese de que as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não podem ser desconstruídas pelo alto, ou substituídas por outros sistemas de fluxos apartados dos lugares. Na reconstrução de identidades e vínculos, na gestação de novas esferas públicas e configurações sócio-produtivas, a emergência do local se configura como um veio necessário de transformação social. Cabe acentuar a dimensão de partilha social, particularmente as interações entre saberes tácitos e tecno-políticos, sendo a “sabedoria do território” elemento essencial desta imbricação entre capital humano e capital social. Considerando que “a dimensão social das trocas entre diversos tipos de conhecimento constitui um fator de potencialização do processo de aprendizagem” (IETS, 2005), a criação de condições para este cruzamento de saberes é essencial para o desencadeamento de mudanças operadas a partir dos agentes locais, sob seu próprio protagonismo.

Nessa ótica, a articulação em rede pode ser fator de (des)instalação de culturas políticas tradicionalmente dominantes: não apenas o patrimonialismo ou o clientelismo, mesmo quando estes se contraponham aos sistemas de dominação instituídos ou ao “modelo” socioeconômico vigente. Redes devem ser pensadas não como o já dado – nos automatismos inerentes a qualquer forma de reprodução social – mas como o construído. São processos em que atuam os elementos cognitivos, aliados à vontade: redes motivadas, intencionais, deliberadas. Conquanto possam estar apoiadas na necessidade e no interesse, nas pressões da própria sobrevivência, sua tessitura fundamental – sob uma perspectiva transformadora – supõe a emergência da subjetividade humana na busca de novos espaços instituintes (CUNCA BOCAJUVA, 1998).

Os laços flexíveis que caracterizam uma rede permitem a convivência de proximidades e distâncias entre seus participantes, de acordo com inclinações e interesses. Porém, uma dinâmica de rede efetiva – e não apenas aparente ou formal – tende a fazer com que as relações construídas prevaleçam sobre as disposições preexistentes, ao gerar ambientes de transparência, contrariando a lógica do “guardar para si” e estimulando a reciprocidade aberta.

Em torno da questão do desenvolvimento local, dinâmicas desse tipo podem facilitar os elos entre diferentes campos de articulação, otimizar o uso de meios virtuais e fomentar múltiplos espaços de produção, debate e intervenção, nas diferentes regiões do Brasil. Não é difícil vislumbrar os benefícios que estratégias-rede podem trazer, como um salto à frente, nas condições de formular e atuar, tendo o desenvolvimento local como foco prático-reflexivo (IETS, 2005).

Não é mais possível se considerar nem residual nem secundário o conjunto de variáveis endógenas sociais do sistema local porque o desenvolvimento regional é, em grande medida, o fruto de uma complexa construção socioambiental da economia, saída de sociedades locais com estruturas e histórias determinadas. Por isso, já se aceita, hoje em dia, certo consenso de que o desenvolvimento local é possível e que se trata de um processo dinâmico e global de colocação em marcha de sinergia entre atores locais, para valorizar os recursos humanos e materiais de um território dado e em relação negociada com os centros de decisão do conjunto econômico social e político em que se inserem (GUERRERO, 1996). Para Mattos (1989), o desenvolvimento local é considerado, ou acusado, de sinônimo de utopia iluminista que concebe a sociedade como “harmônica” e que menosprezaria a ideia de “luta de classes” como motor da história. Ao parecer acreditar numa unidirecionalidade da história e do desenvolvimento, Mattos descarta que, após as sociedades modernas terem “superado” o localismo, esteja-se hoje propondo a sua consideração efetiva. Argumenta ele que, na globalização, o capital se desprende em termos setoriais e territoriais, superando a etapa em que uma característica destacada dos proprietários do capital era a sua identificação com um determinado setor (comercial, agrícola, industrial), ou com uma determinada localidade (urbana ou rural). Nessa nova etapa, um número crescente de capitalistas busca melhorar as condições para a valorização de seus capitais através de crescente (trans)setorialização e (trans)regionalização de suas atividades, operando geralmente mediante mecanismos financeiros cada dia mais impessoal, complexo e diversificado. Assim, o capital perderia o sentido de pertencimento local e os atores sociais envolvidos deixariam de se identificar exclusivamente com os interesses desta ou daquela parte do território. Por tais argumentos, presentes na leitura da realidade e na posição teórica representativa de Mattos, é que este (e outros) considera não ter sentido atribuir ao local papel relevante no desenvolvimento.

Mas, na verdade, ou melhor, por outro lado, segundo Froehlich (1998), não se trata de considerar o local e o global como dicotômicos no espaço ou no tempo, mas de entender que

os processos de globalização e localização/regionalização são indissociáveis na fase atual. Com isso, se relativizam as leituras lineares do processo modernizante como industrialização, urbanização e burocratização, as quais transformariam comunidades locais, conduzindo, no limite, ao fim do local. O que se pode perceber é que um dos efeitos da globalização, ao invés do fim do local, é levar à confrontação uma pluralidade de interpretações quanto ao significado do mundo, formulado a partir da perspectiva de tradições nacionais/regionais e civilizatórias diversas.

Nesse contexto de diversidades surge a autonomia de uma coletividade que traz subentendida uma territorialidade autônoma, uma gestão autônoma do espaço, esse produto social que é, a um só tempo, suporte para a vida em sociedade e condicionante dos projetos humanos; um referencial simbólico e afetivo e, também, um referencial para a organização política, ao mesmo tempo em que é uma arena de lutas e uma fonte de recursos. Guerrero (1996) alerta, no entanto, que a capacidade de regulação de uma sociedade local e os mecanismos que se empregam depende do equilíbrio de forças socioeconômicas que operam no nível local, dos atores que as representam e de como interatuam entre eles. Depende do tipo de rede social e dos fluxos que a definem. Tal não inviabiliza, antes até reforça, o fato de que a sociabilidade (entendida como espaços de intensificação das relações sociais mediadas diretamente pela convivência entre pessoas além do espaço de trabalho e do familiar, incluindo-os) pode ser um interessante vetor para pensar/articular a rede social do desenvolvimento local. Rede social que pode ser ativada pela sociabilidade local, por exemplo, pelo resgate de festas ou costumes antigos etc, ou criada pelos interesses dos mediadores/empreendedores em propor dado projeto de desenvolvimento. Em grande parte, existe uma força interior desta identidade local ou “lógica comunitária”, que se assenta nas relações viciniais e familiares, circunscritas a um dado território, e que continuam a ser mais importantes que as de caráter nacional ou mundial, mesmo num contexto caracterizado pela globalização e o aumento da ação a distância. Segundo Yañez (1998), o motivo para tal é a maior possibilidade e efetivação da interação direta, base para a manutenção de relações constantes e intensas e a criação de uma identidade coletiva centrada no território.

Assim, Froehlich (1998) conclui seu raciocínio dizendo que o espaço passa hoje a desempenhar um papel crucial para se pensar o desenvolvimento, pois a própria sociedade só é concreta com o espaço, sobre o espaço, no espaço. Espaço agora multifacetado, porque se considera que, só pensado enquanto multidimensional, pode ser autêntico o desenvolvimento. Desse modo, não é menos equivocado imaginar ser possível transformar as relações sociais

sem modificar o espaço social que as condiciona, que pensar que a sociedade mudará se as formas e estruturas espaciais mudarem.

É nesse âmbito argumentativo que se pode considerar válido atribuir um sentido “localista” ao desenvolvimento, podendo-se falar em algo como “desenvolvimento local” como suporte ao desenvolvimento regional. Tanto é assim que, diante da globalização, a comunidade local segue se mostrando como o principal referencial socioespacial na vida cotidiana. Ilustrativamente, de um ponto de vista econômico, pode-se verificar o surgimento de estratégias de desenvolvimento mais “endógenas”, centradas nas características e implicações dos atores locais. Essas tentam responder tanto à nova estrutura de oportunidades resultante do processo de globalização, como às que são geradas no próprio âmbito local, e que são dos mais variados matizes. Não obstante, tal atribuição de um sentido localista ao desenvolvimento deve ser tratada e explorada como possibilidade, evitando-se de qualquer modo o risco de se introduzirem lógicas extremadas de particularismos nos sistemas sociais e políticos. Mister se faz, então, administrar o processo tensional entre o local e as escalas mais amplas através de reformas institucionais que deem vazão a aspirações democráticas legítimas e encontrem novos pontos de equilíbrio entre o local e o regional/nacional/global.

Por intermédio do lugar, que demarca a posição dos atores sociais, a política pública é o meio e o fim de múltiplas relações de controle, de vizinhança, de distanciamento e de aproximação que criam e recriam lugares de poder, nos termos estudados por Raffestin (1993).

Trata-se, portanto, de pensar o lugar enquanto o lugar da ação e da possibilidade de engajamento na ação, o que pede o mapeamento da pluralidade de atores sociais, suas parcerias e articulações, bem como os mecanismos de acesso ao centro do poder.

Com base nessas ideias, Magaldi et. al. (2002) consideram que os processos geradores da exclusão social nas cidades brasileiras são aqueles decorrentes da perda crescente de poder decisório do nível local. Quanto mais se encontra dissociada a escala da ação do nível do comando e controle, maior o grau de exclusão social. Afirmam que, por outro lado, os lugares também podem se fortalecer por meio das políticas públicas de nível local que visam o enfrentamento deste processo de exclusão social. A partir das ações localmente constituídas, reconstrói-se, assim, uma base de vida que amplia a eficácia da política pública a serviço da sociedade civil e do interesse coletivo. É o que tem se verificado nas experiências em

desenvolvimento em inúmeras cidades brasileiras, cujo poder público local tem chamado para si e colocado esta questão no centro da agenda pública. Concluem que o desafio é de compreender os novos significados da vida urbana e dos processos geradores da pobreza e exclusão social no Brasil. Para isto, a construção de indicadores sociais pode se tornar um poderoso instrumento de intervenção nesta realidade.

2 A CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Neste capítulo apresenta-se o processo de formação do município no contexto da região conhecida como Metade Sul do Rio Grande do Sul, apresentando aspectos da caracterização geográfica da área estudada.

Também se apresenta a constituição do perfil social da população local através de uma breve reconstituição histórica referente à evolução dos principais produtos que comandaram a economia desta região nos últimos tempos, bem como a influência que a constituição da estrutura agrária teve para este perfil.

Nesta formação, está também a caracterização do sistema hidrográfico, apontando a importância da Bacia do Rio Negro, do qual o arroio Bagé é um dos principais afluentes.

Algumas das principais atividades econômicas e alguns indicadores de qualidade de vida da população local, juntamente com uma análise da composição dos atores sociais que constituíram o universo investigado, encerram o capítulo dois.

2.1 A formação do município de Bagé no contexto regional da Metade Sul

A miséria e a falta de perspectiva para parcela significativa da população observada atualmente na região da campanha como um todo, e em Bagé em particular, está relacionada ao processo de ocupação das terras, razão de conflitos e disputas incontáveis. Esse processo ocorreu por doações de grandes sesmarias⁸, principalmente por reconhecimento da coroa portuguesa aos chefes militares.

Essa é a origem da estância, característica desta região, do latifúndio, dos “vazios” e da atual estrutura de uso da terra. É a partir da grande estância e do estancieiro que se

⁸ 1. Terra inculta ou abandonada.

2. Lote de terra inculta ou abandonada, que os reis de Portugal cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-lo.

3. Bras. Antiga medida agrária, ainda hoje usada no RS, para áreas de campo de criação. [Havia a sesmaria do campo (que perdura) e a sesmaria do mato. A légua de sesmaria tem 3.000 braças, ou 6.600 metros.]

organiza política, econômica e socialmente esta região. Ademais, os índios, os portugueses colonizadores, descendentes de açorianos e espanhóis, além da presença de negros, originalmente escravos das grandes estâncias e fugitivos das charqueadas da região de Pelotas, dão forma a esta mistura étnica, conhecida na região como “pêlo duro”.

Assim, o perfil do habitante da região da campanha, de Bagé em particular, é marcado pela mescla de cores e, conseqüentemente, também pela mescla de credos desses indivíduos.

Associado a este item vem a importância do processo de distribuição das terras, moldando, até os dias atuais, o comportamento dos atores desta região. Este processo gerou naturalmente uma concentração de posses. Isso funcionou nos séculos dezanove até fins do século vinte quando, então, a pressão socioeconômica começou a exigir mais do aspecto qualitativo no sentido de uma mais ajustada distribuição de rendas dentro do sistema. No final do século passado, Bagé começa então a disputar um “novo mercado”, percebendo desta vez uma concorrência entre seus vizinhos próximos e também de seus vizinhos regionais mais distantes. Concebida então dentro de uma organização rural, a região “perde para seus concorrentes” e isto ocasiona um inchaço urbano, desemprego, aumento de poluição urbana, criminalidade urbana e rural, falta de perspectiva etc.

A região da Campanha, nas proximidades do município de Bagé, recebeu no final do século XX e início deste uma leva significativa de integrantes do Movimento de Trabalhadores Sem Terra. Ademais de chineses, franceses, italianos e outros trabalhadores, que constituíram e ainda constituem forças de trabalho nas construções da Usina Presidente Médici (ELETROBRAS/CGTEE) conformando, assim, uma nova região.

Desde a década de 40 ocorreram transformações no setor primário, provocadas pelo desenvolvimento de alguns segmentos produtivos. As principais alterações estavam ligadas à modernização tecnológica e mudanças na produção. A característica mais significativa na agricultura, principalmente nos anos 1960, foi a acentuação da lavoura mecanizada.

A região Sul, em geral, manteve seu peso na renda interna da agropecuária, mas o núcleo central da Campanha sofreu alterações relevantes. Historicamente voltada ao latifúndio bovino extensivo de corte e à produção de lã, já no começo do século XX a lavoura mecanizada chegou com o arroz, sendo acompanhada pelo trigo (a partir dos anos 50/60) e pela soja (década de 70), fazendo com que a pecuária, menos dinâmica, perdesse importância relativa. Tudo isso reflexo do dinamismo da lavoura empresarial e das dificuldades estruturais da pecuária bovina para modernizar-se (ficando a ovinocultura em uma posição melhor).

Paralelamente, o cultivo de arroz teve um desempenho e participação na renda interna primária excepcional, atingindo 45,3% do total estadual em 1980, sendo que entre os maiores produtores estavam Alegrete, Bagé, São Gabriel, Uruguaiana e São Borja (TRT, 2005).

Segundo Malafaia, Talamini e Blume (2005), a zona da Campanha vem continuamente perdendo relevância no produto industrial gaúcho. A indústria de beneficiamento é a responsável ainda por certo crescimento, devido, fundamentalmente, ao beneficiamento do arroz, secundado pelo gado e lã, com indústrias localizadas em Alegrete, Bagé, Livramento, Uruguaiana, Rosário do Sul e Itaqui. Novos ramos implantaram-se na região, com capitais estrangeiros, públicos e privados, como cimento, vinícola e energia, mas com reflexos ainda reduzidos na economia regional. Para eles, a Campanha apresentou o pior desempenho nos anos 80, com uma tendência de claro declínio na participação estadual na agropecuária, sobretudo nos seus municípios mais importantes como Alegrete, Bagé, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel, Uruguaiana, provocando um impacto na economia da região, pois o setor primário é o mais significativo.

O desempenho da pecuária, historicamente relevante em Bagé, apresentou decréscimo na bovinocultura. Os problemas da bovinocultura são: dificuldade de rentabilidade para competir pelos melhores solos, perdendo continuamente áreas para lavouras; incapacidade de competição, em termos de custos, com outras áreas do país; e nos últimos anos, concorrência com avicultura em expansão e que apresenta custos reduzidos de produção, resultando em melhores preços ao consumidor (TRT, 2005).

O baixo crescimento da economia da Região Sul por um longo período acabou por se refletir na rede urbana regional, que teve seus principais centros deslocados das posições mais elevadas da hierarquia urbana do Estado. Em 1950, a Região Sul possuía quatro cidades (Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Bagé) entre as cinco maiores do Estado, passando a ter, em 2000, somente uma cidade (Pelotas) nesse rol. Do ponto de vista regional, houve um retrocesso relativo (ALONSO, 2009).

Ainda para Malafaia, Talamini e Blume (2005), a concentração dos recursos produtivos e o domínio do agronegócio permitiram uma extensa difusão do modelo produtivista. O comportamento cooperativo foi eficiente na difusão de um padrão de dependência dos mercados internacionais, bem como a multinacionalidade das empresas, os modelos tecnológicos e os padrões de consumo. Esse modelo difundido requer das empresas uma forte exigência em termos de concentração de recursos e de acessibilidade. Sendo assim,

percebe-se, mediante esse enfoque, a predominância de um modelo de competitividade hegemônico no agronegócio, onde a unificação dos mercados tende a impor uma padronização dos produtos, bem como uma elevada escala de produção favorecendo as atividades agrícolas que dispõem de terras de alto potencial agrícola, onde a demanda por capitais transacionais para a produção de cultivos intensivos predomina.

As transformações incorridas no agronegócio frente à globalização, também trouxeram o seu lado nocivo, como a exclusão de muitos produtores do processo produtivo, em face de suas incapacidades de atenderem às exigências de grandes escalas e da padronização de produtos e processos. A elevação dos custos sociais e a destruição dos recursos naturais também fazem parte desse cenário (MALAFAIA; TALAMINI; BLUME, 2007).

No que se refere à cadeia produtiva da carne bovina, a mesma vem enfrentando constantes dificuldades decorrentes da falta de subsídios para nortear o setor de forma sistêmica. As limitações do sistema produtivo, em termos de sustentabilidade, de eficiência de desempenho, da necessidade de se abordar o assunto sob o enfoque de cadeia produtiva e de agronegócios, determinam que ações devam ser tomadas de imediato para reverter a situação atual do setor bovino de corte, que vem ao longo dos anos perdendo mercado para outras cadeias agroalimentares concorrentes (MALAFAIA; TALAMINI; BLUME, 2005).

Complementando este perfil de Bagé, os sistemas produtivos apresentam, na maioria das vezes, um valor da terra relativamente baixo, um nível de capital imobilizado baixo, uma baixa utilização de mão de obra e indicadores de eficiência econômicos baixos ou negativos (SEBRAE/FARSUL/SENAR, 2005).

Recentemente, em função da ampliação das discussões mundiais relacionadas com o tema agronegócios, o tema do “crescimento da metade sul” passou a tomar em consideração a situação ambiental do Estado no que tange a uma imensa área do território gaúcho (no caso, envolvendo o bioma Pampa⁹ onde Bagé insere-se). Essa abordagem surgiu a partir do momento em que, independente das especificidades culturais e ambientais da região, passou-se a trazer uma nova modalidade de empreendimentos para a mesma, ligada à introdução de

⁹ O Pampa ocupa uma área de aproximadamente 700 mil km², compartilhada pela Argentina, Brasil e Uruguai, sendo que no território brasileiro, distribui-se pela metade sul do estado do RS, abrangendo cerca de 176 km², equivalendo a 64% do território gaúcho e a 2,07% do território do País (Destaca-se entre outros biomas do Brasil, o Bioma Pampa, que é o único cuja ocorrência é restrita a somente um Estado). Caracteriza-se por um conjunto vegetacional campestre relativamente uniforme em relevo de planícies, onde predomina a cobertura vegetal em estepe e savana estépica, que correspondem aos campos do planalto e da campanha, e vegetações mais densas, arbustivas e arbóreas, nas encostas e ao longo dos cursos de água; além disto, se caracteriza também pela ocorrência de banhados. (MMA, 2006).

cultivos de árvores exóticas (principalmente Pinus e Eucaliptos), com fins de produção de celulose e madeira.

A Metade Sul está localizada entre os paralelos 29° 30' e 33° 30' numa das regiões preferenciais para frutas de clima temperado no mundo e os dados, analisados por técnicos da Embrapa, indicam que as condições são privilegiadas para uma fruticultura de alta qualidade (COMITÊ DE FRUTICULTURA DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL, 2008).



FIGURA 1 – Abrangência Estadual da Mesorregião Metade Sul/RS (2008).

Fonte: <http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/metadesul/abrangencia.asp>.

Cabe ressaltar que, em Bagé, atualmente, há significativos investimentos na área da fruticultura, bem como se constata também que há anualmente um crescente número de produtores dedicando-se a essa atividade, realizada nos padrões convencionais. Na parte da cidade, apontada no mapa a seguir, o segmento da Rua Marcílio Dias tem aproximadamente 100 metros de comprimento no sentido Norte/Sul. Exatamente nesta localidade está situada a popularmente conhecida Canhada do Sapo, dentro do bairro do Passo do Onze.

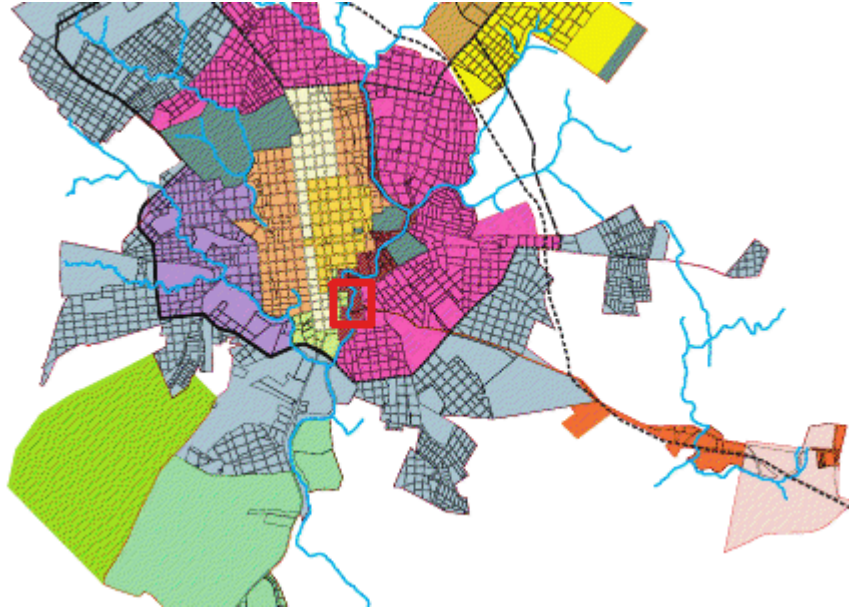


FIGURA 2 – Mapa de Bagé: segunda perspectiva indicando o local da investigação

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Zoneamento (SCOPLAN), 2007.

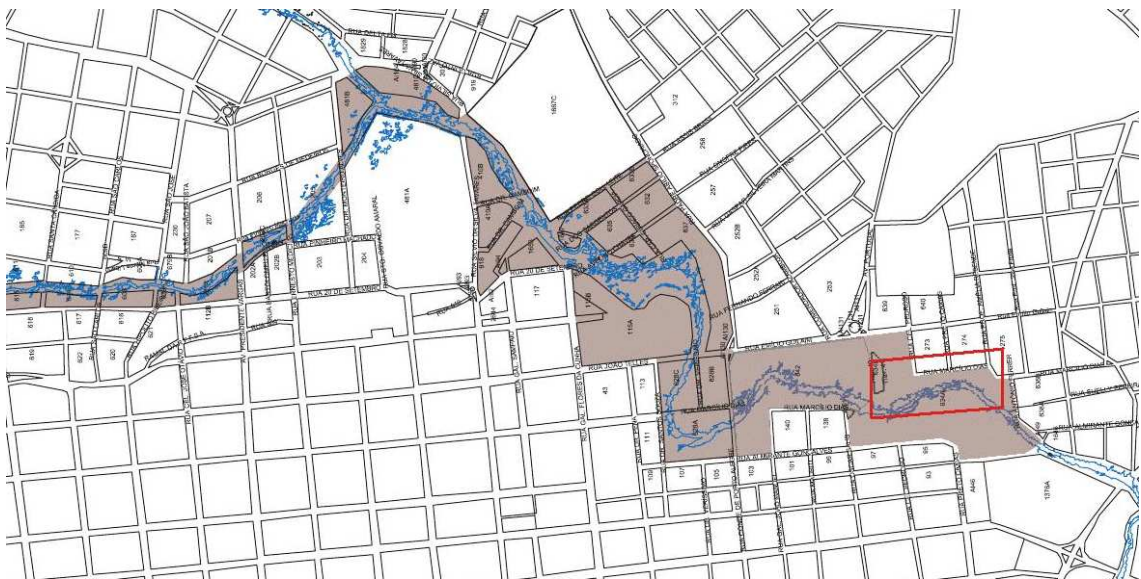


FIGURA 3 – Mapa de Bagé: primeira perspectiva do segmento da Rua Marcílio Dias, no bairro do Passo do Onze, no centro da cidade

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Zona Especial 1 – ZE1 (SCOPLAN), 2007.

No sentido Norte/Sul situam-se, no lado esquerdo da rua, os terrenos conectados ao arroio. No final destes cem metros de rua, sentido Norte/Sul, localiza-se uma ponte baixa conectando as duas margens do arroio Bagé e dando a este ponto o nome conhecido por Passo do Onze. Esta área do Passo do Onze está na região central da cidade de Bagé.

Cabe ressaltar, conforme a figura 4 a seguir, que o Passo do Onze forma-se também por um agrupamento de casas e casebres do outro lado da margem do arroio, passando pela ponte do Passo do Onze, e que estes e mais as ruas perpendiculares ao segmento da Rua Marcílio Dias não fizeram parte desta investigação científica.

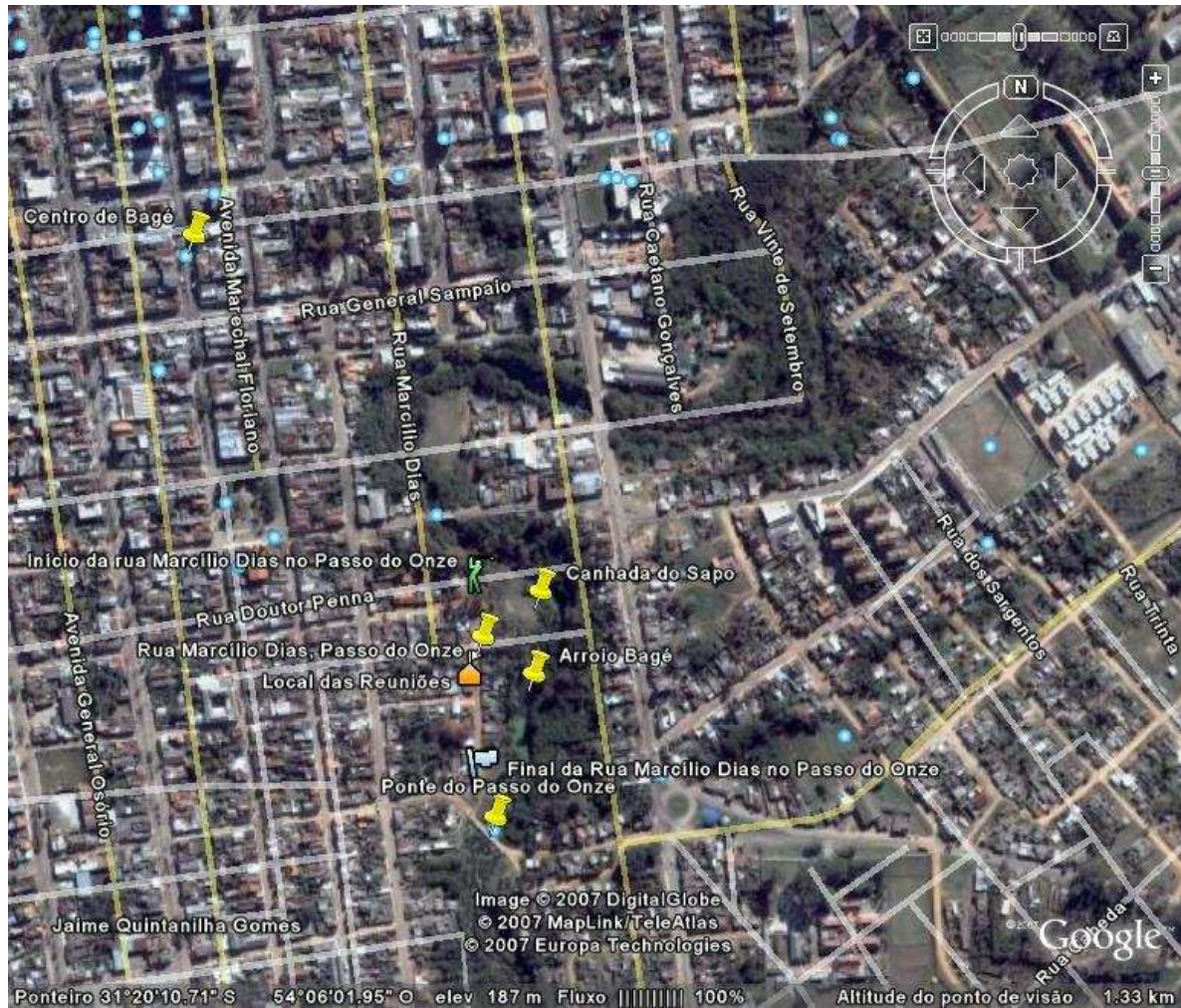


FIGURA 4 – Imagem de satélite, perspectiva do Arroio Bagé no Passo do Onze (01), (2007).

Fonte: <http://www.google.com.br>.

A Rua Marcílio Dias tem dois sentidos partindo de uma das curvas do arroio Bagé, na parte popularmente conhecida como Panela do Candau, mais ao centro da cidade. De um dos lados em que suas margens aparentam ser uma serpente, por suas curvas, o arroio vem pelo rumo norte da cidade, com uma extensão de aproximadamente quinhentos metros até a sua ligação com o arroio Tábua (localizado à montante do arroio Bagé e localizado na zona norte

da cidade). A outra parte da Rua Marcílio Dias¹⁰ começa a uns 200 metros rio abaixo e possui apenas a extensão de aproximadamente 100 metros, com residências nos dois lados tendo aproximadamente cinquenta moradores.

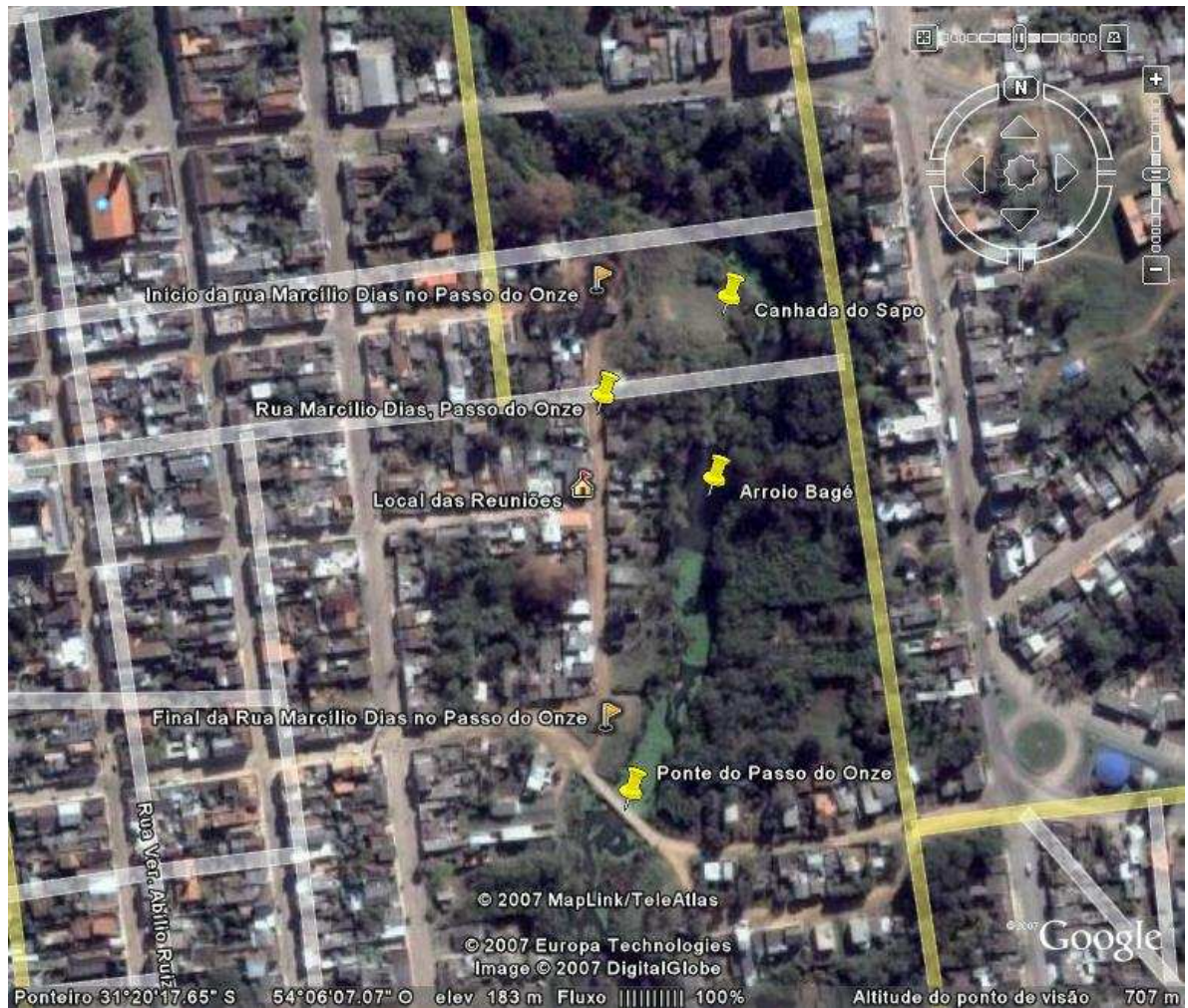


FIGURA 5 – Imagem de satélite, perspectiva do Arroio Bagé no Passo do Onze (02), (2007).

Fonte: <http://www.google.com.br>.

¹⁰ Passo do Onze, Canhada do Sapo.

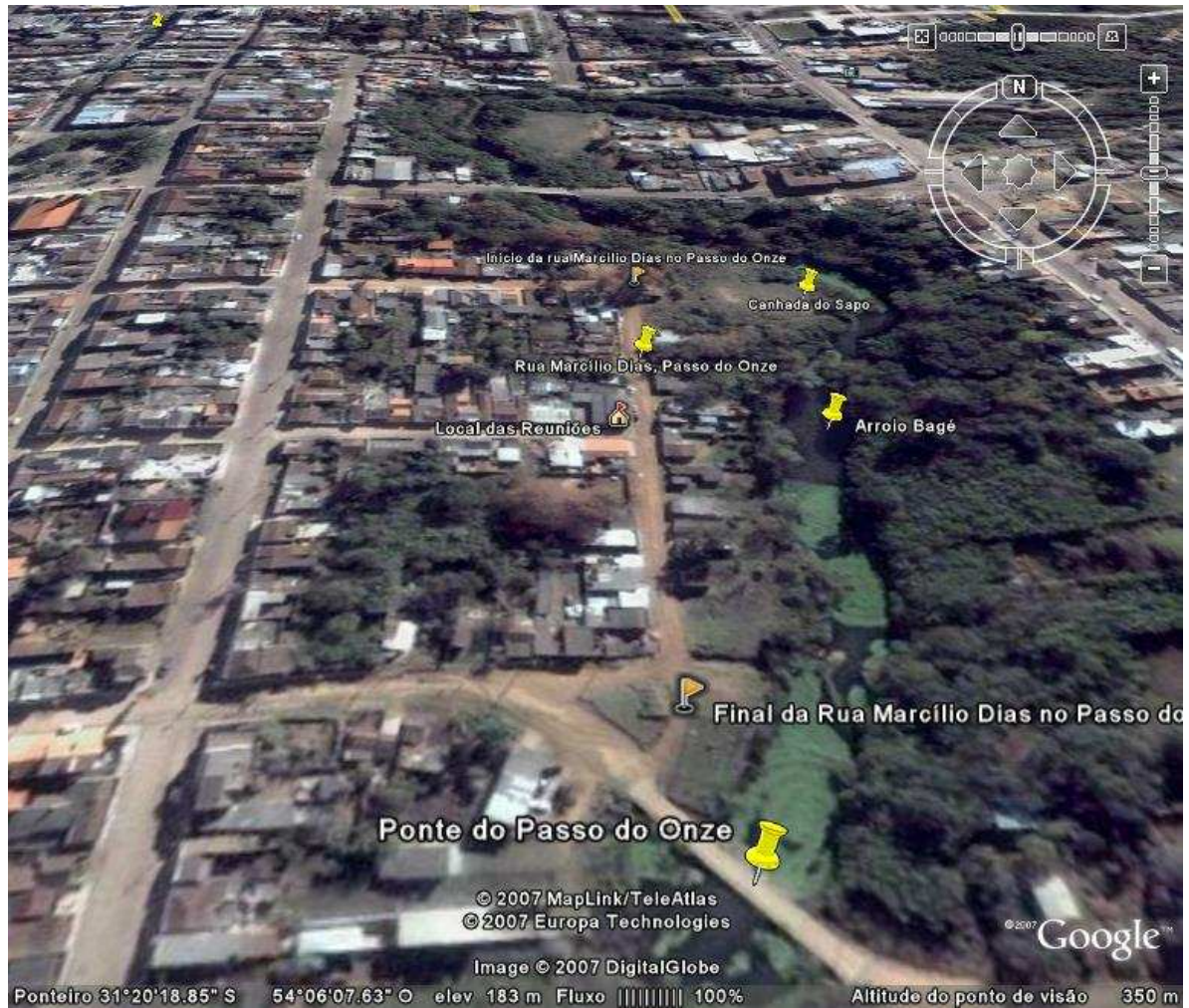


FIGURA 6 – Imagem de satélite, perspectiva do Arroio Bagé no Passo do Onze (03), (2007).

Fonte: <http://www.google.com.br>.

2.2 Caracterização do sistema hidrográfico do município

O sistema hidrográfico do município acha-se dividido em três bacias. Os cursos de água situados ao Norte do município pertencem à bacia do rio Camaquã. Este tem suas nascentes nos municípios de Bagé e Lavras do Sul, seguindo seu curso, no sentido N, NE, ao longo do qual estabelece limites com os municípios de Lavras do Sul e Caçapava do Sul. Os principais afluentes do Camaquã são os arroios: do Tigre, das Palmas, Lichiguana e Torrinhas ou Velhaco. No Sudeste do município, situa-se a bacia do rio Jaguarão, cujos principais afluentes são os arroios: Candiota, Jaguarão Chico e Jaguarão Grande. O Sudoeste encontra a bacia do rio Negro, cujos principais afluentes são os arroios: Piraí, Quebracho, Quebrachinho,

Gontan e Bagé. O rio Negro é o maior afluente do rio Uruguai, correndo de Nordeste para o Sudoeste, banhando o Rio Grande do Sul e dividindo o país Uruguai em duas partes aproximadamente iguais: a parte Norte e a parte Sul. É o principal curso d'água do interior do Uruguai. Nasce no Brasil, próximo à cidade de Bagé e tem breve curso no Estado do Rio Grande do Sul (BACIA DO RIO NEGRO – RIO GRANDE DO SUL, 2007).

No território brasileiro, a bacia do rio Negro abrange as nascentes deste importante curso d'água que atravessa a República do Uruguai, desaguando no rio Uruguai. Dessa forma, o rio Negro configura-se como um curso d'água de domínio da União, trans-fronteiriço, uma vez que atravessa a fronteira do Brasil com o Uruguai. No Brasil, seus afluentes principais são: o arroio Bocarra, o arroio Piraizinho, arroio Quebracho, arroio Quebrachinho, arroio Bagé, sanga Cinco Salsos, rio Pirafé, sanga da Caneleira, arroio Pirafé e o arroio São Luís, que faz parte da divisa do Brasil com o Uruguai. A bacia do rio Negro abrange total ou parcialmente a área territorial dos municípios de Bagé, Aceguá, Hulha Negra, Candiota e Dom Pedrito (BACIA DO RIO NEGRO – RIO GRANDE DO SUL, 2007).



FIGURA 7 – Localização da Bacia do Rio Negro (2011).

Fonte: <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/hidrografia.htm>

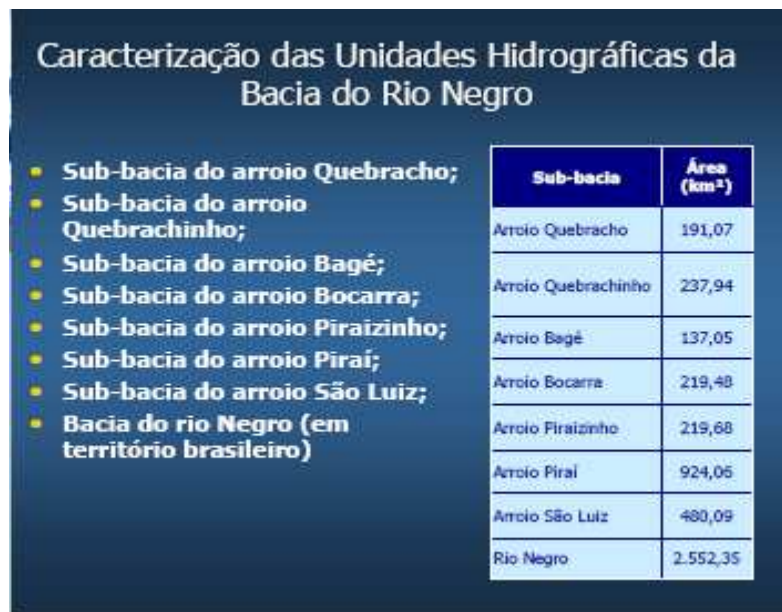


FIGURA 8 – Caracterização das unidades hidrográficas da Bacia do Rio Negro (2007).

Fonte: IBGE

2.3 Atividades econômicas e indicadores de qualidade de vida da população local

O perfil econômico dos municípios encontra-se fortemente associado aos padrões socioculturais de produção, com histórico predomínio das atividades pecuárias e agrícolas, estando representado pelo cultivo de arroz nas várzeas e, mais recentemente, pela produção da soja e, em alguns locais, de fruticultura.

A figura 9 a seguir mostra a representação gráfica da estrutura setorial do VAB, bem como a figura 10 mostra o PIB dos municípios da região e do RS (FEE, 2003). De acordo com os dados, observe-se que o município de Aceguá apresenta o predomínio da agricultura, enquanto que em Bagé e Hulha Negra predominam as atividades ligadas a serviços e indústria, respectivamente.

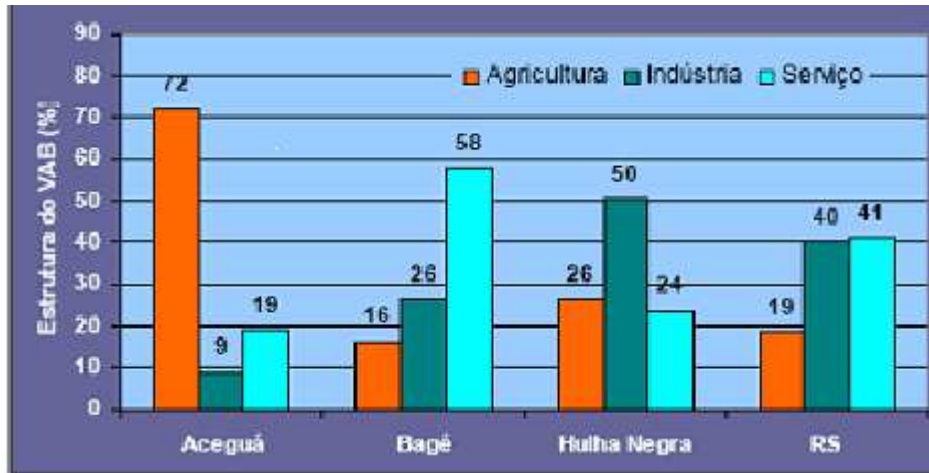


FIGURA 9 – Estrutura do VAB (%), (2003).

Fonte: FEE

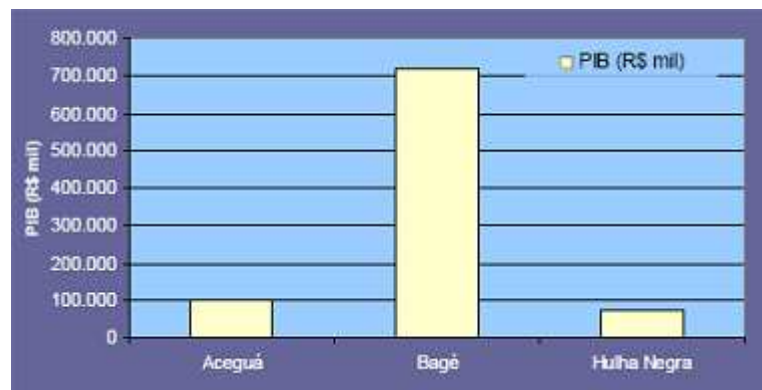


FIGURA 10 – PIB (R\$ mil), (2003).

Fonte: FEE

A distribuição espacial da população nos municípios da bacia apresenta-se na tabela 1 abaixo, onde se apresenta também a distribuição da população urbana e rural (IBGE, 2007).

TABELA 1 – Distribuição espacial da população nos municípios da Bacia do Rio Negro

Tipo	Aceguá	Bagé	Hulha Negra
Total	4.583	119.961	5.665
Urbana	1.246	104.136	2.880
%	27%	87%	51%
Rural	3.337	15.825	2.785
%	73%	13%	49%

Fonte: IBGE (2007).

Com base no Relatório Síntese da caracterização e diagnóstico da Bacia do Rio Negro em Território Brasileiro – RS (2007), o estabelecimento de um indicador estatístico sintético, abrangendo dimensões básicas do desenvolvimento — longevidade, educação, renda, saúde, domicílio e saneamento — (IDH, IDESE) permite comparações entre unidades territoriais no âmbito de um debate sobre a natureza do desenvolvimento, reconhecendo o caráter central das possibilidades e oportunidades alcançadas pelos indivíduos num determinado território para mensurar o seu grau de desenvolvimento.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) realiza uma mensuração do conceito socioeconômico de desenvolvimento humano. É um índice sintético construído a partir de três dimensões básicas: longevidade, educação e renda. Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um (0-0,499 = baixo; 0,500-0,799 = médio; 0,800-1= alto).

As condições gerais de desenvolvimento medidas pelos valores do Índice de Desenvolvimento Humano resultam dos processos passados de acumulação e distribuição, entre os habitantes de um determinado território, de capacidades básicas (acesso ao conhecimento, direito a uma vida longa e saudável e direito a um padrão de vida digna).

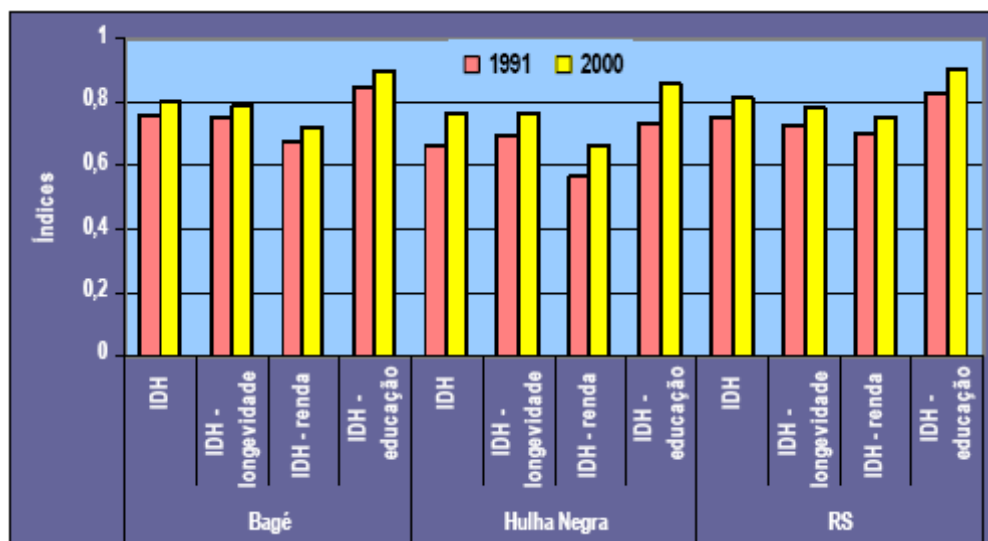


FIGURA 11 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2003)

Fonte: PNUD

O índice de desenvolvimento socioeconômico retrata o nível de desenvolvimento dos municípios, do Estado do Rio Grande do Sul e do COREDE. Ainda que IDH e IDESE sejam distintos entre si, ambos são apresentados como forma de ampliar o conhecimento dos aspectos que condicionam a qualidade de vida da população que reside na bacia do rio Negro, bem como do desenvolvimento socioeconômico local.

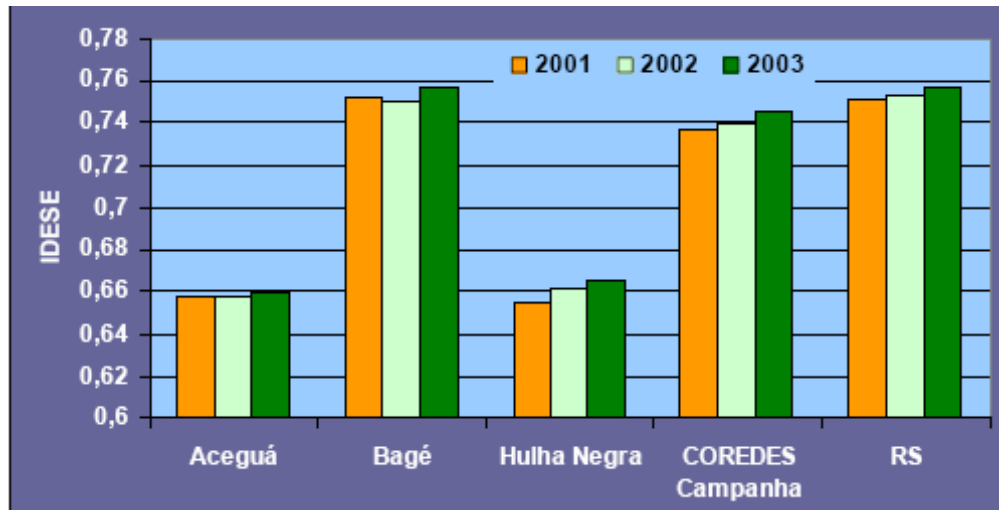


FIGURA 12 – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE (2003)

Fonte: FEE

TABELA 2 – Relação família e atores

Bairro Passo do Onze	106 Famílias	159 Atores
Segmento da Rua Marcílio Dias	23 Famílias	49 Atores

Fonte: GOMES, 2005

A tabela acima, constitui-se por representar a relação das famílias existentes no Bairro do Passo do Onze, local onde está situado o segmento da Rua Marcílio Dias. Desta forma, de um total de 106 famílias com 159 atores para todo o bairro, a investigação arrolou o processo participativo com o universo de 23 famílias compostas por 49 atores sociais.

As figuras 13, 14, 15 e 16 a seguir fazem parte de uma investigação realizada no Bairro do Passo do Onze por Alves durante o ano de 2000. Na ocasião a pesquisadora reuniu informações sobre a comunidade levando-os, naquele momento, à participação de reuniões do Orçamento Participativo. Através de entrevistas, reuniões e conversas com os atores, segundo a autora, foi possível recolher essas informações e sistematizá-las em idade dos moradores,

escolaridade, profissão e renda entre outras. Durante o desenvolvimento da investigação realizada no segmento da Rua Marcílio Dias, constatou-se que os dados ainda estavam atualizados e que também poderiam servir de referência e suporte para a caracterização do perfil dos atores sociais estudados.



FIGURA 13 – Idade dos moradores (2007)

Fonte: Alves, 2000.

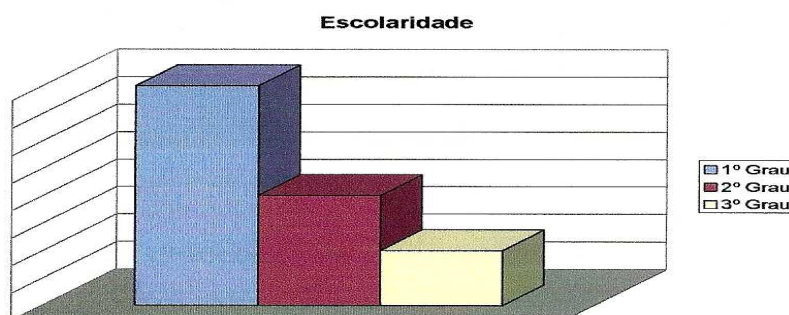


FIGURA 14 – Escolaridade (2007)

Fonte: Alves, 2000.



FIGURA 15 – Profissão (2007)

Fonte: Alves, 2000.

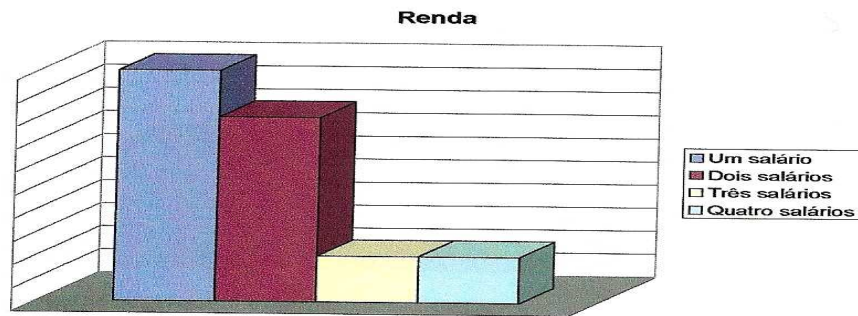


FIGURA 16 – Renda (2007)

Fonte: Alves, 2000.

TABELA 3 – Composição dos investigados

Aposentados	Ativos	Ativos
7 famílias com 1 ator social	2 famílias com 1 ator social	5 famílias com 2 atores sociais
Ativos e dependentes	Ativos e crianças	Aposentados, ativos e crianças
5 famílias com 2 atores sociais	2 famílias com 3 atores sociais	2 famílias com 3, 1 família com 4 e 1 família com 6 atores sociais
Total de famílias 23		Total de atores sociais 49

Fonte: GOMES, 2011

Faz-se necessária para esta análise a construção da tabela 2 e 3 vinculando-os as figuras 13, 14, 15 e 16, a fim de se poder relacioná-las e se ter a perspectiva fidedigna relativa à composição do público que foi investigado.

Considerou-se para esta avaliação os dados gráficos acima como representativos para o segmento da Rua Marcílio Dias, no Passo do Onze, correspondendo a aproximadamente um terço da população total do bairro.

Desta forma pode-se constatar que a comunidade estudada esteve constituída, na sua maioria, por adultos entre trinta e cinquenta anos e por adultos acima de cinquenta anos caracterizados por ativos na tabela 3, que percebem até um salário mínimo conforme a figura 16. Esse rendimento é devido à condição de aposentadoria ou ao tipo de profissão desenvolvida pelos mesmos ser ligado a empregadas domésticas, pedreiros, costureiras segundo a figura 15, entre outros, portanto, com baixo grau de escolaridade como mostra a

figura 14; além das crianças de zero a dez anos representadas na figura 13, bem como na tabela 3. Os dependentes que aparecem na tabela 3 da composição dos investigados dizem respeito a indivíduos com faixa etária entre 20 e 30 anos identificados como desempregados.

Pode-se constatar também em relação ao IDH da cidade de Bagé (Figura 11), que esta comunidade está abaixo do padrão de desenvolvimento com base a este índice.

Também se verificou, com base na figura 09, que a prestação de serviços é a principal base do valor adicionado bruto. Isso se deve à exclusão social via êxodo rural das últimas quatro décadas, ocasionada principalmente pela mecanização do campo, da agricultura proporcionada e estimulada pela modernidade difundida pelo modelo de desenvolvimento vigente para uma região com vocação para a agropecuária. Desta forma tem-se em Bagé uma grande área deficientemente explorada e um grande contingente localizado na área urbana (Tabela 1), marginalizado do processo produtivo característico e vocacional da região, oferecendo serviços para serem remunerados pelos recursos centralizados nas dependências de uma pequena parcela da sociedade detentora das propriedades rurais.

3 PROCESSO DE EMPODERAMENTO HUMANO NA PERSPECTIVA DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NA LOCALIDADE

O processo, designado por pesquisa, genericamente pode se definir como um esforço durável de observações, reflexões, análises e sínteses para descobrir as forças e as possibilidades da natureza e da vida, e transformá-las em proveito da humanidade. Esse esforço, segundo Chizzotti (2006), não é fruto de uma inteligência isolada em um tempo abstrato, mas é um produto histórico e social porque resulta de um esforço coletivo e permanente da humanidade, no curso do tempo, para construir todas as dimensões da vida.

Todavia, se o pesquisador supõe que o mundo deriva da compreensão que as pessoas constroem no contato com a realidade nas diferentes interações humanas e sociais, será necessário encontrar fundamentos para uma análise e para a interpretação do fato que revele o significado atribuído a esses fatos pelas pessoas que partilham dele. Tais pesquisas são designadas como ‘qualitativas’, termo genérico para designar pesquisas que, usando, ou não, quantificações, pretendem interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem (CHIZZOTTI, 2006). Ademais, os instrumentos necessários para se atingir o conhecimento devem estar nos meios de se coletar informações vividas pelos atores humanos dos fatos e qualquer paradigma deve recorrer à intuição humana e à inferência interpretativa. Mais especificamente, o autor afirma que o sentido da expressão “qualitativo”, que é a implicação da metodologia da investigação-ação-participação, passa por admitir uma partilha densa com as pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. Assim, pode-se também admitir que não existe um modelo único de pesquisa, pois é indispensável ter presente as características específicas do problema sobre o qual se pretende intervir, o contexto no qual o problema se situa, os constrangimentos e as limitações com as quais os pesquisadores se confrontam, as opiniões ou posições sociopolíticas que professam, o tempo de duração da pesquisa e o nível esperado de participação possível de todos os envolvidos na pesquisa.

Neste estudo de caso, a pesquisa recorreu às formas correntes de investigação por meio de entrevistas e reuniões, reunindo as informações sobre a situação concreta do ambiente local: dados históricos, atividades econômicas e sociais, inventário da população e

do suporte ou ausência dos meios de trabalho, estrutura social, saúde, etc. O segundo momento foi caracterizado por envolver os atores da comunidade na localidade escolhida para o estudo. Os dados recolhidos foram apresentados em discussões abertas para análises e correções de maneira participativa. As discussões abertas sobre problemas recorrentes da vida diária, segundo Chizzotti (2006), elevam muito a consciência das injustiças e contradições que há no local ou nas relações com os grupos.

Cabe ressaltar que o estudo de caso explorou, desse modo, um caso singular, situado na vida real contemporânea, bem delimitado e contextualizado em tempo e lugar por haver realizado uma busca circunstanciada de informações sobre um caso específico.

Segundo o IBGE (2007), no Setor 0013, onde está situada a localidade estudada, a contagem da população do município de Bagé, equivale a 599 pessoas. Ainda neste Censo, o IBGE não dispunha de contagem da população por ruas e quadras.

O bairro do Passo do Onze, que faz parte deste Setor 0013, constitui-se de aproximadamente 106 famílias compostas por 159 atores sociais, respectivamente, conforme Alves (2000: 2007). Nesta parte da investigação, no segmento da Rua Marcílio Dias, trabalhou-se com 23 famílias envolvendo aproximadamente 49 atores sociais. Nesse contexto foram entrevistadas sete famílias com dez indivíduos. As visitas dividiram-se e repetiram as casas escolhidas entre uma vez em quatro casas, três vezes em duas casas e dez vezes em uma casa, por ser esta última a residência do líder da comunidade, perfazendo um total de vinte nesta primeira série e vinte e seis entrevistas quando contabilizadas as seis entrevistas referentes à segunda série.

A seleção para a escolha do pessoal para fazer parte da investigação deu-se de maneira a encontrarem-se os principais moradores no sentido de tempo de residência no local e as suas influências sobre a comunidade, ou seja, procurou-se encontrar os líderes comunitários naturais através do envolvimento social, bem como dos dados disponíveis. Esses foram os principais critérios para a eleição das casas nas quais moravam os entrevistados.

TABELA 4 – Relação famílias/atores/entrevistas

Segmento da Rua Marcílio Dias	23 Famílias	49
Entrevistas	7 Famílias	26

Fonte: GOMES, 2005; 2011

Como estratégia, a abordagem foi sistematizada em etapas com algumas bases desenhadas por Joel Martí (2002):

Etapas de pré-investigação: Sintomas, demandas e elaboração do projeto.

1. Detecção de alguns sintomas e realização de uma demanda (desde alguma instituição, forma de organização, administração local) de intervenção;
2. Levantamento da investigação (negociação e delimitação da demanda, elaboração do projeto, constituição da amostra).

Primeira etapa: Diagnóstico.

Conhecimento contextual do território e aproximação da problemática a partir de documentação existente e de entrevistas a representantes institucionais e/ou locais, recolhimento de informações.

1. Constituição dos grupos de atores sociais para IAP;
2. Introdução de elementos de analisadores¹¹;
3. Início do trabalho de campo (entrevistas individuais com representantes institucionais, associativos e líderes comunitários identificados);
4. Entrega e discussão.

Segunda etapa: Programação.

1. Processo de abertura de todos os conhecimentos e pontos de vistas existentes, utilizando métodos qualitativos e participativos;
2. Trabalho de campo;
3. Análise de textos e discursos;
4. Entrega e discussão/Realização de oficinas de devoluções.

¹¹ Referências econômicas como nível de pobreza baseado nas condições de moradias, estado de degradação das residências devido às enchentes etc.; Referências ambientais como nível de poluição no entorno do arroio segundo os moradores, grau de importância desta poluição nas suas vidas etc.; Referências sociais como nível de organização da comunidade, vínculos existentes, possibilidades de estabelecimento de outras conexões sociais etc. compuseram os elementos analisadores que favoreceram uma leitura da paisagem do local de estudo.

Terceira etapa: Conclusões e propostas.

1. Negociação e elaboração de propostas de ações coletivas mais criativas;
2. Segunda série de entrevistas;
3. Análise.

3.1 A composição dos indicadores

A ideia de desenvolver indicadores de sustentabilidade surgiu na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (RIO-92), conforme registra seu documento final, a Agenda 21. A proposta era definir padrões sustentáveis de desenvolvimento que considerassem aspectos ambientais, econômicos, sociais, éticos e culturais. Para isso, tornou-se necessário definir indicadores que mensurassem, monitorassem e avaliassem a sustentabilidade, pois um indicador permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade (MITCHELL, 1997).

Propor indicadores de sustentabilidade é uma tarefa árdua e complexa por diversos fatores. Segundo Deponti e Almeida (2001), pode-se destacar a existência de poucos trabalhos que tratem da proposição de metodologias, embora haja uma infinidade de autores estudando e analisando a sustentabilidade. Talvez isso ocorra devido aos variados e diferentes entendimentos sobre o tema e a possibilidade de ocultações de natureza ideológica, o que permite a apropriação do termo por diferentes segmentos da sociedade, ao mesmo tempo promovendo dificuldade de consenso. Destaque-se ainda a dificuldade de hierarquizar os indicadores e de explicar as causas das mudanças ocorridas. A identificação dessas causas, muitas vezes, torna-se um exercício especulativo e subjetivo. Os mesmos observam que a natureza multidimensional da sustentabilidade promove uma variedade de informações e a necessidade de um estudo interdisciplinar, sistêmico, integrador e participativo.

Em termos gerais, sugere-se o descritor qualidade de vida para avaliar a sustentabilidade devido às interações que este descritor promove entre as dimensões sociais, ambientais e econômicas, tripé desta investigação, o que nos permite avaliar o padrão da população local do segmento da Rua Marcílio Dias, no Passo do Onze. Nessa lógica, considera-se a participação como uma característica chave para a existência de um processo

com características da sustentabilidade, por ser esta a responsável pela consecução da autogestão comunitária. A participação pode levar ao aumento da eficiência de um sistema quando as pessoas concordam e assumem posições ativas na implementação das decisões, tendo por objetivo a mobilização para ações coletivas, fortalecimento e construção de alternativas relacionadas às necessidades dos integrantes do processo.

A participação, segundo Deponti e Almeida (2001), permite que os atores estejam a par dos acontecimentos, favorece o empoderamento, promove correção de rumos quando necessário, incita a formação de organizações, desenvolve a construção de planos de ação e formação conjunta respeitando sua dinâmica de ação social coletiva.

Os indicadores de elementos constituintes de empoderamento humano do Passo do Onze à Rua Marcílio Dias, como se verá mais adiante, formam a base de dados que estruturaram a informação sobre o contexto deste ambiente numa primeira abordagem. Como visto anteriormente, utilizou-se uma ótica ambiental, social e econômica nesta formação. A captura destes dados deu-se através do cruzamento de informações semelhantes encontradas nas entrevistas realizadas com a comunidade, no sentido de contribuir aos propósitos de identificação dos fatores a serem considerados sobre a área pesquisada, como aspectos críticos da qualidade de vida dos atores sociais mostrando padrões neste sistema que propiciassem a formulação de estratégias de desenvolvimento local que fossem mais adequadas e viáveis.

Para a Organização das Nações Unidas, os indicadores não devem servir apenas aos interesses do Poder Público para avaliar a eficiência e a eficácia das políticas adotadas. Devem servir, também, aos interesses dos cidadãos, tornando-se instrumento de cidadania, na medida em que servem para informar o estado do meio ambiente e da qualidade de vida.

Foram utilizadas como suporte para o desenvolvimento desta parte da investigação as entrevistas que trataram dos cuidados em relação ao tema socioambiental por parte da comunidade da Rua Marcílio Dias.

Para Canuto (2005), os indicadores de sustentabilidade são formas objetivas de avaliar características importantes para o entendimento de um ecossistema. Devem ser de fácil compreensão, aplicação e com respostas rápidas, integrando informações qualitativas e quantitativas. Quer dizer, uma ferramenta confiável de ser trabalhada baseada na coleta de informações da realidade socioambiental da localidade.

Essa necessidade, por outro lado, não afastou certa “intangibilidade” percebida num primeiro momento que diz respeito à questão do empoderamento propriamente dito e fez,

algumas vezes, com que esses indicadores não raro dificultassem a investigação por sua aparente inexatidão. Esse fenômeno se deu até a definição dos elementos que constituiriam o empoderamento, ou seja, a organização comunitária, a participação e a autoconfiança.

Outra técnica utilizada para esta formação foi a observação participante dos aspectos reais no sentido econômico, social e ambiental. Por exemplo, a quantidade e a qualidade de vegetação na margem do arroio e na Canhada do Sapo determinaram o grau de degradação ou de preservação deste item, quer seja por causa da intervenção dos moradores desta localidade ou pelos demais moradores da cidade de Bagé.

Também foram averiguados neste sentido a preocupação da comunidade com relação ao destino dos resíduos sólidos da Rua Marcílio Dias no Passo do Onze.

Referente à questão social, foi observada uma preocupação com a organização comunitária a fim de resolverem seus problemas públicos com relação a esgoto, água, luz, calçamento e segurança. Foi verificada também a necessidade de uma postura social mais organizada, politicamente.

Economicamente, o aspecto visual degradante serviu em primeiro plano como base da informação da qualidade de vida. A qualidade e a quantidade de alguns empregos e/ou ocupações da comunidade compuseram este indicador econômico.

Os indicadores de elementos constituintes de empoderamento humano de caráter ambiental do Passo do Onze, à Rua Marcílio Dias, estão relacionados diretamente com as margens do arroio Bagé conformados com a sua fauna e a sua flora, com a qualidade do ar que circunda este ambiente da Canhada do Sapo e as influências que as transições desses elementos ocasionam na comunidade sob o expressivo depósito por parte da população da cidade de resíduos sólidos, esgotos que são lançados pela administração pública no arroio e o excessivo número de pessoas que transitam neste local, utilizando-se da travessia de uma ponte que liga o centro da cidade a outros bairros.

Segundo as entrevistas, por volta de 40 anos atrás, a comunidade se banhava nas águas da Canhada do Sapo, lavava roupas e lavava cavalos no Passo do Onze.

Denomina-se Passo do Onze por ser uma travessia de pedras e local onde o 11º Regimento do Exército Brasileiro lavava os cavalos.

No ano de 1922, a família Artigas se estabeleceu no local, formando sítios que mais tarde foram se desmembrando com o crescimento da própria família. Também foram feitas

aquisições de terrenos por parte de outras pessoas que se estabeleceram nesta localidade à época (ALVES, 2000).

Esses entrevistados, moradores mais antigos da localidade, relataram também que as margens do arroio não eram poluídas com resíduos sólidos como se apresenta na atualidade. Também se sabe, segundo as entrevistas, da capacidade de pesca do arroio e também do significativo número de pássaros e animais terrestres nessas áreas.

O argumento central dessa questão, em relação à formação dos indicadores de meio ambiente, diz respeito à situação atual do arroio ser oposta à antiga realidade presenciada nesta área. Esse é um problema que se reflete em grande parte da cidade e por quase toda a extensão do arroio, mas que tem uma realidade distinta para quem situa-se às margens do mesmo.

Em nenhum momento ao longo da investigação surgiu espontaneamente a ideia de que o arroio Bagé estivesse vivo e em condições de se recuperar, salvo quando a possibilidade foi sutilmente aventada. Observou-se o corte e a utilização como lenha ou outro propósito em relação à vegetação da Canhada do Sapo devido a necessidade por parte de alguns moradores.



FIGURA 17 – Mata que conforma às margens do arroio Bagé ao fundo das residências no segmento da Rua Marcílio Dias

Fonte: GOMES, 2006

Observou-se, também, que as disposições das construções, ao longo da Rua Marcílio Dias, nunca consideraram a dimensão do impacto ambiental causado a este ecossistema e

foram ocupando esta área de forma desordenada. Mesmo assim, e diante desta desestruturação, ainda presencia-se a continuação desta prática insustentável com ou sem o conhecimento da Prefeitura Municipal de Bagé.

No âmbito das construções com esforços públicos, está a Ponte do Passo do Onze, projetada para facilitar o fluxo de pessoas e de veículos, localizada no centro desta área, com uma altura de aproximadamente meio metro por todo o seu curso de 30 metros de comprimento e com um reduzido número de bueiros. Essa relação é insuficiente para o escoamento normal da água durante o período das chuvas, ocasionando alagamento nas casas e na Rua Marcílio Dias.

Atualmente, este conjunto de ações desenvolvidas para esta localidade, com base nas políticas públicas, não está suprimindo as carências da comunidade.



FIGURA 18 – Ponte do Passo do Onze

Fonte: GOMES, 2006



FIGURA 19 – Construção ilegal à frente da Canhada do Sapo, Passo do Onze

Fonte: GOMES, 2006

Um dos aspectos que mais colaboram para a composição do perfil social dos moradores do Passo do Onze, mais especificamente do segmento da Rua Marcílio Dias, é a situação inusitada por esta rua distar em apenas cerca de um quilômetro do centro da cidade de Bagé e, mesmo assim, conter e caracterizar-se por um perfil socioambiental distinto ao do centro urbano, bem como do restante da cidade. Dessa forma, devido à sua localização ser peculiar, observa-se que diante de uma série de situações vivenciadas diariamente pela comunidade desta rua, os serviços públicos como, por exemplo, a distribuição de luz e água, a coleta de resíduos sólidos, entre outros, lhes são realizados regularmente apesar da sua localização ser à margem do arroio e o seu acesso não ser prático por constituir-se de uma ladeira, em parte com calçamento e íngreme até o arroio. Essa sua situação proporciona uma relação e um comportamento distinto se comparados às demais ruas da cidade que estão na sua volta.

Na ocasião da investigação, os moradores da Rua Marcílio Dias estavam influenciados pelas melhoras que vinham sendo realizadas nas demais ruas¹² perpendiculares¹³ as quais tinham passado por um processo de organização por parte de uma liderança e dos seus respectivos moradores. De acordo com a Prefeitura Municipal de Bagé, sob o pagamento de um percentual do valor total da obra por parte dos moradores, a instituição pública se

¹² Rua João Manuel, Rua Mauryti e Rua Oscar Sales.

¹³ Ver FIGURA 6 - Imagem de satélite, perspectiva do Arroio Bagé no Passo do Onze (03), no Capítulo 02.

responsabilizaria pelo complemento e arcaria com a administração, mão de obra, material e maquinário para a execução desta.

“O calçamento da Rua Marcílio Dias é inviável sob o ponto de vista ambiental, pois em caso de enchente e alagamento desta via pública, o escoamento e a infiltração da água excedente seriam dificultados, o que aumentaria o transtorno da situação”. Esse foi o posicionamento do órgão público para a situação, segundo alguns moradores. Mas de fato nunca houve uma organização da comunidade para conduzir uma proposta de calçamento e averiguar a sua viabilidade junto aos órgãos públicos competentes. A proposta, embora não fosse a opinião da maioria, conforme conversa com outros líderes das outras ruas, não vingou em decorrência de que esta parte da comunidade do Passo do Onze seria a mais desfavorecida economicamente. Segundo os líderes, os moradores da Marcílio Dias não teriam condições de arcar com os compromissos financeiros referentes à sua parcela do percentual a ser pago à administração pública.

De fato o que se pode observar nesta rua, em relação a alguma forma de organização política, que parta de seu cerne ou por intermédio de seus líderes, para a tentativa de resolução de seus próprios problemas, mostrou-se até então muito fraca, inexpressiva e praticamente inexistente¹⁴. Apenas com o foco das políticas partidárias municipal, estadual ou federal nas ocasiões eleitorais, é que este eleitorado era acionado às urnas.

Socialmente existe uma separação entre os lados Norte e Sul da Rua Marcílio Dias, que está determinada pelo poder aquisitivo dos habitantes e que está dificultando, baseado em preconceitos sociais, uma maior aproximação entre estes.

Existe também a separação formada entre os dois lados da rua, ou seja, o lado que margeia o arroio e o lado superior da rua, gerando uma conformação que distingue os moradores entre os mais afetados pelas enchentes e os mais favorecidos nesse sentido. Essa composição normalmente influencia as decisões e opiniões sobre as questões do arroio e da rua, para um suposto direcionamento de esforços na busca de uma organização, para a criação de ações que pretendam dirimir os problemas da comunidade. Mantendo esse princípio, a comunidade está fragmentada por suas opiniões distintas.

As lideranças existentes não tinham poder de barganha no que tange a uma proposta de mudança e de um destino comum para os grupos devido à falta de uma organização mais elaborada. De certa forma, interferiam e influenciavam as decisões, mas não tinham estrutura

¹⁴ Exceção à participação no Orçamento Participativo com intervenção externa à comunidade.

para estimular uma organização de pessoas, que pudessem buscar uma solução de benefício comum.

Por não haver um local definido para reuniões periódicas, como salões de bailes, um centro comunitário ou uma escola na comunidade, conseqüentemente, não havia um ambiente que favorecesse o intercâmbio de opiniões. Essas opiniões surgiam nas residências destes líderes, onde aconteciam, por vezes, pequenas reuniões e permaneciam como as únicas que orientavam esta comunidade.

Baseado numa análise feita juntamente com a observação participante, com as entrevistas e conversas, o banho no arroio, a fogueira na rua, o tempo em que a água era limpa ou os festejos realizados na rua indicaram uma mudança de comportamento acompanhada nos últimos 40 anos na vida desta comunidade.

Cabe ressaltar, conforme essa observação, que a vida desses indivíduos, que era desenvolvida mais em contato direto com o arroio Bagé, agora se limita ao seu entorno, mas totalmente sem os seus proveitos naturais devido à poluição ambiental.

Quer dizer, antes o arroio servia também como um elemento aglutinador entre os moradores da Rua Marcílio Dias nos seus momentos de lazer e, provavelmente, como instrumento ou palco de encontro entre os moradores para o convívio e para os prováveis debates que pudessem ocorrer na comunidade.

Conforme já mencionado, economicamente existe uma separação entre os lados Norte e Sul deste segmento da Rua Marcílio Dias que está bem definida. Essa divisão está determinada, também, fisicamente, pela constituição das estruturas das residências estabelecidas em grande parte pelo poder aquisitivo dos grupos.

Numa outra relação com o arroio, os moradores das margens sofrem com as despesas oriundas dos incômodos causados pelas enchentes. Móveis frágeis, devido à maior proximidade de ambientes mais úmidos, eletrodomésticos queimados devido à umidade excessiva nas fiações, que nem sempre são feitas por profissionais com material adequado devido ao baixo poder aquisitivo dos moradores, remédios para gripes, maior número de roupas sujas para lavar são apenas alguns dos infortúnios que esta gente sofre dia a dia por ser moradora nestas circunstâncias.



FIGURA 20 – Enchente no segmento da Rua Marcílio Dias, Passo do Onze

Fonte: GOMES, 2006



FIGURA 21 – Ponte do Passo do Onze sob a água

Fonte: GOMES, 2006

Alves (2000; 2007) demonstra dados sobre a renda obtida pelos moradores da comunidade do Passo do Onze, onde está inserida a Rua Marcílio Dias. Nessa rua, a maioria das pessoas que está constituída por assalariados recebe a quantia de um salário equivalente a US\$155 mensais. E também, por outro lado, existe uma parcela vivendo muito abaixo das condições que um reduzido salário mínimo proporciona para sua subsistência.

Outra consideração, para a composição dos indicadores econômicos dos moradores da Rua Marcílio Dias, está na constituição da força de trabalho composta por todos os moradores, conforme investigação citada e que determina a capacidade de consumo e investimentos por esta gente nas suas casas. Constatou-se a existência de aposentados, domésticas, do lar, lavadeiras, cabeleireiras, costureiras, professoras, pedreiros e desocupados. Essa é a base econômica da população da rua conformada por empregados e desempregados de seus respectivos ofícios.

Além dessas características que compõem o perfil econômico dos moradores desta rua, estão os hábitos que estão diretamente relacionados às suas possibilidades de gastos e consumos de bens. Desta forma verificou-se, por exemplo, que tomar chimarrão é o que mais aparece entre estes moradores e que, associado ao descanso, a assistir TV, a ficar em casa e escutar música estão entre os hábitos mais comuns. Esse comportamento ocorre, hoje em dia, devido à parca condição econômica financeira da população desta rua e por estas ocupações dos moradores da Rua Marcílio Dias requererem um baixíssimo dispêndio em dinheiro para se efetivarem.

Nos diálogos estabelecidos com as lideranças da Rua Marcílio Dias e com alguns dos seus moradores sinalizou-se, para ambas as partes envolvidas, a descoberta de novas percepções com sutis nuances sobre os seus problemas ambientais, sociais e econômicos.

Ficou intrínseca entre as partes uma série de novas possibilidades e perspectivas para se lidar com as questões relativas à revitalização e à recuperação do entorno do arroio Bagé, com base numa nova forma de organização e que aproveitasse o capital social existente na localidade.

Também como resultado social, quer seja por parte de todo o bairro, quanto por parte da sociedade em geral, bem como junto aos órgãos públicos abriu-se o leque para outras percepções. Alguns indivíduos desta rua voltaram a acreditar, devido a este primeiro exercício de investigação participativa, na necessidade de uma maior organização dos moradores como estratégia política para a consecução de melhorias no local. Esses indivíduos voltaram a sentir a possibilidade de conseguir a realização de seus anseios de alguma forma por força própria, apenas com um pequeno e estratégico auxílio externo (uma facilitação) e isso lhes proporcionou uma sensação de empoderamento. Essa percepção de empoderamento se incorporada aos projetos sociais e de desenvolvimento para a cidade de Bagé, pode ser aproveitada para canalizar e otimizar os esforços na fiscalização de obras públicas,

contribuindo na manutenção das mesmas. Essa força baseada no envolvimento participativo pode contribuir por parte da comunidade.

Toda esta perspectiva de envolvimento participativo e de desenvolvimento comunitário foi questionada nas conversas com os líderes da Rua Marcílio Dias, bem como compreendida como uma alternativa para as condições precárias em relação ao aspecto ambiental, social e econômico vivido por estes indivíduos. Cabe ressaltar que a comunidade se organizara com ajuda externa da população da rua e teve a sua participação anos atrás no orçamento participativo para a consecução de duas estações de tratamento de esgoto hoje em pleno funcionamento.

Com base nas opiniões coletadas no trabalho de campo, dois elementos conformariam uma boa proposta junto aos moradores para a resolução de seus problemas. Primeiro, seria a construção de processo gerencial para o acompanhamento sistemático e participativo junto à comunidade. Em segundo lugar, seria através dos projetos desenvolvidos pela sociedade organizada que representassem propostas significativas com coerência ambiental, social e econômica visando à melhoria da qualidade de vida para as pessoas deste entorno da Rua Marcílio Dias.

O empoderamento existe nesta comunidade. Isso já foi constatado em momentos anteriores. A questão está em que esta força seja considerada e efetivada através de projetos com propósito participativo para esta comunidade. À sua maneira, e em condições de aperfeiçoar-se nesse sentido, a comunidade está em condições de organizar-se e cooperar no gerenciamento de projetos para a sua melhoria da qualidade de vida. A questão também está na identificação dessa possibilidade junto à comunidade e sua conexão no desenvolvimento dos projetos de melhoria para este ecossistema.

Também em conversa com as lideranças deste lugar, pôde-se perceber seus interesses e preocupações quanto à preservação do meio ambiente como suporte para a qualidade de vida. Quando questionados sobre esse tema, demonstraram o grau de importância que este ecossistema representa para esta comunidade.

Deve-se considerar em primeiro plano que, na Rua Marcílio Dias, se está loteando terrenos e se está também construindo casas junto ao leito do arroio Bagé, evidentemente que de uma forma desordenada e equivocada. Outra observação que deve ser considerada também em primeiro plano diz respeito à retirada de areia do leito do arroio nesta parte da Canhada do Sapo. Também se deve levar em consideração para esta análise, conforme já mencionado, que

o local é vitimado pelo lançamento de toda ordem de resíduos sólidos, sofrendo também com os esgotos que são despejados ao longo das suas margens por toda a cidade antes de chegar a este ponto específico do Passo do Onze na Canhada do Sapo. Há também de ser mencionado o desmatamento da mata que circunda o arroio nesta localidade.

Considera-se, neste processo analítico, a influência que estes aspectos acima citados proporcionam e geram na vida e nas relações da comunidade, bem como qual a influência desta localidade para os seus arredores e para a cidade de Bagé como guardiã de um ecossistema importante no processo de recuperação do arroio. Considera-se a comunidade do segmento da Rua Marcílio Dias como detentora de um estilo de vida peculiar¹⁵ com forte influência do meio ambiente devido à sua composição junto a Canhada do Sapo.

Essas ressalvas em relação aos problemas detectados, que envolvem a Canhada do Sapo no Passo do Onze, são fruto de uma preocupação devido a este ecossistema ainda ser um dos únicos redutos relativamente em condições de se recuperar e de dar um suporte considerável para a revitalização futura do arroio Bagé. Na verdade, há um conjunto constituído por potencialidades que, quando forem associadas, proporcionarão a recuperação do arroio Bagé. Por exemplo, as nascentes com a colaboração da sociedade e comunidades próximas a estas localidades. Sem as nascentes, sem este ecossistema estratégico e sem a colaboração da sociedade e das comunidades, em contato com essas localidades, provavelmente se perderão definitivamente as chances de salvar o arroio.

Baseado nessas condições ambientais e nas relações estabelecidas entre a comunidade da Rua Marcílio Dias, mais a sociedade organizada, formada principalmente pela administração pública, é possível a recuperação de todo o arroio. Desta forma, deve-se efetivar a transição da atual situação para um cenário mais sustentável. Far-se-á isso através da consideração de tais dados socioambientais, considerando as questões pertinentes à recuperação do arroio em conjunto com uma participação comunitária nas ações de revitalização por meio de políticas adequadas às condições sociais, ambientais e econômicas da população ribeirinha ao arroio Bagé no Passo do Onze.

Baseado em experiência recente, essa população demonstrou compreensão no que tange à colaboração externa, pois participou de algumas reuniões do orçamento participativo demonstrando uma relativa maturidade em termos de capacidade e de organização

¹⁵ Estilo de vida peculiar sob a influência da localização à margem do arroio, com difícil acesso constituído por uma ladeira íngreme até o arroio circundado pelo ecossistema de uma vala profunda que proporciona uma relação e um comportamento distinto se comparados às demais ruas da cidade que estão na sua volta.

comunitária. Existem alguns indivíduos denominados pelos habitantes desta rua como líderes comunitários, mas efetivamente nenhum desenvolve alguma ação significativa em prol do bem-estar da maioria das pessoas, ou seja, o que existem são ações isoladas de beneficência aos concidadãos. Dessa forma, ficou constatada a carência de uma liderança mais profunda no sentido de organizar desde o núcleo da comunidade. Por outro lado, o segmento da Rua Marcílio Dias mostrou-se claramente aberto à cooperação e à colaboração para a busca das soluções dos problemas com o auxílio externo. É perceptível que há um interesse por parte da comunidade em lançar-se na participação de um processo comunitário que vise à recuperação do arroio na Canhada do Sapo e a recuperação das relações sociais entre a Rua Marcílio Dias, a comunidade geral do Passo do Onze e a cidade de Bagé.

Uma possível alternativa poderá partir por meio de uma ação conjunta por parte da sociedade organizada, proporcionando o suporte com a assistência social necessária para a facilitação da organização comunitária na busca da revitalização da mata ciliar e do leito do arroio. Paralelo a isso estaria o compromisso com a eliminação dos despejos dos esgotos ao longo do arroio Bagé.

Percebe-se que é através de um conjunto de ações integradas, na qual grande parte da responsabilidade administrativa seria da Prefeitura Municipal, e que, associadas à consideração da comunidade da Rua Marcílio Dias, recuperariam em parte esta parcela do arroio Bagé. Evidentemente que a recuperação deveria passar por uma ação complexa em todo o arroio incluindo-se as nascentes.

O descaso e o abandono por parte das administrações públicas, ao longo dos últimos anos, geraram um comportamento, uma cultura predatória e degradante em relação ao tratamento e ao convívio com o arroio Bagé.

A Prefeitura Municipal de Bagé estimula, por sua vez, dois tipos de expectativas na comunidade. Uma, que aponta para uma sensação de descaso desenvolvida em parte pela ineficiência e ineficácia em relação ao poder público, bem como descaso por parte de alguma parcela da sociedade, mais especificamente, em relação à comunidade do Passo do Onze na Rua Marcílio Dias. A outra perspectiva volta-se para a expectativa do aparecimento de uma proposta com a solução para os problemas socioambientais e, se possível, através da integração e da participação da comunidade com a administração pública municipal. A influência do poder público no comportamento da comunidade é significativa. Muito embora a comunidade demonstrasse uma condição favorável para alguma transição com auxílio

externo, a sua inércia, por outro lado, praticamente a impede que um esforço parta de seu interior, e que tome forma e vida para uma possível recuperação desta área. Isso é, em grande parte, determinado por uma influência paternalista e assistencialista estabelecida durante os anos pelas administrações anteriores e determinada também pela própria condição econômica da comunidade, pela capacidade em organizar-se para resolver seus próprios problemas e pela degradação ambiental que foi se estabelecendo nesta localidade.

Também sobre os indicadores de empoderamento humano, ressalte-se a capacidade de objetivar o problema para a resolução dos mesmos. Para isto utilizou-se como indicador a capacidade de identificação desses problemas e a habilidade para analisá-los. Nesse aspecto, observou-se a fraca compreensão da maioria da comunidade sobre o universo que os envolve e a importância da má qualidade de vida que os mesmos levam junto ao ecossistema da Canhada do Sapo no arroio Bagé.

Ressalte-se que, em relação à participação comunitária como característica do empoderamento humano, a liderança desta comunidade aparece no sentido de solucionar alguns dos conflitos que, por vezes, surgem no seu meio. Também objetivando o reconhecimento da existência da autoconfiança da comunidade, ressaltamos que há um pequeno sistema de apoio intragrupo baseado numa parca orientação dos líderes da Rua Marcílio Dias. Observe-se, também, que o grupo tem pouca interação com as demais ruas que dão continuidade a toda a conformação do Passo do Onze, principalmente entre as parcelas mais favorecidas economicamente.

Com base no que foi verificado, pode-se afirmar, então, que não haverá desenvolvimento sustentável nesta localidade sem que os processos de empoderamento sejam efetivados mediante os quais se incrementem os ativos sociais e as capacidades dos pobres e excluídos para participar, negociar, articular e mudar não só sua própria condição, mas a do seu meio, com o propósito de melhorar sua qualidade de vida e a da sua comunidade.

Porém, ao mesmo tempo é importante frisar: há de se levar em conta que os setores empoderados só poderão se consolidar e exercer um papel positivo à medida que o desenvolvimento for se ampliando e transformando as bases estruturais que tornaram possível esta pobreza e esta exclusão social.

A partir dessa perspectiva, tem sentido refletir sobre as estratégias, metodologias e instrumentos de empoderamento que vêm sendo implementados e, à luz de sua análise crítica,

avançar algumas propostas e recomendações que contribuam para revisá-los, melhorá-los e transformá-los.

Considerando-se que, no caso da comunidade do Passo do Onze, um enfoque que esteja centrado na questão do poder, que não leva em conta os direitos inerentes a todas as pessoas e que pode, por isso, conduzir a caminhos autoritários que não resolvam o problema das desigualdades existentes entre eles próprios e entre eles e outras localidades, seria a continuidade e a falência do ecossistema.

Daí a necessidade de se dar um enfoque aos direitos das pessoas como complementar ao enfoque de empoderamento.

Em suma, não há dúvida de que desencadear processos de desenvolvimento sustentável que incluam o combate à pobreza e à exclusão requer atores que tenham a capacidade e o poder suficiente para produzir mudanças profundas na correlação de forças nos níveis locais.

Para isso, o empoderamento destas pessoas, grupos e setores que vivem na pobreza, ou são excluídos e marginalizados, se caracteriza por ser um processo essencialmente político. Porém, isso não significa que não existam outros enfoques que o possam enriquecer e complementar, ainda que jamais devam substituí-lo. Um desses é o enfoque baseado em direitos individuais e coletivos que devem, obrigatoriamente, ser levados em consideração e nesses direitos está a condição que deve ser compreendida: de que a comunidade pode adotar, aceitar e compreender a própria condição em relação à sua própria qualidade de vida e querer, talvez, não alterá-la.

3.2 Elementos constituintes de empoderamento humano

A escolha e o estabelecimento dos elementos constituintes de empoderamento humano (organização comunitária, participação e autoconfiança) surgiram da necessidade de se encontrar um critério para se trabalhar. Esse critério teria que ser, dentro dessa perspectiva do desenvolvimento, capaz de propiciar a identificação de problemas, a sua sistematização, bem como propiciar o desenvolvimento individual e coletivo através da facilitação do uso da ferramenta “participação” entre o capital social envolvido, de forma a alavancar a sua própria

identificação por parte desses mesmos atores sociais, dentro desse contexto e sob esse prisma, buscando a resolução dos problemas na localidade.

Com relação à organização comunitária, o plano desenvolveu-se com a finalidade de servir como espaço de produção técnico-científica de conhecimentos sobre a realidade da comunidade, articulando esta comunidade no sentido de propor iniciativas para o desenvolvimento de alguma ação que atendesse a alguma demanda, interesse ou necessidade por bens e serviços sociais. As atividades desenvolvidas – de sociabilidade e organização – tomaram como referência que a organização sociocultural da comunidade, em sua singularidade, abriga mecanismos que puderam servir, mediante apoio técnico, como instrumento para a proposta e sugestões de construções de alternativas mais criativas e soluções para atender às necessidades organizativas existentes. As soluções estiveram centradas na organização, visando ao acesso a bens e serviços sociais e também à consideração da problemática que envolve o arroio Bagé, especificamente neste ponto do Passo do Onze, enquanto elementos essenciais para a estruturação da cidadania desta população local.

Em relação à participação considerou-se que o *empowerment*, em uma tradução livre, quer dizer aumento de poder, ou, em uma tradução literal, seria o “empoderamento”. O alcance desse objetivo leva a uma distribuição equitativa de poder e a um alto nível de consciência e de força política. Mas, o fundamento está na participação comunitária, que foi, desta forma, um meio de habilitar as pessoas a deflagrarem ações baseadas em sua própria iniciativa e organização e, assim, influenciar os processos e os resultados do desenvolvimento, conformando uma construção coletiva através de um processo de retroalimentação de experiências, através das oficinas de devoluções criativas.

Esta participação se desenvolveu e se caracterizou por uma evolução verificada na localidade e classificada por quatro estágios (VILLASANTE, 2006), a saber:

- 1) De ‘sujeitos-sujeitos’ a ‘conjuntos de ação’;
- 2) De ‘sujeitos-práxis’ à ‘reflexividade de segundo grau’;
- 3) Da ‘sustentabilidade’ às ‘programações integrais’;
- 4) Da ‘solidariedade’ aos ‘estilos de criatividade social’.

Segundo Villasante, isso quer dizer que, no primeiro estágio, as relações se deram entre sujeitos e sujeitos, em que todos lograram aprender, desde diferentes posições, o que foi esta investigação e (como) uma ação comum; aportou-se dispositivos grupais, sociodramáticos etc., que desbloquearam algumas concepções ideológicas fechadas, para abrir de forma dialógica ações comuns. No segundo estágio, logrou-se aportar o complexo caos de sintomas do momento com saberes tradicionais e ao tempo misturados, por exemplo, com o dito na TV e com algumas instituições mais criativas. Seguindo a sugestão de Villasante, esse estágio constituiu-se por encontros ou reuniões com perguntas selecionadas para facilitar a criatividade social. No terceiro estágio, facilitou-se aos atores que o importante seria a manutenção da capacidade de monitoramento e de auto organização de cada processo por si mesmo, ao que se inseriu o conceito dos ‘analísadores’ durante as propostas coletivas de ações mais criativas para medirem o andamento das ações visualizando, desta maneira, caminhos metodológicos e novas estratégias emergentes. E, por último, na efetivação do quarto estágio, viu-se que a criatividade social significou que foi criada coletivamente e com objetivos para a mudança, mais além do próprio sujeito ou grupo que se esteve movendo.

Considerou-se, em relação à autoconfiança, que os indivíduos encontravam-se diariamente em atividades de expressão de si mesmos ou interpretando expressões utilizadas por outros. Foi na interação com os outros que houve troca de informação com conteúdos simbólicos, pois a comunicação e o conhecimento são elementos essenciais para que o indivíduo tenha condição de tomar alguma decisão e agir em seu próprio benefício e de sua comunidade.

O empoderamento acontece na medida em que se conquista e se distribui entre muitos o poder de realizar ações. Porém, não é a mera realização de tarefas que define o empoderamento e, sim, a ação conectada a um senso de responsabilidade pelo trabalho, pela aquisição de conhecimento e pela capacidade de produzir mudanças a partir dele.

O empoderamento, então, serve como um propósito para atender a objetivos. Numa visão sociológica são três os componentes importantes no empoderamento: entender-se a si próprio em relação ao contexto no qual se opera, significa entender como os objetivos estão relacionados com o contexto no qual estão inseridos, poder identificar qual o impacto que esse contexto provoca no comportamento de cada um e como se age para estar de acordo com o mesmo. Acredita-se que os indivíduos serão motivados para provocar mudanças, na medida em que tais mudanças tragam benefícios substanciais para suas vidas. O segundo componente

é entender o contexto e como este opera. É comum não se ter uma visão geral do contexto. Para se obter sucesso é preciso que os atores sociais envolvidos tenham o conhecimento das partes e do todo. Por fim, a conquista de mudanças em uma dada realidade, e até mesmo na execução de um projeto, exige que os atores sociais possuam destreza e habilidades que vão além daquelas tecnicamente necessárias, como por exemplo, processamento em grupo, soluções de problemas, influência e comunicação, que possam levar a atingir os objetivos pessoais e organizacionais em um contexto complexo.

3.3 Oficinas de devolução criativa

Fez-se uma reunião com um grupo de vinte e cinco pessoas para a efetivação da primeira oficina de devolução criativa no Passo do Onze, na Marcílio Dias, conforme a figura 22 a seguir. Neste tipo de análise, segundo Villasante e Gutiérrez (2006), não interessa tanto quantificar as (*re*)interações dos vínculos, como paradoxos básicos em que se sustentem. Interessa mais aprofundar, ajudados com as devoluções das próprias frases textuais, em: “Por que disseram o que disseram?”, que julgar quem possa ter razão. Para Villasante e Gutiérrez (2006), existem razões em plural e a partir daí os vínculos podem se mover, juntar em confianças e ações comuns ou bloquear-se em medos. As amostras não são a realidade completa, são como resumos a partir dos quais se tenta aprofundar, ensaiar e ver até onde podem aparecer novas posturas que desbloqueiem situações paralisadas. A criatividade, nesses casos, é muito importante e tem que se estar atento a possíveis posturas emergentes (muitas vezes minoritárias), que abram novas vias para fazer avançar ou desbordar situações bloqueadas. Ver e ouvir mais além das evidências dominantes foi mais rigoroso e interessante que ficar simplificando o que dizem uns ou outros (VILLASANTE; GUTIÉRREZ, 2006). Utilizou-se a técnica de cartazes para a apresentação de informações/indicadores que foram coletados no ano de 2006 nas entrevistas, conversas, e também com base na observação participante desenvolvida em etapas anteriores. Os cartazes foram divididos em três esferas, a seguir distribuídas:



FIGURA 22 – Primeira Oficina de devolução criativa à Rua Marcílio Dias, Passo do Onze

Fonte: GOMES, 2006

SOCIAL

- Relações com os serviços oferecidos pelo Poder Público;
- Organização para efetivação do calçamento;
- Coleta de lixo seco e úmido (Geração de renda/Reciclagem);
- Separação entre norte/sul e dois lados da rua;
- Organização fraca da comunidade;
- Como estimular a participação?

AMBIENTAL

- Situação atual é oposta a anterior;
- Condições de recuperação;
- Sacolas plásticas;
- Quantitativo (fauna e flora);
- Bueiros da ponte;
- Calçamento com escoamento adequado da água.

ECONÔMICO

- Preconceito devido aos problemas oriundos do arroio nas enchentes;
- Maiores despesas para o pessoal do lado mais baixo da rua.

Com base nos primeiros itens do aspecto social, apresentado no primeiro cartaz, ou seja, “Relações com os serviços oferecidos pelo Poder Público e Organização para efetivação do calçamento”, conseguiu-se dar início à provocação durante a apresentação. De imediato foi requerida a intervenção por parte de alguns participantes. Dessa forma se validou os apontamentos anteriores, os quais se referiam à dificuldade no que diz respeito aos serviços prestados pelos órgãos públicos, em relação à desconsideração das informações sobre os fenômenos que ocorrem nesta localidade que são de conhecimento da comunidade local. Fenômenos estes que deveriam ser considerados importantes na construção dos projetos para a população do Passo do Onze e pela necessidade de restabelecer a autoestima da comunidade através do calçamento da rua. Expressões como “*só lembram da gente quando tem eleição*” e “*pra eles nós não existimos*” se sobressaíram nesta reunião.

Constatou-se também a aceitação por parte dos envolvidos no que diz respeito à “Organização fraca da comunidade”.

À medida que a reunião evoluiu, as outras duas esferas, ambiental e econômica, apareceram no debate.

Os “diálogos de empoderamento” abordaram três vias. A primeira foi efetivamente em torno do calçamento da rua, o que gerou novas possibilidades de participação por parte dos integrantes da oficina. Foi levantada a possibilidade de se começar os requerimentos que visassem a solucionar seus problemas aventando a necessidade de se limpar o arroio Bagé através de uma dragagem. Em seguida, passou-se para a desobstrução dos bueiros da ponte do Passo do Onze, com a justificativa da ocorrência de invasão das águas nas casas durante os períodos das chuvas. Essa discussão levou a questão do calçamento momentaneamente para a terceira posição no rol das prioridades.

Neste momento, foi colocado por alguns moradores que a consolidação do calçamento da rua, em primeiro lugar, geraria uma melhoria da autoestima da comunidade e, conseqüentemente, levaria às outras condições mais favoráveis para, posteriormente, se

conseguir de maneira organizada providenciar a dragagem do arroio, bem como a desobstrução dos bueiros da ponte ou sua reconstrução.

Essa colocação, com essa lógica passou então a prevalecer como a mais adequada e viável para a maioria.

Com o surgimento do questionamento de “como” se concretizariam estas demandas comuns, foi colocada a necessidade da continuidade das oficinas como novo embrião para a construção de uma forma de organização participativa por meio de uma Associação de Moradores, com vistas, inclusive, à extensão e ampliação capaz de solucionar também outros problemas cotidianos da comunidade.

A ideia não foi a de apenas criar uma instituição organizada com estatuto, mas se tratou de estimular a criação de uma forma organizacional capaz de ajudar a comunidade. Mas tratava-se de conseguir que os atores participassem das reuniões, oficinas e assembleias para dar respaldo a tais e quais iniciativas que fossem surgindo desde as bases sociais (VILLASANTE, 2006).



FIGURA 23 – Participação feminina nas votações da Assembleia de constituição da Associação dos Moradores
Fonte: GOMES, 2006

Constatou-se que o processo de eleição deveria ser o mais democrático. Portanto, em nova oficina de devolução criativa efetivou-se uma votação para a escolha deste representante “oficial”, diretoria e auxiliares desta composição da Rua Marcílio Dias.

Como ficou estabelecido na primeira oficina de devolução criativa, partiu-se para a segunda oficina com o propósito de facilitar a articulação e a efetivação da formação e da eleição de uma diretoria para uma associação de moradores para esta rua.

Por parte das lideranças da Rua Marcílio Dias, organizou-se esta nova reunião, que contou com 34 assinaturas na ata de fundação. Por parte das lideranças também se convocou um profissional da área de direito para dar o suporte legal à elaboração do estatuto e, também, foi convocado o presidente da Associação de Moradores de Bagé, o qual esclarecia os demais sobre a importância e as possibilidades de uma associação.

Nessa ocasião, o tema central foi a escolha das candidaturas à presidência e a formação do quadro de diretoria e auxiliares. Durante a assembleia ficou estabelecido que este quadro se reuniria uma vez por mês para debater os problemas da comunidade e uma vez a cada trimestre realizar-se-ia uma assembleia ordinária para transmissão das ações para toda a comunidade.

Começaram-se os trabalhos avaliando as alternativas da futura associação e suas novas chances de conseguirem o calçamento da rua, conforme haviam identificado em oficina anterior como primeira meta a ser trabalhada. Algumas intervenções apontaram sobre estratégias e táticas para se lograr tal meta de calçamento.

Foi unânime nesta segunda oficina a consideração por atender, em primeiro lugar, ao calçamento da Rua Marcílio Dias, opinião esta que foi claramente apoiada pela maioria na primeira oficina de devolução criativa.

Ficou decidida nesta segunda oficina uma nova reunião a ser realizada nos próximos 30 dias para a definição das novas metas a serem perseguidas pela associação de moradores do Passo do Onze da Rua Marcílio Dias, visto que o objetivo estava definido como a consecução da melhoria da qualidade de vida destes atores sociais.

Como estratégia para estimular a discussão e aproveitar o envolvimento coletivo, resultante do comparecimento para a formação da associação dos moradores, foi introduzido na discussão o tema da “participação”. A partir deste instante, foi colocado por todos que fizeram uso da palavra durante a assembleia a importância da participação e também da união

entre os moradores da rua. Ficou evidenciado e constatado pelos atores sociais com base nos seus discursos que somente através destas considerações, ou seja, união e participação se lograriam as metas e os objetivos por melhorias da qualidade das suas próprias vidas. Foi identificado, através da expressão “*com uma associação seremos gente*”, que circulava durante a reunião entre os envolvidos, a nova autoestima que pairava entre os atores. Durante a investigação foram realizadas 9 oficinas.

3.4 Propostas de construção de ações coletivas

Em nova reunião, ainda na segunda etapa da investigação durante o ano de 2006 com a diretoria da associação de moradores da Rua Marcílio Dias no Passo do Onze, conforme estabelecido em assembleia anterior, trabalhou-se na definição das propostas de construção de ações coletivas, buscando explorar mais criatividade destes atores. Essas propostas foram colocadas e classificadas como metas a serem perseguidas pela coletividade. Discutiu-se, na oportunidade, sobre a importância do estabelecimento de um rumo (metas) para se poderem desenvolver as estratégias, ou seja, definições claras para envolver a coletividade no que tange a “como fazer no dia a dia”, para que essas ações obtivessem os resultados concretos e benéficos para a localidade e a melhoria da qualidade de suas vidas. Tratou-se de introduzir neste diálogo a importância da consideração de indicadores, que pudessem avaliar o andamento e os resultados obtidos em cada exercício ou ação proposta pela coletividade. Ficou definido que, para a realização ou efetivação dessas ações, seriam necessárias duas reuniões por mês com intervalo de quinze dias por parte da diretoria, convidados e interessados. Dentro dessa perspectiva, ficaram definidos os seguintes itens relacionados a serem desenvolvidos pelos atores sociais para, em assembleias a cada 60 dias, serem apresentados os resultados ou avanços para toda a comunidade, discutidos e aprovados os rumos para a continuidade e efetivação das ações: Calçamento, Ações junto ao Poder Público, Construção e colocação de lixeiras, Construção de área de lazer e Serviço de auxílio à comunidade.

Em relação ao calçamento, levou-se em consideração a possibilidade deste segmento da Rua Marcílio Dias ingressar no “programa de calçamento comunitário” desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Bagé. Esse programa prevê o custeio de 70% da obra por

responsabilidade da administração pública municipal e o restante ficando ao encargo dos moradores da rua. Dessa forma, para a contemplação da documentação exigida para o ingresso via Associação de Moradores, fez-se necessária a regularização da documentação referente aos imóveis dos atores sociais envolvidos. Nessa lógica é que se definiu pelo auxílio para a consecução desta legalização para posterior ingresso no programa de calçamento comunitário. Tendo-se claro que esta via seria acessada como uma alternativa, pois se viu também na ocasião a possibilidade de se envolver empresas privadas, empresas públicas e outras formas de organizações sociais, que pudessem participar e cooperar para a conclusão dessa meta.

As ações junto ao Poder Público ficaram ao encargo da diretoria da associação. A proposta foi o cadastramento dos moradores para também lhes possibilitar o ingresso em programas governamentais de auxílio à família (ex. bolsa família), saúde, alimentação e escola por serem pessoas de baixa renda.

A ação da construção e da colocação de lixeiras também foi vista como uma das prioridades para esta rua. Foram apresentados virtualmente modelos para a distribuição de duas a três receptoras de resíduos “seco e molhado”, conforme classificação dos próprios atores. Também foram apresentadas opções e estratégias para a construção, colocação e envolvimento participativo dos demais atores sociais na manutenção das lixeiras e limpezas correspondentes, bem como na formação de uma rede que lhes proporcionasse o conhecimento e o envolvimento no que tange a reciclagem dos resíduos sólidos com alternativa de renda.

No que tange à construção de uma área de lazer foi salientado, pelos integrantes da diretoria, a importância da construção deste espaço de lazer com plantações de árvores nativas pelos próprios moradores. Esse cuidado se deve à garantia do envolvimento dos atores sociais da Rua Marcílio Dias como forma de mantê-los atentos à importância do entorno do arroio Bagé por meio desta ação.

No serviço de auxílio à comunidade dentro destas responsabilidades apontadas e definidas por estes representantes sociais, apareceram ações como ajuda a doentes, crianças e idosos da rua, ajuda psicológica e outras formas de participação para a melhoria de condições precárias para indivíduos que estejam atravessando situações de enfermidades.

A proposta das reuniões serem caracterizadas por “oficinas de devoluções criativas”, conforme Villasante (2002), serviu como balizamento para esta investigação. Isso quer dizer

que nesta última reunião como exercício de caráter investigatório se definiu que a partir deste instante os atores sociais teriam condições de se auto organizarem e de tomarem as rédeas de seu processo de desenvolvimento local, ou melhor, deveriam assumir totalmente o processo.

Então, como estratégia foi lançado no seio de um grupo de 20 atores sociais um conjunto de expressões, as mais utilizadas em reuniões anteriores. O critério de escolha dessas expressões diz respeito à frequência com as quais as mesmas apareceram anteriormente, bem como a importância qualitativa que as mesmas conotavam nos contextos dos diálogos e debates estabelecidos entre as pessoas naquelas ocasiões. Essa técnica também foi discutida em outra ocasião com as lideranças desta rua para ser utilizada como uma ferramenta para verificação dos ânimos em relação à comunidade, suas ações e a perspectiva de melhoria da qualidade de vida.

Como validação das discussões, debates, diálogos e das intenções dos atores sociais em prol do entendimento de quais propostas de ações deveriam ser levadas adiante pelos atores sociais da localidade, visando à consecução de melhores resultados via maior criatividade, as expressões a seguir deram o tônus e foram utilizadas na experiência: *“Com uma associação seremos gente”*; *“Só lembram da gente quando tem eleição”*; e, *“Pra eles nós não existimos”*.

Com a efetivação da associação dos moradores e já de posse de alguns dos primeiros resultados referentes às primeiras ações decididas por parte da coletividade, os diálogos aparentavam nesta ocasião outra perspectiva, mais confiante e mais lúcida. Pode-se visualizar o “poder de dentro” dos atores agora canalizado em “poder para” as ações estabelecidas pelos próprios atores e um controle identificado como “poder sobre” o contexto/terreno no qual os mesmos estavam adentrando conscientemente.

O exercício desta devolução das expressões neste estágio da investigação proporcionou diálogos de empoderamento entre os atores. O quarto estágio proposto por Villasante começava a se estabelecer neste grupo.

3.5 Repercussão do processo participativo na visão de lideranças locais

Nesta etapa buscou-se fazer uma comparação entre as entrevistas da primeira e última etapa efetivadas no verão de 2011, sendo esta tida como estratégica por conter informações de indivíduos considerados líderes ou com alguma influência significativa sobre a comunidade e que também fizeram parte da primeira série de entrevistas em 2005. Foram entrevistados nesta última etapa seis integrantes da comunidade nas suas próprias residências na Rua Marcílio Dias, no bairro do Passo do Onze. Dentro desse processo participativo desenvolvido, estes seis atores sociais se caracterizam por terem desempenhado papéis estratégicos na constituição da organização comunitária e, fundamentalmente, na constituição da associação dos moradores. Esses atores também desempenharam papel fundamental no sentido de promoverem a participação e de facilitarem o processo investigatório já no início do trabalho de campo quando a comunidade ainda não estava interessada em participar.

Na primeira etapa do trabalho de campo realizada no ano de 2005, as entrevistas arrolaram estrategicamente no sentido de buscar adentrar nas casas das pessoas e estabelecer um vínculo entre os atores. Na época essa técnica foi uma das primeiras abordagens junto à comunidade. Então as perguntas disseram respeito ao tempo de moradia, histórias sobre o local, tipos de ocupações, constituição familiar, visão sobre o arroio Bagé, perspectivas de recuperação do arroio, formas de organização (caso não tivessem alguma forma de organização, se eles pensavam na possibilidade de formatarem uma estrutura organizacional para a sua comunidade), tipo de problemas enfrentados no dia a dia da Rua Marcílio Dias, formas de lazer, graus de instrução, etc.

A título de comparação entre as duas séries de entrevistas, considera-se a participação, a organização comunitária e a autoestima, conforme já mencionado no subitem 3.1. desta tese, por possuírem uma característica chave para a existência de um processo sustentável, isto é, um processo que promove a qualidade de vida possibilitando uma avaliação através das dimensões sociais, ambientais e econômicas permitindo avaliar um padrão na população do local do segmento da Rua Marcílio Dias, no Passo do Onze. Ressalte-se que na conformação da composição dos indicadores que estiveram também marcados pela constituição de vários aspectos econômicos, sociais e ambientais (ver subitem 3.1) questionados pelo investigador, questionados pela comunidade e/ou apresentados pela mesma, fazem parte do cerne da composição dos elementos constituintes de empoderamento humano caracterizados por

participação, organização comunitária e a autoestima. Portanto, numa conformação maior, estes últimos são os verdadeiros indicadores do desenvolvimento local.

O item 1 da segunda série de entrevistas aborda a questão socioeconômica e através deste pode-se analisar comparativamente quanto à alteração de suas atividades/funções na época e na atualidade. Todavia esse tipo de avaliação não foi feita.

O item 2 aborda a questão da participação e da organização comunitária.

O item 3 aborda a questão da autoestima e serve como possível indicativo do empoderamento humano na perspectiva de melhoria da qualidade de vida.

Cabe ressaltar que neste retorno à comunidade a fim de aplicar esta segunda série de questionamentos, constatou-se em conversas e analisando as próprias respostas das entrevistas que as mesmas estavam saturadas¹⁶. Isso significa que se delimitou, portanto, o universo para as comparações em apenas 6 atores estratégicos.

O trabalho de comparações consiste em analisar os seguintes entrevistados à luz dos itens 2 e 3.

No que tange à participação, a entrevistada 01 demonstrou relativa maturidade tendo em vista que a mesma apresentou clareza na compreensão da importância do processo ter evoluído da consciência do individual para uma consciência coletiva. Durante a segunda série de entrevistas essa entrevistada reivindicou o retorno das reuniões, bem como afirmou possuir maior envolvimento com as questões da rua.

Desta forma, a entrevistada 01 evoluiu em comparação à primeira série de perguntas apresentada nesta investigação. Percebe-se uma maior conscientização em relação à diferença entre uma abordagem individual e uma abordagem coletiva para a resolução e/ou enfrentamento dos problemas cotidianos da Rua Marcílio Dias.

O entrevistado 02 foi um dos atores que mais evoluiu em relação à sua própria comunidade. Ingressou na universidade e promoveu diversas melhorias para o seu núcleo familiar. Mesmo não interagindo muito com as demais pessoas da comunidade, no seu núcleo

¹⁶ A amostra está “saturada” quando se estão repetindo as principais razões centrais em umas e outras posições. Inclusive o mais frequente que se sucede é que haja duas ou três posições dominantes, segundo cada um dos conjuntos de ações, com variáveis para tais ou quais temas do curso que se propôs. A partir destas posições dominantes por cada tema de interesse, o que pode interessar mais não é tanto quanto se repetem na amostra, senão que variações internas se produzem em sua formulação. Quer dizer, tentar chegar às tradições e paradoxos que se produzem em cada posição e entre posições afins tanto como com as diferentes ou antagônicas (VILLASANTE, 2006).

ele passou a coordenação e a responsabilizar-se. Dentro de suas possibilidades, esse entrevistado propôs e conseguiu melhorias para as quatro residências que envolvem o seu núcleo familiar baseado também nas informações que colheu nas oficinas durante o processo participativo. O ingresso na universidade representou para esse entrevistado um salto qualitativo na sua vida. A disposição de novo desempenho nas reuniões, caso a comunidade venha a efetivá-las, também demonstra a melhora da autoconfiança deste ator.

À sua maneira, o entrevistado 02 soube tirar proveito do processo participativo e conduzi-lo aos seus. Houve nítida melhora da autoestima, disposição para lançar-se noutra empreitada da organização comunitária e participar de forma mais discursiva. Ou seja, ele reconheceu a importância do processo participativo.

O entrevistado 03 sempre foi um ator muito participativo e comunicativo. Viu na ocasião a oportunidade de colocar o seu conhecimento em prol da sua comunidade. Assumiu a responsabilidade da tesouraria da associação dos moradores, mas não se limitou apenas a esta função. Este entrevistado demonstrou um senso de responsabilidade social diverso em relação aos demais moradores da rua. Na própria constituição da associação sua opinião e seu voto aberto foram determinantes para a eleição do presidente e dos demais integrantes. Sempre atuante, após a constituição da associação manteve contato e encaminhou pessoalmente diversas diligências à Prefeitura Municipal. Com o advento da associação teve a oportunidade de incentivar os outros atores a participarem mais, a “*ajudarem mais*”, segundo suas próprias palavras.

Esse entrevistado se empoderou e empoderou a sua comunidade. Embora sempre tenha sido considerado um sujeito controverso, a comunidade sempre o levou em consideração positivamente. Após a segunda série de entrevistas ficou constatada a vontade comunitária para que este ator assumisse a presidência da associação dos moradores da Rua Marcílio Dias, no Passo do Onze.

A entrevistada 04 por motivos particulares não participa ativamente como constatado na primeira série de entrevistas. Após a segunda série de entrevistas, apenas observa a distância os problemas que estão no seu entorno.

Em detrimento aos problemas que enfrenta de ordem particular a entrevistada 04 se limitou a apreciar o processo participativo passado, pelo qual a mesma tinha grande entusiasmo, ressaltando sempre que desconhecia a situação atual para se manifestar com maior propriedade.

O entrevistado 05 possui uma participação ativa e reivindicatória. Na época da primeira série de entrevistas, na qual não participou, o mesmo caracterizava-se por ser um grande questionador do processo durante as assembleias e as conversas. Na segunda série de entrevistas, participou e não foi diferente. Tem um bom senso do convívio em grupo. Interagiu durante as oficinas de devoluções e durante a entrevista da segunda série. Possui maior entusiasmo depois ter vivenciado o processo participativo.

Na verdade, este foi uma espécie de liderança identificada pelo investigador durante as oficinas de devolução criativas que ocorreram depois da primeira série de entrevistas em 2005. Atualmente, depois de entrevistado, mostra-se ávido pela retomada do processo participativo para exercitar a sua participação discursiva.

A entrevistada 06 é a principal motivadora da comunidade. No início do processo participativo sempre esteve à frente fazendo o chamamento do pessoal. Ainda hoje, conforme a sua entrevista é possível verificar que a entrevistada segue atuando e promovendo a participação de alguns outros atores da comunidade.

Assumiu a responsabilidade de presidente da associação e mantém a associação em contato com as demais associações de moradores da cidade de Bagé, bem como com as demais instituições, como a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores, através da associação. Possui uma autoestima extremamente elevada com o fato da associação poder interagir com outras instituições. Atualmente é a principal líder da comunidade.

Embora tenha assumido as responsabilidades de presidente, por não estar empossada legalmente, sabe que a associação perde em agilidade por viver nesta condição. Todavia, a entrevistada atua empoderada devido às responsabilidades relativas à associação e tem consciência de que a presidência precisa ser alterada, isto é, acredita que está em tempo de outro morador da Rua Marcílio Dias assumir o cargo.

4 EMPODERAMENTO COMO SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA COMUNIDADE DA RUA MARCÍLIO DIAS

Atualmente há uma encruzilhada civilizatória, caracterizada pela questão socioecológica (degradação ecológica e exclusão sociais simultâneas) e a participação dos atores é condição de legitimidade da pesquisa para enfrentamento e busca de alternativas a estes impactos negativos do modelo econômico e social vigente (CANUTO, 2005).

Então o que seria o empoderamento? Para que serviria o empoderamento? Como utilizá-lo para superar estes impactos negativos?

Como, utilizando o empoderamento, promover a integração social do segmento da Rua Marcílio Dias no Passo do Onze mediante a conscientização da importância estratégica desta localidade como ecossistema essencial para a recuperação do arroio Bagé e desencadear uma estrutura social capaz de se expandir até outras esferas e, assim, contribuir ao processo de desenvolvimento regional?

Segundo a hipótese desta tese, a partir do empoderamento dos atores locais é possível promover uma nova perspectiva de melhoria de qualidade de vida para que seja utilizada como instrumento que viabilize reverter situações de degradação socioambiental e encaminhar através de um processo de construção coletiva, ações mais criativas de desenvolvimento urbano em prol de um desenvolvimento regional sustentável e participativo.

Então, o empoderamento seria um ‘bem-estar’ individual, extensivo à coletividade que facilitaria ações individuais e coletivas em um processo participativo. Esse ‘bem-estar’ decorre do processo participativo em si, ou seja, a organização que estimula o indivíduo e/ou sua coletividade ou os fatores externos¹⁷ que estimulam o indivíduo e/ou sua coletividade. Possivelmente este seja o sentimento após passarmos por uma situação que nos empodere. Ganhamos força, adquirimos mais capacidade, maior confiança, mas o que nos mantém vivos também é o ‘bem-estar’ que se traduz na capacidade de apreciar nosso próprio empoderamento.

O empoderamento humano como alavanca de uma nova perspectiva no desenvolvimento participativo pode estabelecer uma variável ou um comportamento

¹⁷ Econômico, social e ambiental.

diferente. Esse comportamento tem a ver com uma evolução sentida quando da organização¹⁸ participativa, como, por exemplo, no mutirão que estimula a comunidade ao desenvolvimento conjunto de uma série de atividades comuns. Essa nuance regida pela participação gera o que se chama de fortalecimento emancipatório e/ou protagonismo local, que favorece uma nova postura ante as novas circunstâncias do ambiente, a superação associada ao equacionamento da responsabilidade.

Mas o que poderia ser feito ou sugerido para a melhoria da perspectiva da qualidade de vida da comunidade do Passo do Onze, mais especificamente no segmento da Rua Marcílio Dias? Haveria espaço para tal penetração nesta comunidade? Como abordar e/ou introduzir ideias novas e talvez diferentes para moradores com quinze, vinte e até mais anos de estabilidade nesta localidade, dizendo-lhes que estas ideias poderiam ser benéficas para eles? Como estimular e desenvolver o empoderamento nas atividades, na organização comunitária ou até mesmo na recuperação desta parte do arroio Bagé no Passo do Onze?

Essas foram apenas algumas das indagações que não raro surgiram no contexto das entrevistas e oficinas de devoluções criativas, ou seja, essas foram apenas algumas das questões que aparentemente ficaram explícitas na mentalidade dos moradores e que foram demonstradas nas suas indagações e inquietações a respeito do trabalho e que também ficavam demonstradas conforme as suas respostas afloravam com base nas perguntas que foram colocadas. Esses questionamentos também compuseram a discussão ao longo do trabalho.

Em todas essas circunstâncias sempre se procurou estabelecer ambientes cordiais, leves e sem pressões quanto à formulação das perguntas para evitar a existência de alguma forma de exigência para as respostas. Quer dizer, as situações foram encaminhadas para que não sofressem interferência nas respostas durante as conversas. Dentro dessa peculiaridade estabelecida nessas conversas gerou-se, em muitos dos atores sociais, certo empoderamento que apareceu durante seus discursos ora como críticos, ora saudosos, ora muito reveladores e contundentes, variando sempre entre muitas expressões e sensações.

Muitas dessas manifestações estiveram guardadas por certo período de tempo nas vidas destas pessoas e nestes breves instantes vieram à tona fazendo-os conviver com as possibilidades de uma nova qualidade de vida que outrora lhes parecera mais aos seus alcances.

¹⁸ Organização Comunitária, um dos três elementos constituintes de empoderamento.

Levaram-se a mostra para a discussão algumas das sugestões e linhas de pensamentos as quais pareceram ao longo do processo ser viáveis e úteis para a comunidade do Passo do Onze na Canhada do Sapo, bem como as sugestões surgidas nas conversas sobre as possibilidades das melhorias para o local e sua gente. Nessa torrente de possibilidades foram pontuadas algumas sugestões para estimular o questionamento sobre propostas futuras a serem construídas pelos atores, quer dizer, algumas possíveis ações práticas. De todas as possíveis ações práticas esboçadas nesta investigação a que mais se enquadrava de imediato e que se aplicaria mais diretamente no caso do Passo do Onze foi a do envolvimento participativo social¹⁹.

Outras propostas seriam mais bem desenvolvidas por parte especificamente desta população, de suporte ao processo de recuperação do arroio Bagé, ao que culminaria na melhoria da qualidade de vida e no empoderamento da comunidade do Passo do Onze na Rua Marcílio Dias, caso tivessem maior fundamento e fossem colocadas em prática dentro de uma lógica participativa, como, por exemplo, a construção de mais estações de tratamentos de esgotos. Mesmo assim, cabe ressaltar, que algumas providências já foram efetivadas pelos órgãos públicos, mas de forma isolada, com grande defasagem de tempo e, principalmente, quase sempre sem a participação social na elaboração, construção e conclusão das obras e isto, na atualidade, é o principal elemento depreciativo destas iniciativas. Essa falta de gerenciamento social e a falta de aproveitamento do capital social, diretamente envolvido nas ações, e nas (*rel*)ações favorece ao abandono ou até mesmo a depredação das obras principalmente quando acontece a transição político-administrativa num período estipulado de quatro anos.

Outro aspecto importante é o que sinaliza para a falta de uma política administrativa pública que contemple mais diretamente as questões relacionadas à preservação das nascentes do arroio Bagé, a manutenção e limpezas constantes das margens e do arroio propriamente dito. Nesta mesma linha de discussão estaria a importância da implantação de um plano educacional nas escolas primárias e secundárias do ensino público e privado da cidade visando a uma participação e interação dos futuros responsáveis pelo arroio Bagé.

Claro está que nenhuma ação prática será eficiente e eficaz se paralelo a isto se mantiver constantemente o despejo de esgoto no arroio ao longo de toda a sua margem. Já foi exposto que ações individuais foram apresentadas derivando em poucos resultados efetivos.

¹⁹ Participação, também faz parte do tripé dos elementos constituintes de empoderamento.

Então, claro também está que nenhuma ação será revitalizadora na recuperação do arroio Bagé sem uma atitude conjunta da sociedade, Poder Público e comunidades distribuídas ao longo das margens do arroio Bagé.

O empoderamento apareceu nessa pequena parcela referente ao arroio Bagé, no caso o Passo do Onze à Rua Marcílio Dias, e pode servir de instrumento para uma verticalização social, ambiental e econômica desta comunidade. A visualização de suas possibilidades levou a uma valorização de sua localidade e capacitou a formação de opiniões e a organização dos indivíduos²⁰.

Esse foi um processo de empoderamento humano. A visualização particularmente desta comunidade de seus poderes pôde, conseqüentemente, sustentar a sua interação e a sua integração junto aos seus problemas para, assim, poderem (*re*)organizar as suas respectivas soluções.

Por outro lado, existia também dentro desta localidade uma realidade que estava consumada entre a maioria da comunidade da Rua Marcílio Dias, no Passo do Onze, principalmente devido à política desenvolvida pela administração pública na época²¹. Aparecia como uma convicção na qual a canalização²² do arroio Bagé seria a solução definitiva para os problemas advindos pela poluição causada neste arroio. Quer dizer, isso fazia com que outras hipóteses de se trabalhar as questões em relação à recuperação do arroio, por intermédio da participação social, se tornassem praticamente infrutíferas junto às pessoas. Essa cultura interferia significativamente em qualquer projeto a ser desenvolvido em relação ao arroio Bagé nesta parte da cidade. Quer dizer, além desta comunidade ser até então desafortunada economicamente e socialmente desorganizada, pois se organizava raramente em ocasiões que dizia respeito às políticas externas da própria comunidade, ela ainda sofria de uma instabilidade relativa ao desenvolvimento de um raciocínio equilibrado sobre a própria significação do arroio Bagé e a sua importância eco-social. Todavia, em todos os depoimentos não houve, em nenhum momento, alguém que se mostrasse contra a simples e necessária limpeza do arroio Bagé, ou seja, a intenção desta comunidade sempre foi pura, mesmo enquanto uma minoria desta comunidade persistisse e ainda persista em colocar resíduos nas águas do arroio por completa ignorância de seus atos.

²⁰ Autoconfiança: o terceiro elemento constituinte de empoderamento.

²¹ Década de 80.

²² Obra não realizada.

Essas pequenas ações geraram e estimularam uma postura muito definida em relação ao comportamento da comunidade com o arroio. Atitudes como a colocação de sacolas com *lixo* permitem a incrustação e a manutenção da prostração da população em relação a outro tipo de atitude que ajude a viabilizar a transformação desta comunidade do Passo do Onze à Rua Marcílio Dias.

Devido à visualização constante desse processo degradante e da sensação de impunidade que estas atitudes acarretam, ficava então esta comunidade estagnada diante de uma busca por alternativas advindas de seu próprio núcleo para o problema de recuperação do arroio nesta parte e no seu entorno.

Para efeito de discussão, fica colocado que foi extremamente necessário, para o sucesso de qualquer programa a ser desenvolvido nesta comunidade, devido ao perfil desta gente ser muito dispersivo no sentido de formações grupais até um primeiro momento, um suporte externo a esse povo para que o mesmo dispusesse de uma orientação organizacional partindo dos problemas da própria comunidade e com a participação desta como uma alternativa viável para garantir a sustentação de futuros projetos a serem implantados e na qual façam parte de um plano de recuperação para o arroio Bagé. Nesse processo deu-se a maturidade da comunidade.

Não se fala de um simples projeto de assistencialismo social, mas de um projeto com uma magnitude incorporada aos planos de desenvolvimento e de recuperação do arroio a serem contemplados, quiçá no Plano Diretor da cidade de Bagé e que seja considerado efetivamente com maior seriedade pela administração pública e sociedade em geral.

Essa estratégia pode ser aproveitada e utilizada pelas demais comunidades e localidades que estão diretamente envolvidas com as margens do arroio Bagé a jusante e a montante. Esta comunidade do Passo do Onze, quando alastrar a sua rede de colaboradores e interessados na causa da melhoria da qualidade de vida, provavelmente proporcionará um suporte aos seus vizinhos de arroio.

Para esta comunidade, um suporte desta envergadura e um apoio como este estimulou a sua empreitada na cooperação necessária e na perspectiva de elaboração para outros projetos para a sua melhoria da qualidade de vida. Uma das reações mais comuns neste caso diz respeito à alienação quanto ao problema e à recuperação do arroio Bagé, quer dizer, a comunidade não tomava isto como um problema próprio, mas sim das autoridades competentes como, por exemplo, a Prefeitura Municipal, os políticos em geral, os outros, etc.

Portanto, devido às formações e às condições das lideranças desta comunidade verificadas até então, foi útil e necessária uma sutil intervenção facilitando a transformação desta localidade em melhor “organizada”, para juntamente com órgãos responsáveis pelo empreendimento em obras como as administrações públicas ou outras instituições organizadas da sociedade poderem considerar a localidade como parceira visando à revitalização e à recuperação desta área aproveitando a utilização positiva deste capital social.

Em relação à estratégia para a aproximação na localidade, o que se buscou para justificar e para constituir como referência as entrevistas elaboradas na comunidade do Passo do Onze, na primeira abordagem, esteve baseado na captação de representantes estratégicos, mas com características que fossem estendidas a um número representativo e significativo desta pequena comunidade.

A amostra está “saturada” quando se estão repetindo as principais razões centrais em umas e outras posições. Inclusive o mais frequente que se sucede é que haja duas ou três posições dominantes, segundo cada um dos conjuntos de ações, com variáveis para tais ou quais temas do curso que se propôs. A partir destas posições dominantes por tema de interesse, o que pode interessar mais não é tanto quanto se repetem na amostra, senão que variações internas se produzem em sua formulação. Quer dizer, tentar chegar às tradições e paradoxos que se produzem em cada posição e entre posições afins tanto como com as diferentes ou antagônicas. Essas escutas puseram as pistas da complexidade da matéria prima do trabalho de análise e de devolução para a própria comunidade, conforme base técnica (VILLASANTE, 2006). Porque não se trata de entrevistar a todo mundo em geral, senão de conhecer o substancial de algumas posições que existam a respeito (VILLASANTE, 2006).

Considera-se que neste tipo de ambiente muito fechado, numa primeira instância, o mais adequado é uma aproximação lenta e gradativa, pois se resguarda quanto o fechamento da possibilidade de concretização de um ambiente futuro de diálogo de maior integração entre os atores sociais das localidades, facilitadores e a construção da rede de cooperação. Além disso, outra característica e que também se levou em consideração para a eleição dos representantes da comunidade foi por esses indivíduos exercerem certo tipo de liderança ou influência na própria comunidade e, dessa maneira, também exercerem papéis de formadores de opiniões. Esse ponto foi sendo descoberto durante as próprias entrevistas com os moradores.

Nos últimos tempos percebe-se uma nova relação entre as potencialidades humanas e o meio ambiente. Percebe-se que o ser humano é parte integrante do meio ambiente não devendo, portanto, dominá-lo. A população acima do tolerável nas grandes cidades do “terceiro mundo” e o modelo de desenvolvimento apresentam propostas centralizadas para o enfoque econômico²³.

Começou-se a esboçar uma nova perspectiva para uma nova qualidade de vida baseada em novos valores éticos, sociais, comportamentais, etc. Como não poderia deixar de ser, esses fenômenos estão acontecendo também nesta pequena localidade e o que poderia ser preocupante pela aparente demora da participação social, torna-se aliada pela importante impregnação desta nova consciência social. O envolvimento participativo desta sociedade que transita os arredores do arroio nesta localidade torna-se vital para o sucesso de programas de desenvolvimento. As expressões sobre a problemática são muito tímidas e isso, em comparação com a degradação socioambiental, perde em capacidade de poder proporcionar uma participação e um envolvimento para a consecução das soluções que envolvem a questão.

Exatamente um ano após encerrarem-se a primeira série de entrevistas foi proposto a um dos líderes a apresentação, ou melhor, uma devolução dos primeiros resultados deste trabalho. Na ocasião, se salientou a importância de a comunidade participar desse evento, pois dela poderia surtir algum efeito individual ou coletivo em termos de presenciarem e sentirem o empoderamento, compreendendo a necessidade a partir daí da organização de sua comunidade.

Utilizou-se como estratégia e orientação, neste exato momento da investigação, a observação de Canuto (2005) para estimular a participação ressaltando entre os atores sociais a importância de seus saberes. Dessa forma se valeu do que disse o autor de que cada situação posta necessita de habilidades específicas para a solução, cada ator social se torna líder naquela situação. Assim, agentes que detêm a liderança em determinado assunto, tornam-se aprendizes em outros. A liderança circula e não é propriedade fixa de ninguém. A liderança circular se orienta pelo espírito de diálogo e não de debate.

No debate há uma tentativa de convencimento, alguém que sabe e outro que não sabe, um exercício de *poder sobre*. O diálogo, por sua vez, implica a revelação gradual de mais “camadas” de uma realidade, a partir de um questionamento apreciativo, onde diversos pontos de vista são importantes e onde se exerce um poder compartilhado, um *poder com*.

²³ Um dano ambiental qualquer por uma multa qualquer.

Nessa sucessão estes atores sociais mostraram-se, antes de qualquer coisa, cooperadores (principalmente após a primeira oficina de devolução criativa) e isso facilitou a introdução e o desenvolvimento das conversas, pois se pode, a partir deste instante, e já sabendo desta nova disposição destes indivíduos, inserir a questão que fizera procurá-los, quer dizer, saber sobre as condições de vida e das possibilidades de visualização do grau de empoderamento da comunidade do Passo do Onze, à Rua Marcílio Dias, identificando, organizando e compreendendo, assim, os elementos que constituíam este empoderamento humano, facilitando certas condições através do desencadeamento de um processo participativo para o logro da melhoria da qualidade de suas vidas.

Com esta estratégia construída coletivamente nesta segunda fase realizada no ano de 2006 com a comunidade, as oficinas proporcionaram a formação da associação dos moradores e, conseqüentemente, estabeleceram na localidade maior grau de organização e outra perspectiva constituindo efetivamente e estabelecendo desta forma os elementos constituintes de empoderamento (organização comunitária, participação e autoconfiança).

A partir daí, a opção de escolha sobre qual modelo de adoção de novas “tecnologias” passou a ser desses atores sociais, que passaram a contar com o seu poder de contraposição e de barganha para com relações de poder que antes pareciam tão distantes das suas realidades. As oficinas permitiram que as pessoas se reunissem e refletissem sobre seus problemas, favorecendo que fossem tomadas decisões coletivas, ou seja, uma postura coletiva surgiu a partir dessas iniciativas. Suas preocupações passaram a ser muito mais no sentido de organizações coletivas que apenas em atenções individuais.

Para Amâncio et. al. (2000), nas relações de cultura popular, a oralidade é o principal instrumento para a expressão de determinados assuntos, onde ao se expor ocorre um exercício de memória e de tomada de posição, um empoderamento de ambos os envolvidos. Segundo os autores, é pelo exercício da linguagem que nos tornamos sujeitos históricos com a capacidade de construir intersubjetivamente uma sociedade em comunhão de objetivos. Afirmam ainda que o conhecimento não é um ato de transmissão de conteúdos onde as relações são ativo-passivas e sim que ele só existe se ocorre uma apropriação do aprendido e, conseqüentemente, uma transformação desse em ações e/ou reflexões nas situações concretas de cada vivência. O aprendido é apreendido, transformado e reinventado. Ou seja, o ato de conhecer não pode ter relação com o ato de transformar o outro em objeto de receptividade passiva de conteúdo.

A participação não pode ser uma participação passiva e nem parcial. O conhecimento exige uma presença do sujeito no mundo e com o mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade, uma curiosidade constante. Inventar e reinventar exige um conhecimento sobre si mesmo, que permite se reconhecer e ao se reconhecer se transformar, entender como se conheceu e como se deu o processo de transformação, para assim ampliar essa relação dialógica de si consigo mesmo para outras dimensões sociais, finalizam. Foi nessa lógica de intervenção que se facilitou a construção de uma relação dialógica entre os atores sociais, que sofreram a ação interventora.

Ressalte-se que outras oficinas e reuniões ocorreram neste meio tempo sem a participação de investigadores e que isso foi a proposta central do projeto, ou seja, facilitar a capacitação dos atores sociais.

Não obstante e importante também ressaltar, que o trabalho desenvolveu-se em três partes no que diz respeito à aplicação prática da metodologia da investigação. Essa questão temporal serve como balizamento para contrapor investigadores como Villasante, pois o mesmo, por exemplo, aplica e desenvolve suas atividades e/ou ações com base num exercício de reuniões de criatividade social com algo em torno de um ano de seguimento ininterrupto aprofundando-se nos autodiagnósticos e propostas. Enquanto isso, no “Passo do Onze” a primeira parte referente ao desenvolvimento prático deu-se através de uma abordagem inicial na qual se fez uma sondagem do ambiente; esse processo durou aproximadamente seis meses distribuído em observação participante, conversas, pequenas reuniões, levantamentos gerais de dados e durante esta etapa constatou-se certo arredo por parte dos atores num primeiro instante para lançarem-se num processo de participação comunitária, principalmente, em se tratando “*apenas*”, como eles mesmos disseram, “*para fazer uma pesquisa*”.

Na segunda parte de campo, aplicada um ano depois com duração de mais seis meses, o processo se desenvolveu através de conversas, de entrevistas abertas, devoluções, de encontros de criatividade social e das reuniões para as propostas de ações coletivas mais criativas. A comunidade nesta segunda ocasião já estava interagindo mais tranquilamente por haver se visualizado e vislumbrado a importância da *pesquisa*, segundo suas palavras, devido à mesma poder permitir e facilitar através da participação entre os atores, uma possibilidade de desencadeamento de um novo processo que poderia melhorar as suas próprias vidas. E, numa terceira e última parte de trabalho de campo caracterizada pela aplicação da segunda série de entrevistas.

Tentou-se, nesta segunda parte, fazer-se o que se havia entendido da proposta teórica do trabalho sugerida por Villasante (2006) na qual constava, conforme entendimento até então sobre essa teoria, em experimentar maior integração através de devoluções de “expressões ou frases textuais” colocadas pelos atores sociais envolvidos durante as entrevistas, as conversas e os encontros de criatividade social. A princípio, esse foi o propósito de utilização dessa ferramenta.

Efetivou-se de certa forma esse procedimento com a ferramenta assim entendida como descrição anterior, todavia, o trabalho arrolou praticamente para a formação de uma associação, para o encaminhamento das propostas de ações coletivas mais criativas, porém sem o apropriado uso das expressões e não completamente em comum com a proposta real de Villasante, que seria a retirada das “frases textuais” para a evolução das reuniões utilizando-se destas para favorecer uma maior reflexão grupal e, muito provavelmente, um melhor encaminhamento de ações coletivas mais criativas por parte dos atores sociais envolvidos resgatando e aportando os paradoxos e as contradições oferecidos pelas próprias pessoas e pelos próprios grupos durante os encontros, quer dizer, com um grau maior de compreensão grupal devido a este processo de devolução e ênfase na reflexão de ação discursiva gerada por esta própria devolução. Perdeu-se, assim, o foco em relação a Villasante neste íterim, mas não em relação a outra forma de ação.

No entanto, algumas frases foram efetivamente observadas e utilizadas ao longo do trabalho, mas não sendo aproveitadas conforme profundidade aludida por Villasante em sua obra (VILLASANTE, 2006). Assim, o aprofundamento em *como* foram utilizadas as “expressões e frases textuais”, quer dizer, como elas foram devolvidas para os atores com o intuito básico deu-se apenas no sentido de estimular a participação mais efetiva e não em utilizá-las como uma ferramenta capaz de ampliar especificamente e mais claramente a reflexão comunitária e/ou como instrumentos de medição para suporte de uma evidência empírica. Esse particular não fora estudado, não fora aplicado e, neste ponto exato, o processo investigatório diferencia-se da proposta de Villasante.

A título de observação, a reflexividade pode ter um caráter extremamente subjetivo, isto é, os seus graus, a sua forma ou o seu gênero alcançado são de certa maneira não mensuráveis, intangíveis e até mesmo podendo ser considerado inconsistente, pois nada nem nenhum elemento aparentemente consistente podem representar com fidedignidade “*um*” ou “*o*” estágio de reflexão de um indivíduo.

Assim mesmo, Giddens (2003) denomina a capacidade de cognição dos atores sociais de reflexividade; sujeitos capazes de cognição e que possuem um considerável conhecimento das suas condições e das consequências do que fazem em suas vidas cotidianas. Para ele, para compreendermos as atividades humanas no âmbito de determinada sociedade, devemos proceder ao exame do conhecimento que os próprios atores sociais têm de suas condutas. Então existem dois níveis de análise para compreender a conduta reflexiva: em primeiro plano, a reflexividade está contida na consciência discursiva dos atores sociais; e, num segundo plano, a reflexividade está contida na consciência prática dos atores sociais.

A primeira refere-se à capacidade dos atores sociais de apresentarem as razões do que fazem como fazem e porque fazem em suas vidas cotidianas. Além disso, a reflexividade discursiva se refere à aptidão que os agentes humanos têm de dizer algo acerca das suas condições de suas ações, mas também da ação dos outros atores presentes em contextos de interação. Essa capacidade é um desdobramento da reflexividade discursiva, que comporta uma avaliação ou monitoramento, por parte dos agentes humanos, das circunstâncias e contextos de interação social. A consciência prática refere-se a todas as ações empreendidas pelos agentes que têm por finalidade e objetivo manter-se ou continuar na vida social, sem, entretanto, serem capazes de expressar discursivamente as razões de suas condutas.

Mesmo havendo sido entendido apenas parcialmente e sob outro enfoque de utilização das “expressões” e/ou “frases textuais”, posteriormente verificou-se que efetivamente valeu-se por assim dizer também da reflexividade da consciência prática quando da ocasião da aplicação da metodologia da investigação participativa, em relação a Villasante, e se constata que também se obteve êxito quanto à utilização dessas mesmas expressões por haver-se construído um processo organizacional mais definido e de forma participativa. Isso porque se adequou esta visão espontânea colocada e captada dos atores sociais, embora escassas, como justificativas de diversas formas de intervenções próprias sobre sua localidade na qual reproduziam enunciados de poder. Esse foi o resultado sentido e coletado.

Porém, também é importante enxergar, conforme o enunciado no início deste trabalho, que se começou a exploração sem uma definição exata do campo a ser investigado, do grupo de atores, da sua forma, sua quantidade, sua qualidade, seu grau de interferência em relação a algum entorno, sociedade maior, meio ambiente, preocupações, ambições, redes etc. O certo é que a construção foi-se dando conforme as conexões foram-se formando, quer dizer, paulatinamente, gradativamente e, principalmente, entendendo e respeitando os tempos das

vidas ali existentes. Essa lógica de procedimento deu-se com base analítica proporcionada pelo discurso sócio-hermenêutico o qual toma o discurso como práxis; os discursos são ações dentro de sistemas de relações, forças e interesses concretos em prol da manutenção ou da mudança social e descobre funções, às vezes latentes, da vida social através de seu manifesto.

Então, de início, tinha-se o problema e o objetivo central da tese e, posteriormente, valendo-se de técnicas qualitativas como a observação participante, entrevistas, entre outros, é que o trabalho foi emergindo induzido mediante uma integração metodológica. Quando se chegou à segunda parte da prática da aplicação metodológica verificou-se que aparecera naturalmente maior subsídio teórico. Foi possível, então, visualizar-se ao passado e registrá-lo, bem como associar fases presentes e estabelecer um plano de ação.

Com esta “evolução”, ou seja, com o processo sistematizado e mais organizado metodologicamente, se pôde caminhar com outra perspectiva então mais de acordo e/ou ajustada com a função e proposta de facilitação junto aos atores sociais do processo em formação/construção.

Com base em Villasante (2006), obtiveram-se alguns melhoramentos qualitativos em termos de organização (como já foi mencionado chegou-se à constituição de uma associação e encaminhamentos de propostas), mas faltaram muitos outros estágios que, por ventura, não se realizaram durante a aplicação prática da metodologia nesta tese. Todavia abriu-se um leque para a continuação junto à comunidade de novas investigações com ações participativas que visem à melhoria da qualidade de vidas.

Mas, fundamentalmente, “fez-se com a intenção prática para resolver problemas concretos” (VILLASANTE, 2006).

Com base no estabelecido neste processo, ou seja, até a efetiva construção de uma associação e outros encaminhamentos organizados de forma participativa há vários outros indícios de que se pode melhorar ainda a qualidade da organização desta comunidade e, conseqüentemente, estender estes benefícios à qualificação em termos gerais do meio ambiente que envolve esta localidade através de metodologias participativas as mais diversas (investigação-ação-participação, sociopráxis etc.). O importante para esta consecução está no monitoramento das antigas e das novas redes estabelecidas pela comunidade no sentido de favorecer e/ou facilitar a manutenção do trabalho participativo desenvolvido até o presente momento, bem como da ampliação destas conexões de maneira a estimularem a continuação

de ações que envolvam reuniões para debates e diálogos que proporcionem a busca por propostas sociais criativas.

O enfoque sistêmico foi a base da dinâmica que se procurou estabelecer no que diz respeito à abordagem no ambiente estudado. A intenção relativa à percepção do local fez-se de forma em que se considerou o grupo em termos gerais, quer dizer, não se deteve em especificações ou classificações de raças, idade, gênero, escolaridade, até porque o trabalho prático, quando juntadas as primeiras duas etapas, num total de 1 ano, não proporcionaria o devido tratamento a essas questões se tivessem sido considerados tais objetos para trabalho. O que se fez em efetivo foi uma subdivisão com base em três aspectos gerais: econômico, ambiental e social.

Assim, o trabalho se desenvolveu num plano maior que proporcionou uma abordagem mais generalizada, não permitindo o que fora considerado dentro desta perspectiva como uma questão mais reducionista e desproporcional à condução objetiva almejada para a tese.

Não obstante, essa questão não foi desconsiderada totalmente. Entretanto, esse enfoque não ocorreu neste estudo de caso e isto apenas significa que o tratamento, o acolhimento, a concepção de questões como o gênero, por exemplo, por não terem sido as suas especificações e classificações consideradas como pontos alvos nesta investigação e tidas como ferramentas utilizáveis que pudessem explicar, negar, confirmar ou corroborar teorias e/ou práticas, não necessariamente deixaram de ser abertas, dialogadas, debatidas e/ou discutidas.

Outrossim, verifica-se desta forma que esta tese é apenas um embrião dentro das possibilidades que ainda existem para ser exploradas junto à comunidade do Passo do Onze, no segmento da Rua Marcílio Dias, em Bagé.

No ano de 2011, fez-se uma nova série de entrevistas a fim de buscar-se uma referência para dar maior evidência empírica através de uma comparação entre as questões apresentadas com a primeira série de entrevistas dos anos de 2005, bem como através das informações resgatadas das propostas de construções de ações coletivas geradas nas oficinas de devoluções criativas realizadas posteriormente no ano de 2006 às primeiras entrevistas. Desta forma, buscou-se reencontrar as lideranças da época, bem como outros entrevistados estratégicos de 2005 para se traçar o paralelo dos acontecimentos baseados em antes do processo de intervenção na comunidade e depois do mesmo, levando-se em consideração também o afastamento e/ou a finalização da facilitação externa proporcionada pela

investigação-ação-participação como fator importante e passível de ocasionar mudanças no comportamento dos atores sociais no que diz respeito à participação e a manutenção do processo participativo organizacional.

Ressalte-se que este afastamento pode ter a sua parcela de contribuição para a finalização das reuniões ocorridas na comunidade conforme se constatou nesta nova intervenção para a efetivação das novas entrevistas. Ressalte-se, também, que embora a comunidade não se reúna mais seguindo a proposta do processo participativo apresentada nos anos de 2005/2006, a mesma considera, com base na análise das respostas destas últimas entrevistas, a importância do processo que foi desenvolvido em anos anteriores com a proposta de melhorar a qualidade das suas vidas ante aquela estratégia que esteve em processo de desenvolvimento anteriormente junto a esta comunidade.

Não obstante, registra-se após esta segunda série de entrevistas realizadas em 2011 que a não efetivação da continuidade do processo não significa que a comunidade não se empoderou. Conforme esta análise nesta segunda série de entrevistas verifica-se que a perspectiva de outra relação junto ao arroio Bagé e a recuperação do mesmo por ser este estratégico como ecossistema importante no contexto do espaço urbano, passou a ter outra representatividade junto aos atores sociais que estiveram envolvidos e que, de certa maneira, ainda estão.

Verifica-se também, que a participação dentro de um processo construído com bases de ações de caráter coletivo passou a ser considerada como mais interessante por parte dos atores, bem como mais enriquecedora e viável. Percebe-se também com base nas respostas desta segunda série das entrevistas que os atores sociais se veem como responsáveis por suas atitudes e que as consequências das mesmas serão reflexos das suas posturas quer sejam individuais ou coletivas. Esse é um fenômeno interessante de ser considerado tendo em vista que antes da intervenção a perspectiva individual era a postura dominante dos atores do Passo do Onze. Porém, as ações coletivas, agora com a comparação proposta pela análise entre as entrevistas, entraram no cenário do novo imaginário coletivo da comunidade da Rua Marcílio Dias. Portanto, esta é uma evidência empírica, pois foi estratégia de desenvolvimento local a constituição da transformação da perspectiva dos atores sociais envolvidos através da criação de ações coletivas que dissessem respeito à melhoria da qualidade de vida. E, a partir do momento em que os atores percebem uma outra forma de organização e a importância dela como estratégia de sobrevivência, mesmo que esta nova forma de organização tenha

estagnado em ações após a intervenção investigatória e a saída dos agentes externos que a facilitavam, ainda assim constitui-se em elemento de empoderamento efetivo e, por sua vez, numa evidência empírica.

Também se evidenciou com a comparação desta última série de entrevistas, com as entrevistas de 2005 e as propostas de construções de ações coletivas oriundas das oficinas de devoluções realizadas no ano de 2006 que as mesmas evoluíram muito pouco. As manifestações referentes às ideias das propostas das ações coletivas como o calçamento, por exemplo, seguem em pauta entre a comunidade, porém, agora, os atores são conscientes da possibilidade de resolução do problema através de outra perspectiva, agora coletiva. Isto também denota uma evolução crítica por parte da comunidade, portanto, outra evidência empírica. Todavia, conforme já colocado anteriormente, a capacidade de auto organização foi identificado como o problema central a ser enfrentado. Igualmente, a manutenção deste processo, após esta confirmação estimulada pela segunda série de entrevistas, aparece como outro problema a ser resolvido na comunidade.

Em relação ao que foi introduzido, constatou-se que a perspectiva do envolvimento coletivo via participação retirou a comunidade do isolamento, ou seja, promoveu outro entendimento desde uma dimensão mais próxima da comunidade transformando a compreensão do espaço dos atores sociais em outra realidade. Ainda assim, salienta-se que esta participação também promoveu o restabelecimento da análise crítica, o restabelecimento da discussão e conseqüentemente, uma redução da desconfiança entre os envolvidos e as suas expectativas, portanto, aumentou neste aspecto a autoconfiança da comunidade, outra evidência de empoderamento.

A construção coletiva da Associação, através do processo participativo, também denota uma evolução e um aprendizado que caracterizaram uma conscientização individual e um senso coletivo de envolvimento responsável dentro um processo comunitário dando claro indicativo por meio desta nova postura da alteração de um estado anterior classificado por uma espécie de prostração para um novo estado classificado por empoderamento; cabendo dizer novamente que a aquisição ou a conquista do poder de ter realizado ações com um senso de responsabilidade pelo trabalho no qual se esteve envolvido, foi o que tornou capaz a produção de uma mudança de perspectiva de qualidade de vida e isto é o significado fundamental de empoderamento.

Desta forma, em questão ao problema apresentado, verifica-se que foi revertida a perspectiva da qualidade de vida oriunda do modelo de desenvolvimento hegemônico excludente, através de uma proposição alternativa, baseada numa construção coletiva. Muito embora, outros problemas surgiram provavelmente em consequência da finalização da intervenção externa na comunidade, como, por exemplo, finalização das reuniões e a manutenção do processo com caráter mais participativo do que foi verificado após a segunda série de entrevistas.

Ao se objetivar potencializar o desenvolvimento regional através de ações participativas localizadas numa pequena comunidade degradada ambientalmente, socialmente e economicamente, afirmou-se que este seria o rumo e, também, que este seria uma condição que permitia e permitiria poder pensar nesta estratégia local no sentido de elevação desse movimento participativo desenvolvido na comunidade estudada a desígnios mais amplos e a escalas mais altas, conforme alusão de Etges (2005). Portanto, analisando essa estratégia a partir do momento em que os atores trabalharam coletivamente, se organizaram, estabeleceram ações coletivas, discutiram, refletiram, reformularam e encaminharam propostas mais criativas derivadas desta dinâmica junto a outras instituições sociais, criando outros vínculos e novas redes através da sua associação, evidencia-se a manutenção proposta quanto à fidelidade em conectar o local ao regional desde a identificação por parte da investigação, bem como e principalmente, pela própria comunidade.

Igualmente, quando se colocou a diferença entre a perspectiva espacial da territorialidade convencional na qual o desenvolvimento regional apoiava-se por não atender à realidade presenciada no lugar objeto deste estudo, significava dizer que esta construção coletiva, desde uma base bem determinada localmente, poderia e deveria sofrer alteração desta perspectiva. A partir do instante em que a comunidade percebeu-se como uma “comunidade”, ou melhor, a partir do momento em que a comunidade “construiu-se como uma comunidade” sua posição em relação à composição do espaço mudou. Pois esta nova comunidade passou a intervir coletivamente neste espaço e a interagir com outras criando um novo fluxo de informações que deram forma a um novo cenário, a um novo mapa. A comunidade do Passo do Onze passou a reconhecer-se como agente de transformação. Pode-se, dentro deste critério, por exemplo, redesenhar este mapa com instituições que possuam este perfil. A visualização destes novos territórios construídos com esta perspectiva que foi desenvolvida para esta tese pressupõe novas informações que poderiam e que deveriam ser apreendidas e aprendidas pelo poder público para serem utilizadas em estratégias que atendam

a inserção destas e de outras comunidades pequenas a integrarem um plano de desenvolvimento regional alternativo ao que está em andamento, pois, como já mencionado, atualmente, as políticas existentes são deficitárias na solução desta problemática que se encontra presente em inúmeras localidades existentes em várias cidades brasileiras. Portanto, este é um processo que poderá futuramente alastrar-se horizontalmente e/ou alcançar instâncias maiores, conectando-se às formas homogêneas deste tipo de desenvolvimento local participativo e atingir, posteriormente, bairros da cidade que margeiam o arroio, podendo passar pela cidade, até alcançar uma repercussão de abrangência regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ênfase nos aspectos qualitativos das condições de vida representa a percepção da degradação do ‘bem-estar’ gerada pela crescente produção de mercadorias, a deterioração dos bens naturais comuns e dos serviços públicos básicos e a homogeneização dos padrões de consumo. Isso aponta para uma avaliação do sentido da existência, da qualidade do consumo e da qualidade do trabalho produtivo, que vai além dos problemas de emprego, salário real e da desigualdade na distribuição da riqueza (LEFF, 2001).

O fundamento da facilitação para a transformação através da participação dos atores sociais, com vistas ao logro da melhoria da qualidade de vida desta comunidade foi norteadada por três perspectivas:

- a) “*Poder com*”;
- b) “*Poder de dentro*”, e;
- c) “*Poder para*”.

Por meio destas perspectivas pôde-se considerar que essas noções puderam privilegiar a capacidade destes indivíduos em se expressarem e em agirem, em desenvolverem as suas capacidades de realização e, também, em exercitarem a sua liberdade de expressão. Com este exercício se facilitou o processo da participação que envolveu a constituição dos elementos de empoderamento caracterizados por organização comunitária, participação e autoestima. Com essa dinâmica se trabalhou a questão da melhoria da qualidade de vida nesta comunidade.

Especificamente, no que tange à primeira perspectiva supracitada, ou seja, o “poder com” valorizou-se que o envolvimento dos atores sociais nas tomadas de decisões nas reuniões, nas oficinas de devoluções e nas demais assembleias, foi de suma importância para a conformação da autoestima e também para o favorecimento da compreensão individual estendida para a compreensão coletiva. Portanto, este “poder com” proporcionou a visualização individual, que através dos seus agrupamentos e participações, gerou um aumento do poder para ser utilizado em nome de todos, trazendo benefícios para a própria coletividade.

A segunda perspectiva, o “poder de dentro”, referiu-se especificamente ao poder dos indivíduos enquanto atores sociais.

Internamente o ser humano confronta-se constantemente com seus diálogos. Esse fenômeno ficou constatado nas exposições individuais ao longo das conversas e entrevistas e, principalmente, nas participações individuais durante as reuniões e assembleias. Esse *insight* foi tratado como uma potencialidade para a utilização do alcance final da melhoria da qualidade de vida.

A visualização e a posterior compreensão desta dimensão por parte dos indivíduos em relação a este poder particular favoreceu a participação em grupo. Com essa percepção de suas próprias capacidades aflorou, então, a vontade como força individual para dar o suporte necessário à conquista de uma melhor qualidade de vida.

Em respeito à terceira esfera, ou seja, o “poder para”, trabalhou-se no sentido de se fazer constantemente circular por entre os atores sociais envolvidos no processo de mudança de suas condições até então, de que estas mudanças, quando organizadas de forma participativa, aumentariam a sua autoestima e que isso seria benéfico “para eles” próprios.

Cabe colocar que a sistematização desses elementos constituintes de empoderamento humano, com vistas à melhoria da qualidade de vida desta comunidade excluída social, ambiental e economicamente, também perpassou pelo cerne da questão do “poder sobre” os recursos físicos, humanos, financeiros e das ideologias como crenças, valores e atitudes. Mas, neste particular, se teve o maior cuidado de fazê-lo através do resgate das primeiras três perspectivas usando-as como estratégia para avançar também nesse sentido. Quer dizer: com o uso do “poder com, poder de dentro e do poder para” se praticou a transformação do “poder sobre” os recursos, podendo, a partir daí, manejar os mesmos com a devida equação da compreensão dos reais valores e significados em relação aos problemas sociais, ambientais e econômicos enfrentados pela comunidade na localidade do Passo do Onze à Rua Marcílio Dias.

Essas percepções compuseram a base da essência e do sentido do empoderamento promovido na comunidade, que se constituiu nos elementos que favoreceram e estimularam em direção da melhoria da qualidade de vida. Quer dizer, essas percepções favoreceram o empoderamento e implicaram a mudança nas relações do poder no interior da comunidade e resultaram nas propostas de ações mais criativas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Com esse envolvimento descrito acima, se foi formando uma rede de atores sociais participativos entre os moradores da rua e a sua associação a outros planos da sociedade organizada como, por exemplo, a Prefeitura Municipal, a câmara de vereadores, organizações defensoras do arroio Bagé, imprensa e algumas empresas públicas e privadas. Interesses e conexões também começaram a se desencadear no processo participativo na tentativa de encontrarem alternativas viáveis sob todos os aspectos possíveis para a localidade. A formação desta rede, que essa associação gerou, também proporcionou a visualização do poder coletivo a organização agora dentro de outro plano na sociedade. Com esse novo horizonte coletivo o elemento constituinte de empoderamento, caracterizado por autoestima, promoveu a qualidade de vida.

Essa organização e essa rede que se criou por meio dessas transformações nesta localidade influenciarão outros atores sociais, outras formas de organizações comunitárias e outras formas de participações individuais e coletivas que visem à perspectiva de melhoria da qualidade de vida, com uma concepção sistêmica e sustentável para a consolidação da recuperação de áreas degradadas e manutenção de ecossistemas. Nesse sentido, esse processo poderá futuramente alcançar instâncias maiores, conectando-se formas deste tipo de desenvolvimento local atingindo, posteriormente, bairros da cidade que margeiam o arroio, passando pela cidade, até alcançar uma repercussão de abrangência regional.

Por outro lado, os discursos sociais estão repletos de jargões que, se colocados em alguma ordem, formam um bom texto e/ou argumento e que, invariavelmente, constituem-se por termos como: atores sociais, coletividade, participação, cooperação, colaboração, facilitação, devolução, sustentabilidade, responsabilidade socioambiental, retroalimentação, empoderamento, construção coletiva, investigação/ação, ação/reflexão, diagnóstico participativo, oficinas, ações criativas, capital social, qualidade de vida etc. Na verdade, levando-se em consideração a diversidade social e ambiental existente no planeta, onde aparecem as particularidades de cada uma das comunidades específicas, a mirada e o encaminhamento das sugestões quanto ao melhoramento das condições em geral da vida das pessoas não devem fugir a estas percepções que por ora se estabelecem pelo mundo.

Dentro dessa perspectiva deve-se levar em conta a possibilidade da interpretação de utilização dessas palavras, bem como, e principalmente, da conduta ou do encaminhamento desses conceitos que determinam as performances das organizações locais. A responsabilidade na transferência dessas informações e técnicas para o interior das células

coletivas pressupõe a devida compreensão mínima de algumas das consequências que essas atitudes podem desencadear na vida de cada indivíduo ávido por participação.

Villasante (2002) entende que o conceito de desenvolvimento também engendrou uma confusão e que seria preferível substituí-lo por “*reequilíbrio*”, pois esse se ajusta mais às tarefas atuais que a ecologia está demandando da economia. Para ele, é necessário também propor o decréscimo de alguns setores manifestamente nocivos para as comunidades vivas e, ao mesmo tempo, a reestruturação de outros setores e, finalmente, a expansão daqueles de tecnologias brandas, baseadas em recursos renováveis, isso sob a responsabilidade dos próprios implicados.

Além de todo o cuidado em compor-se uma postura que demonstre integração, interação e respeito aos demais envolvidos nesses processos de “construções coletivas”, é vital a concepção não apenas sistêmica, se é que seja possível, mas da possibilidade de se poder passar a conviver com a ineficácia também deste modelo alternativo. Quer dizer, a simples sugestão, o simples encaminhamento, a simples condução de processo participativo, não garante resultados entendidos e/ou almejados como “melhorias”.

Há que se levar também em consideração o princípio da respeitabilidade, ou seja, pode que os “atores sociais” simplesmente não queiram mudar. E deve-se, portanto, respeitá-los por isso e deixar de lado o afã de querer induzir a participar/transformar uma realidade.

Nesta torrente que atravessa as transições sociais e suas demandas, claramente estão as consequências do modelo de desenvolvimento desordenado em vigor, principalmente nas últimas décadas. As alterações ambientais e as acelerações quantitativas, no que tange à formação de resíduos, e a exclusão social constituíram-se nos principais indicadores do desenvolvimento sob estas políticas. Com base nesses fatos, urge a necessidade de alternativas que procurem preservar condições possíveis para a atualidade e para as gerações futuras. Daí, a perspectiva do “desenvolvimento sustentável”.

Apreendendo esse movimento começam a conectar-se os pontos identificados e a formar-se redes que são imediatamente reconhecidas como impreteríveis na constituição deste mais novo processo social. A importância dessas redes está em suas várias possibilidades como ferramenta. Uma de suas principais características e benefícios ao processo está na sua capacidade de favorecer a retroalimentação das informações/ações e reflexões. Esse exercício realmente empodera. Empodera no sentido de que gera um estado de compreensão individual da dimensão da situação em vivência pelo grupo como um todo. E este é o diferencial destas

alternativas aos modelos anteriores. Esse diferencial por ora é significativamente mais adequado e isto tem como base os comportamentos verificados nos envolvidos em processos deste estilo. Este é o primeiro degrau para se alcançar uma melhora.

A tangibilidade percebida através da compreensão que atinge uma coletividade por meio desse diferencial proporciona novas condições às sugestões alternativas e, também, mais criativas, propostas para a consecução das soluções identificadas pelas comunidades ante os seus próprios problemas. E isso empodera mais ainda.

Esse conjunto de ações pode se conectar a outros grupos e estabelecerem-se vínculos, interesses, parcerias, ampliando este sistema infinitamente. As interligações organizacionais transferem-se com este movimento ampliando-se também com esta qualificação. E essas ligações, que fundamentam e constituem propriamente as redes sociais, também consolidam e proporcionam o empoderamento ao processo e aos envolvidos.

Nesta localidade constatou-se um ambiente socialmente desestruturado em termos de organização, carente em relação a possibilidades econômicas, e degradado no que diz respeito ao meio ambiente que o circunda.

Algumas tentativas de caráter convencional foram implantadas nesta localidade, mas seus resultados apresentaram-se insatisfatórios, conforme depoimentos dos próprios atores sociais.

Essa conjuntura favoreceu a implantação da investigação-ação-participação como estratégia viável de desenvolvimento de práticas que promovessem o empoderamento individual e coletivo.

O afloramento dessa sensação por meio da participação coletiva proporcionou a autocompreensão e a autoidentificação desta comunidade no tempo e no espaço conectando-a e, portanto, valorizando-a enquanto constituída de cidadãos conscientes. A apreensão desta “capacidade” de resolver seus próprios problemas não tinha sido favorecida e/ou desenvolvida com esta potencialidade e/ou plenitude nesta localidade. Com “estas percepções destas práxis instituídas abriram-se novas formas de fazer-se ciências sociais de maneira criativa” (VILLASANTE, 2002, p. 149).

Esta práxis desencadeou o surgimento de uma rede. Este processo se alastrou para fora da comunidade, se conectou e atingiu outras formas de organizações estabelecidas e estimulou a formação de outros grupos para que se associassem e buscassem com base nestes princípios

alternativos, ações criativas para seus próprios problemas. Villasante (2002) afirma que o mais importante é que este processo transformador foi fundamental por respeitar e dar-se ao ritmo das pessoas. Esse comportamento respeitoso, presenciado e facilitado pelo método participativo, ampliou a desenvoltura e o empoderamento. Com esta base em relação às transformações nesta localidade, “o que validamos ou avaliamos não foi tanto se mudaram os sujeitos, mas foi constatar se mudaram as sujeições e qual foi o novo sentido que adquiriram, ou seja, se cada grupo ou pessoa pode refletir sobre a sua práxis e decidir por onde quis continuar na construção da sua cidadania e do seu viver melhor”, conforme colocado por Villasante (2002, p. 117).

Avaliaram-se os aspectos materiais e ganhos estruturais que por ventura identificavam objetivos por parte da comunidade. A finalidade dessa avaliação foi que, por vezes, se trabalhou utilizando estes objetos como “ferramentas estratégicas” tomando-se cautela para evitar a geração de expectativas que pudessem ser frustrantes, quer dizer, se trabalhou essa questão como um meio para alcançar o aglutinamento que proporcionasse o debate e o diálogo entre os atores para, a partir daí, construir com as suas potencialidades e as suas ideias mais criativas as ações e as relações que garantiriam as efetivações, quiçá destes mesmos objetos escolhidos pelos próprios atores sociais desta parte da Rua em questão, pois se considerou, primeiramente, a conformação do empoderamento, para, posteriormente se utilizar desta capacitação por se acreditar ser muito mais eficiente se racionalizada desta forma e nesta ordem. Um estilo de tratamento e de (*rel*)ações começou a se estabelecer entre os atores, onde as decisões foram se tomando e se inovando conforme os problemas foram surgindo, apesar de se trabalhar com metas e propostas coletivas de ações mais criativas como um “norte” a ser seguido pelo grupo.

Então, o cerne desta proposta esteve prioritariamente na transformação via debate e diálogo entre a sociedade e os atores sociais diretamente envolvidos na investigação, que, neste caso específico, foi a comunidade do Passo do Onze no segmento da Rua Marcílio Dias, para construir opções estratégicas coletivas que respondessem a uma necessidade de transformação de problemas, que considerasse também a complexidade, bem como a instabilidade social local e a importância desta localidade como detentora de um ecossistema fundamental para toda a microrregião, e que precisava ser focado sob um novo prisma.

A consideração do capital social local como suporte foi fundamental dentro deste processo participativo porque tornou este projeto mais criativo/reflexivo e mais eficiente, pois

contou com muitos atores que normalmente não eram considerados em seus aportes para a planificação e execução de propostas eficazes para encarar a complexidade da recuperação do arroio Bagé. Essa implicação simples, porém fundamental, devido a sua pluralidade e diversidade de interesses e propostas sociais e culturais utilizadas como ferramentas pelos atores envolvidos na busca pelas alternativas, quando nas construções coletivas das metas e estratégias de enfrentamento dos problemas da localidade, enriqueceram o processo.

Este processo construído e constituído coletivamente abriu um novo cenário de possibilidades para a comunidade em questão. A partir do seu empoderamento com base na sua nova organização social, pautado na participação e no aumento de autoconfiança neste empreendimento, se abriu o leque para a formação de uma rede de cooperadores/colaboradores/parceiros/facilitadores e a localidade passou a ser mirada sob uma nova perspectiva.

O processo investigatório que se desenvolveu durante os anos de 2005 e 2006, com base na observação participante, entrevistas e reuniões com a comunidade geraram informações sobre o estado da autoconfiança individualmente, bem como também em termos de grupos, e de comunidade. Foi possível se ter uma relativa noção da falta de análise crítica sobre a real situação estabelecida nesta localidade. Isso foi identificado nas conversas com os líderes. Outro aspecto interessante foi a desconfiança e o isolamento desse grupo em relação à sociedade em geral, no que tange à sua problemática e às buscas de alternativas para seus problemas ambientais, sociais e econômicos.

Com o auxílio da metodologia da investigação-ação-participação houve algum esclarecimento quanto às potencialidades coletivas e pôde-se perceber certa coesão interna e certo sentido de solidariedade. Depois do processo houve também um restabelecimento da discussão e da análise crítica, o que proporcionou também um estímulo ao empoderamento. Todavia esses podiam ser fenômenos efêmeros e com base apenas no fato de a comunidade ter sido objeto de uma investigação, ou seja, não assegura a transformação crítica das pessoas e das suas ações em relação ao seu meio de forma consistente.

Observe-se que foram obtidos resultados de caráter social em consideração a participação e integração com a sociedade, bem como uma maior participação desta comunidade em processos de cunho social na busca das causas que dissessem respeito ao arroio Bagé. A sensibilização dos agentes administrativos, da esfera municipal, para a questão estratégica da limpeza dos recursos hídricos para usufruto da população em médio e,

principalmente, longo prazos, foi abordado e também praticado. Ou seja, coletivamente se construiu as informações relativas a esta localidade, que se utilizou das mesmas e se integrou socialmente via criação de um laço entre algumas esferas da sociedade organizada, como a prefeitura e outras empresas.

Em relação aos resultados de caráter econômico, procurou-se reativar a memória sobre atividades ou ações que culturalmente foram interrompidas e que poderiam resultar em geração de renda alternativa mediante a recuperação do arroio, como por exemplo, a lavagem de roupas. Contudo, essas são etapas que poderão ser efetivadas em outras margens do arroio, mas dependem da participação e do desencadeamento deste processo participativo iniciado no Passo do Onze para que se estabeleça e se estabilize o método participação-ação como elemento chave capaz de disseminar a viabilidade, a capacidade e a real possibilidade de concretização dessas ações futuras entre os demais ribeirinhos do arroio a jusante e a montante.

Outro ponto a se considerar, no que tange a resultados de caráter econômico, se refere ao aspecto visual das margens do arroio, principalmente dentro da zona urbana. Essa questão terá maiores expressões a médio e longo prazo, na medida em que a estratégia principiada na localidade do Passo do Onze for expandida nos dois sentidos do arroio (montante e jusante) e quando este trabalho desencadeado trouxer, para outros atores sociais que se envolverão, uma nova perspectiva de desenvolvimento sustentável às margens do arroio Bagé.

Resultados de caráter ambiental se realizaram na medida em que a comunidade se sensibilizou mais, conforme os debates e diálogos foram se sucedendo durante as entrevistas, reuniões, conversas e oficinas de devoluções criativas em relação à biodiversidade que os envolve.

Não se conseguiu, em curto prazo, uma mudança na maioria dos integrantes da comunidade no que se refere à redução de descarte de resíduos sólidos nas margens e no próprio arroio, mas se conseguiu, via associação e seus representantes, o começo de um trabalho através de propostas coletivas mais criativas que envolverão gradativamente, conforme estratégia e proposta, a maioria e, quiçá, toda a comunidade do Passo do Onze, à Rua Marcílio Dias, com a inserção de locais e recipientes mais adequados para a recepção dos resíduos.

Essa consciência coletiva, aclarada pela construção de quem participou neste processo, foi o grande diferencial e que ensejou apropriadamente a verdadeira transformação social

necessária nestes tempos na localidade do Passo do Onze, na Canhada do Sapo, à Rua Marcílio Dias, em Bagé.

Esse novo processo alterou definitivamente a consciência coletiva e isso promoveu também uma alteração quanto à perspectiva de melhoria na qualidade de suas vidas. Essa “transformação” poderá ser utilizada como ferramenta de suporte e de desencadeamento em outras localidades para conformarem um universo maior através de uma rede de pequenas comunidades envolvidas na (*re*)estruturação de um novo modelo de desenvolvimento regional mais participativo e sustentável.

A principal deficiência disse respeito à incapacidade de auto organização e de manutenção do processo participativo que foi verificado. Nesse sentido, apareceram como novos problemas a serem enfrentados pela comunidade da rua.

Porém, constatou-se após a realização da segunda série de entrevistas semiestruturadas que a comunidade se empoderou, pois a mesma compreendeu relativamente a importância de uma gestão local. Além disso, participou coletivamente do processo e retroalimentou-se das suas colocações e dúvidas e discutiu alternativas que dissessem respeito à sua melhoria de qualidade de vida. Participou da construção coletiva da sua Associação. Construiu, também de forma coletiva, estratégias, bem como atividades sustentáveis para a manutenção do seu entorno. Adquiriu coletivamente maior consciência da importância estratégica do lugar onde vivem como ecossistema essencial para a recuperação do arroio Bagé. Aceitou a provocação de participar do processo investigatório. E, finalmente, o grupo aceitou participar de um processo coletivo que, em tese, promoveu uma nova perspectiva de uma transição ambiental, social e econômica e que visou criar um fundamento para o desencadeamento do desenvolvimento regional, partindo desta base local.

A pesquisa/ação nesta localidade proporcionou uma transformação social no que diz respeito à organização da população local. Esta organização, primeiramente em caráter individual e depois em caráter coletivo, empoderou a comunidade, e isso favoreceu uma mudança em relação à perspectiva de enfrentamento dos problemas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Economia Aplicada. v. 4, n. 2, 2000.

ALONSO, J. A. F. *A persistência das desigualdades regionais no RS: velhos problemas, soluções convencionais e novas formulações*. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/indicadores/33_04/11_parte.pdf>. Acesso em: 16 set. 2009.

AMÂNCIO, C. O. DA G.; ROMANO, J. O. e AMÂNCIO, R. *Capital Social e Empoderamento: Contribuições metodológicas da abordagem Reflect - Action para o desenvolvimento de uma comunidade rural da Zona da Mata Norte Pernambucana – Brasil*, 2000.

ALVES, A. *Revitalização do Espaço Urbano*. Universidade da Região da Campanha, Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Ciência e Tecnologia. Bagé, março, 2000.

_____. *Resgate do patrimônio histórico, natural e cultural de áreas históricas e significativas*. Foro Latino americano de ciências ambientais, dissertação de mestrado, 2007.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001: Luta Contra a Pobreza*. 2000. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/poverty/portuguese/wdr>>. Acesso em: 12 set. 2007.

BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de Globalização*. Porto Alegre: FEE, 2001.

BARRAZA, H. F. *Tensiones del Sujeto Investigador en un Proceso de Conocimiento de la Conflictividad Socio Ambiental de Campesinos en Zonas de Áreas Protegidas*. IV Conferencia ISTR-LAC, San José, Costa Rica, 2003.

BARROS, A. J. PAES de e LEHFELD, N. A. de S. *Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BASSAN, D. S. e SIEDENBERG, D. R. *A Gestão do Desenvolvimento*. In: *Desenvolvimento Regional - abordagens interdisciplinares*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008, v.1, p. 137-153.

BECK, U.: *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S.A., 2002.

_____. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A., 1998.

BECKER, D. e WITTMANN, M.: *Desenvolvimento Regional: Abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BERMEJO, R. e NEBREDA, Á.: *Conceptos e instrumentos para la sustentabilidad local*. Bilbao: Cuadernos Bakeaz 26, 1997.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1994.

BOFF, V. A. *Turismo e desenvolvimento regional: um estudo comparado de duas regiões turísticas do estado do Rio Grande do Sul*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Tese de doutorado. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, 2007.

BONFIL BATALLA, G.: *El etnodesarrollo, sus premisas jurídicas, políticas y de organización, en América Latina: Etnodesarrollo y etnocidio*. San José de Costa Rica: FLACSO, p.133, 1982.

BOOKCHIN, M.: *La ecología de la libertad*. La emergencia y la disolución de las jerarquías. Madrid, Nossa y Jara Editores, S.L., 1999.

BORBA, M. F. e SIEDENBERG, D. R. A Gestão do Desenvolvimento *In: Desenvolvimento Regional - abordagens interdisciplinares*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.1, p. 341-364, 2008.

BOURDIEU, P., Le capital social: notes provisoires. *In: Actes de la recherche en sciences sociales*, volume 31, pp. 2-3, 1980.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *A Distinção – Crítica social do Julgamento*. Editora Zouk, 2007.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *A nova bíblia de tio sam*. Fórum Social Mundial 2001. Porto Alegre: Biblioteca das Alternativas. Publicado originalmente no *Le Monde Diplomatique*, maio de 2000.

BRASIL. INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Tecnologia Moderna para a Agricultura: Fertilizantes Químicos*. V. II, Brasília: IPEA/IPLAN, 1975.

BRETÓN, V.; GARCÍA, F. y ROCA, A. (eds.): *Los límites del desarrollo: modelos <<rotos>> y modelos <<por construir>> en América Latina e África*. Barcelona: Icaria Editorial, S.A., 1999.

BROSE, M. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas*. Santa Cruz do Sul (RS). EDUNISC, 1999.

BROWN, L.; FLAVIN, C. e FRENCH, H. *Estado do mundo 1999*. Salvador: Uma Editora, 1999.

BUARQUE; S. C. *Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável*. IICA. Recife, 1994.

BUWAY, J.: *El camino de la auto dependencia*. HarperCollins Editora, 2003.

CALORIO, C. M. *Análise de sustentabilidade em estabelecimentos agrícolas familiares no Vale do Guaporé-MT*. Cuiabá, Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical) Área de concentração: uso e conservação de recursos naturais. Faculdade de Medicina Veterinária, Universidade Federal de Mato Grosso, 741p, 1997.

CANUTO, J. C.: *Metodologia da pesquisa participativa em agroecologia*. Seminário Estadual de Agroecologia do Maranhão, São Luiz, 2005.

CAPRA, F.: *Pertencendo ao universo: explorações nas fronteiras da ciência e da espiritualidade*. São Paulo: Cultrix Ltda, 1991.

CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA BACIA DO RIO NEGRO EM TERRITÓRIO BRASILEIRO – RS – Departamento de Água e Esgotos de Bagé – V. I, II, III, IV, Relatório Síntese, 2007.

CARDOSO, C. F. e BRIGNOLI: *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CARLOS, A. F. A. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.

CASSEN, B. *Em Nice, a Europa diz não!* Fórum Social Mundial 2001. Porto Alegre: Biblioteca das Alternativas. Publicado originalmente no *Le Monde Diplomatique*, dezembro de 2000.

CECEÑA, A. E. *Estrategias de dominación y planos de construcción de la hegemonía mundial*. Fórum Social Mundial 2001. Porto Alegre: Biblioteca das Alternativas, 2001.

CITE. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Disponível em: <http://www.cite.gov.pt/Formar_Iguald/PDFs_Manual/M05_06_Capitulo_III_06.pdf>. Acesso em: 13 out. 2007.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COLEMAN, J. S. *Foundations of Social Theory* – The Belknap Press of Harvard University Press. Londres: Cambridge, 1990.

COMPARATO, F. K. *A humanidade no século XXI: a grande opção*. Fórum Social Mundial 2001. Artigo publicado na revista Praga n. 9, junho de 2000.

COMISION MUNDIAL PARA EL MEDIO AMBIENTE Y EL DESARROLLO (CMMAD): *Nuestro futuro común*. Alianza Editorial. Madrid, 1988.

COMITE DE FRUTICULTURA DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.comitedefruticultura.com.br>>. Acesso em: 23 fev. 2008.

CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (Documento Base). *Fortalecendo o Sistema do Meio Ambiente*. Bagé/RS, Setembro de 2003.

CUNCA BOCAJUVA, P. C. *O Local e o Periférico: qual ingenuidade?* Proposta - Revista Trimestral de Debate da FASE - nº 78. Rio de Janeiro: FASE, 1998.

DASGUPTA, P. *An Inquiry into Well-Being and Destitution*. Clarendon Press, Oxford, 1993.

DEPONTI, C. M. e ALMEIDA, J. *Indicadores para avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local*, 2001.

DURSTON, J. *Construyendo capital social comunitario*. Revista de la CEPAL, n. 69, p. 103-118, dic. 1999.

_____. *¿Qué es el capital social comunitario?* Santiago do Chile: CEPAL/División de Desarrollo Social, Série Políticas Sociales, jul. 2000.

ELLUL, J. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

EMATER/RS. *Programa de formação técnico-social da Emater/RS. Sustentabilidade e cidadania. Contextualização de cenários*. Porto Alegre: Módulo I, 1999.

_____. *Programa de formação técnico-social da Emater/RS. Sustentabilidade e cidadania. Diagnóstico e análise participativa. Análise da diferenciação*. Porto Alegre: Módulo IIA, 1999.

_____. *Programa de formação técnico-social da Emater/RS. Sustentabilidade e cidadania. Diagnóstico e análise participativa. Mercado: análise de estruturas e suas alternativas*. Porto Alegre: Módulo IIB, 1999.

_____. *Programa de formação técnico-social da Emater/RS. Sustentabilidade e cidadania. Capacitação em desenvolvimento rural sustentável com enfoque agroecológico*. São Gabriel: Relatório do Módulo I, 2000.

_____. *Programa de formação técnico-social da Emater/RS. Sustentabilidade e cidadania. Capacitação em desenvolvimento rural sustentável com enfoque agroecológico*. São Gabriel: Relatório do Módulo II, 2000.

_____. *Programa de formação técnico-social da Emater/RS. Sustentabilidade e cidadania. Capacitação em desenvolvimento rural sustentável com enfoque agroecológico*. São Gabriel: Relatório do Módulo III, 2000.

_____. *Programa de formação técnico-social da Emater/RS. Sustentabilidade e cidadania. Capacitação rural sustentável com enfoque agroecológico*. São Gabriel: Relatório do Módulo IV, 2000.

_____. *Programa de formação técnico-social da Emater/RS. Sustentabilidade e cidadania. Subprograma, desenvolvimento rural sustentável, enfoque agroecológico*. Porto Alegre: Fichas pedagógicas, 2001.

EMBRAPA. *Balanço Social; Pesquisa agropecuária brasileira 1998*. Brasília, Assessoria de Comunicação Social, 1999.

_____. *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Contrato de cooperação técnica Embrapa e Monsanto*. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2004.

_____. *Projeto: Geração e adaptação de tecnologia para os sistemas de produção e ações integradas para o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar na região sul do RS*. Pelotas, CPACT, 2000.

ESCOBAR, A. *El desarrollo sostenible: dialogo de discursos*. Madrid: El Escorial, Agosto 23-27, 1993.

ESPINOSA, E. L. de; GONZÁLEZ, J. M. e ALBERO, C. T. *La sociología del conocimiento y de la ciencia*. Madrid: Alianza Editorial, S. A., 1994.

ETGES, VIRGÍNIA ELISABETA. *Desenvolvimento Regional Sustentável: o território como paradigma*. REDES, Santa Cruz do Sul, v.10, n.3, p.47-55, set/dez. 2005.

EVANS, P. *Government action, social capital and development: Reviewing the evidence of synergy*. World Development, 1996.

FIGUEIREDO, H; GONÇALVES, G.; REZNIK, L. Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local. In: Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino da História. Ijuí: Unijuí, 2000.

FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido*. São Paulo: Insight Editorial, 1995.

FORTON, R. E. *Indicadores do Bem-Estar Social: seu conteúdo e sua atualização*. Debates Sociais, Rio de Janeiro, 1974.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 17. ed., 1987.

FROEHLICH, J. M. *O "local" na atribuição de sentido ao desenvolvimento*. R. paran. Desenv. Curitiba, 1998.

FUNTOWICZ, S.C. y RAVETZ, J.R. *La ciencia posnormal*. Barcelona, Içaria Editorial, S.A., 2000.

FURTADO, C. *O subdesenvolvimento revisitado*. Universidade Estadual de Campinas: texto da "aula magna", proferido em 21/08/1990.

GARCIA, D. L. e LÓPEZ, J. A. L. *Con la comida no se juega*. Edición Traficantes de Sueños, Madrid, 2003.

GARCIA, M. I. G.; CERESO, J. A. L. e LÓPEZ, J. L. L. *Ciencia, tecnología y sociedad: una introducción al estado social de la ciencia y la tecnología*. Madrid: Editorial Tecnos, S.A., 1996.

GEILFUS, F. *80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación*. Prochalate – IICA, San Salvador, El Salvador. 208 p, 1997.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2. ed. 2003.

GÓMEZ, G. R.; FLORES, J. G. e JIMÉNEZ, E. G. *Metodología de la investigación cualitativa*. Málaga: Ediciones Aljibe, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: *RS Rural; Projetos de suporte B e complementares*. Porto Alegre, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, Manual Operativo, volume V, 1999.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Editora Papyrus, 10. ed., 2000.

GUERRERO, M. G. *La red social como elemento clave del desarrollo local*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 1996.

HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, Editora Vozes, 6. Ed., 1999.

HANSON, A. *Meaning in culture*. London: Routledge and Kegan Paul, 1975.

HECHT, S. B. La evolución del pensamiento agroecológico. *In*: ALTIERI, Miguel (Org.). *Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999.

HOBBELINK, H. *Biotecnologia: muito além da revolução verde - as novas tecnologias genéticas para a agricultura: desafio ou desastre?* Barcelona: Lerna/ICDA, 1987.

HOUTART, F. *Las alternativas creíbles del capitalismo mundializado*. Fórum Social Mundial 2001. Porto Alegre: Biblioteca das Alternativas, 2001.

IETS. Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade. Disponível em: <<http://www.iets.inf.br>>. Acesso em: 25 fev. 2005.

IORIO, C. *Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos*, 2002.

JANTSCH, A. P. e BIANCHETTI, L. *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1999.

JORNAL MINUANO. Bagé. Diário. Disponível em: <<http://www.jornalminuano.com.br>>. Acesso em: 21 set. 2001.

JORNAL DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAGÉ – Prefeitura Municipal de Bagé – ano 1 – n. 1 – Outubro 2005.

KINCAID, H. *Philosophical Foundations of the Social Sciences: Analyzing Controversies in Social Research*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KLIASS, R.G. *Qualidade Ambiental Urbana*. 2004. Apostila

KOEHLER, H. S. J. *Dicionário escolar latino-português*. 4. ed.. Porto Alegre, Livraria do Globo S.A., 1951.

KRANTZ, L. *El campesino como concepto analítico*. México, Nueva Antropología, Año II, NÚM. 6, 1977.

LANNA, A. C. *Impacto Ambiental de tecnologias, indicadores de sustentabilidade e metodologias de aferição: uma revisão*. Goiás, GO, Documentos. Embrapa Arroz e Feijão, 2002.

LATOUR, B. *La esperanza de pandora. Ensayos sobre la realidad de los estudios de la ciencia*. Barcelona, Gedisa Editorial, 2001.

_____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1994.

LEFF, E. *Etnobotánica, biosociología y ecodesarrollo*. México, Nueva Antropología, Año II, NÚM. 6, 1977.

_____. *La capitalización de la naturaleza y las estrategias fatales del crecimiento insostenible* resumido do livro *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidad, complejidad, poder*, por Leff, E. Siglo XXI y PNUMA, México, 1998.

_____. *Pensar la complejidad ambiental*, em Leff, E., *Aprender a aprender la complejidad ambiental*. Siglo XXI/UNAM/PNUMA, México. 1999b, 1999.

_____. *La complejidad ambiental*. Madrid, Siglo XXI de España Editores, S. A., 2000.

_____. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Editora da FURB, 2000.

_____. *Epistemologia ambiental*. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. *Saber Ambiental - Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. Petrópolis-RJ: Vozes/ PNUMA, 343 p, 2001.

_____. *Epistemologia ambiental*. São Paulo, Cortez, 4. ed. revista, 2007.

LEMKOW, L. *Sociología ambiental*. Pensamiento socioambiental y ecología social del riesgo. Barcelona, Icaria Editorial, S. A., 2002.

LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: Ed. USP. SP. 1999.

LIPP, M. N. *Stress, hipertensão arterial e qualidade de vida: um guia de tratamento para o hipertenso*. Campinas: Papirus, 1994.

LOPES, M. de R. *Agricultura política*. História dos grupos de interesse na agricultura. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1996.

LÖWY, M. *A luta contra o capital global não tem fronteiras*. Fórum Social Mundial 2001. Porto Alegre: Biblioteca das Alternativas, 2001.

_____. *Barbárie e modernidade no século 20*. Fórum Social Mundial 2001. Porto Alegre: Biblioteca das Alternativas. Publicado no Brasil pelo jornal 'Em Tempo' (emtempo@ax.apc.org) e originalmente em francês, na revista *Critique Communiste* n. 157, Hiver 2000.

MACIEL, C. B. *O juiz independente no estado democrático*. Fórum Social Mundial 2001. Porto Alegre: Biblioteca das Alternativas. Palestra apresentada na Reunião do Grupo Ibero Americano da União Internacional de Magistrados, em 25 de fevereiro de 2000, na Costa Rica.

MAGALDI; GUIMARÃES; MELAZZO e GUIMARÃES. *A propósito do debate sobre exclusão social: aportes teóricos, escala local e indicadores sociais*. XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa, 2002.

MALAFAIA, G. C.; TALAMINI, E.; BLUME R. *A caracterização de um cluster pecuário no município de Bagé/RS*. In: XXV ENEGEP - XI International Conference on Industrial Engineering and Operations Management. Porto Alegre, RS, Brasil, 2005.

_____. *Construindo Vantagens Competitivas para a Pecuária de Corte do Rio Grande do Sul: O Caso da Indicação de Procedência da "Carne do Pampa Gaúcho"*. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/408.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2007.

MARQUES, P. M.; MARQUES, S. B. *O mundo não é uma mercadoria*. Fórum Social Mundial 2001. Porto Alegre: Biblioteca das Alternativas. Publicado no Brasil no jornal 'Em Tempo', 2001.

MARTÍ, J. OLIVÉ. *La Investigación: acción participativa, estructuras y fases*. In: *La Investigación Social Participativa en Joel Martí Olivé, Manuel Montañés Serrano, Tomás Rodríguez-Villasante Prieto* (coordenadores), Editora El Viejo Topo, 2002.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri (SP): Manole, 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em: <<http://www.segurancahumana.org.br>>. Acesso em: 24 jan. 2005.

MARTÍNEZ ALIER, J.: *La biodiversidad agrícola y silvestre – Valoración económica vs. Valoración socio ecológica*. Venezuela: Nueva Sociedad, 1994.

_____. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização*. Editora Contexto, São Paulo, 2007.

MARZALL, K. *Indicadores de sustentabilidade para agro ecossistemas*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Fitotecnia) Programa de Pós-graduação em Fitotecnia, Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MATTOS, C. A. *La descentralización: Una nueva panacea para enfrentar el subdesarrollo regional?* Caracas: IICA, 1989.

MAX-NEEF, M., ELIZALDE, A. y HOPENHAYN, M. *Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro*. Santiago, Chile: CEPUR, Fundación Dag Hammarskjöld, 1986.

MEDINA, N. M. e SANTOS, E. C. *Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 3. ed., 2003.

MEGIDO, J. L. T.; XAVIER, C. *Marketing & agribusiness*. São Paulo, Atlas, 3. ed., 1998.

MITCHELL, G. *Problems and Fundamentals of Sustainable Development Indicators* (1997). Disponível em: <<http://www.lec.leeds.ac.uk/people/gordon.html>>. Acesso em: 13 jul. 2005.

MMA. *In: Caracterização e diagnóstico da Bacia do Rio Negro em Território Brasileiro – RS – Departamento de Água e Esgotos de Bagé – Relatório Síntese*, 2007.

MOREIRA, R. M. e CARMO, M. S. do. *Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável*. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez., 2004.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 128p, 3. ed. 2001, 1921.

_____. *O método; 3. O conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. *Ciência com consciência*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

MORIN, E. e LE MOIGNE, J.L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Petrópolis, 2000. 1921.

MONZÓ, E. *Capital social, herramienta para los programas de superación de la pobreza urbana y rural*. Estrategias individuales y colectivas de capital social: el impacto de programas públicos en dos comunidades campesinas. Los casos de Ajial de Quiles y Cerro Blanco, VI Región de Chile. CEPAL, 2003.

MUNFORD, L. *Técnica y civilización*. Alianza Universidad, Madrid. p. 31, 1987.

NETO, W. G. *Estado e agricultura no Brasil; política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

NOGUEIRA, V. M. R. *Bem-estar social ou qualidade de vida: a reconstrução de um conceito*. Semina: Ciências Humanas e Sociais, Londrina, 2002.

OLABUÉNAGA, J. E. R. *Metodología de la investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1996.

OLIVA, A. *À espera da ciência: um mundo de fatos pré-interpretados*. Episteme, Porto Alegre, n. 13, p. 17-43, jul./dez., 2001.

OLIVEIRA, M. M. de: *Metodologia interativa: um desafio multicultural à produção do conhecimento*. V Colóquio Internacional Paulo Freire Recife, 19 a 22 – setembro, 2005.

ORTIZ, R: *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

PASE, H. L., *Capital social e empoderamento*. Disponível em:
<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/hemerson_luiz_pase.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2007.

_____. *Capital social e desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre/RS, 2006.

PASE, H. L. e SANTOS, E. *Capital Social e Desenvolvimento no Rio Grande do Sul* In: Desenvolvimento regional, capital social e democracia local. Ijuí, pág. 30 a 48, 2008.
Disponível em:

<<http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/arquivos/mt/Livro%20completo%20desenvolvimento%20regional%202008.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2010.

PAULUS, G.: *Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades de transição*. Centro de Ciências Agrárias, Curso de Pós-Graduação em Agro ecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Tese de Mestrado, 185p, 1999.

PINHEIRO, S. L. G.; PEREIRA, J. C. *O projeto desenvolvimento local sustentável/micro bacias 2 e a perspectiva agroecológica em Santa Catarina*. Revista Brasileira Agroecológica, v.2, n.1, fev., 2007.

PIZZOL, K. M. S. de A. *A dinâmica urbana: uma leitura da cidade e da qualidade de vida no urbano*. Caminhos de Geografia, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ. Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento: *Proposta para a elaboração do plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos e elaboração de projeto para implantação de recuperação com uso de área do atual lixão no Município de Bagé-RS*. Coordenadoria de projetos e convênios, 2001.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PUVIANI, A. *La ilusión fiscal*. Instituto de Estudios Fiscales. Madrid, 1973.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REDCLIFT, M. and WOODGATE, G.: *The international handbook of environmental sociology*. Cheltenham, UK, Northampton, MA, USA, 1997.

REZNIK, L. *Qual o lugar da história local?*. Disponível em
<http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2007.

REVISTA ANUAL. *Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria*. Junho/2003.

ROBERTS, T. and HITE, A. *From modernization to globalization*. Perspectives on development and social change. Malden, Mass., Blackwell, 2000.

ROGERS, E.M. y SVENNING L. *La modernización de los campesinos*. Fondo de Cultura Económica, México, pp 16-17, 1973.

ROMANO, J. O. *Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza*. 2002.

ROMANO, J. O. e ANTUNES, M. (Orgs.). *Empoderamento e direitos de combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

ROSTOW, D.W. *Las etapas del crecimiento económico*. Fondo de Cultura Económica, México, 1960.

RS RURAL. *Desenvolvimento com sustentabilidade. Programa de manejo dos recursos naturais e de combate à pobreza rural*. Manual Operativo – Volume V, Projetos de Suporte B e Complementares. Porto Alegre/RS/Brasil. Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Secretaria da Coordenação e Planejamento; Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1999.

SÁ CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. B. *Espaços Livres do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SACHS, W. *Diccionario del desarrollo: una guía del conocimiento como poder*. Cochabamba: Copyright, 1997.

SALAZAR, M. C. *La investigación-acción participativa. Inicios y desarrollos*. Editorial Popular, S.A., Bola, 3, 28013 Madrid, 1992.

SALDANHA, N. *O Jardim e a Praça: privado e público na vida social e histórica*. São Paulo: EDUSP, 1993.

SANTOS, B. de S. *As tensões da modernidade*. Fórum Social Mundial 2001. Porto alegre: Biblioteca das Alternativas. Faculdade de economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais.

_____. *O fim das descobertas imperiais*. Fórum Social Mundial 2001. Porto alegre: Biblioteca das Alternativas. Publicado em 'Noticias do Milênio'. Edição especial do Diário de Noticias de 8 de julho de 1999.

SANTOS, C. N. *Dizei-me cidade brasileira se alguma arquitetura há tão bela e tão altaneira?* In: Revista Projeto, São Paulo, n.53, p36-42, julho, 1983.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2000.

SARANDÓN, S. J.; MARASAS M. E. y FLORES, C. C. *Una experiencia de investigación-acción - participativa con enfoque agroecológico: el caso de horticultores familiares del partido de la Plata, Buenos Aires, Argentina*. Revista Brasileira Agroecologia, v.2, n.1, fev., 2007.

SARTORI NETO, A. *Subsídios para elaboração do plano de manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas por meio de um sistema de informações geográficas*. Dissertação mestrado. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/Brasil, 2000.

SCHWARTZMAN, S. *Desenvolvimento social e qualidade de vida: algumas perspectivas de pesquisa*. 1974.

SEBRAE/FARSUL/SENAR. *Diagnóstico de Sistemas de Produção da Bovinocultura de Corte do Estado do Rio Grande do Sul*. Relatório. Porto Alegre, 2005.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SETIÉN, M. L. *Indicadores sociales de calidad de vida*. Madrid: Siglo veintiuno, 1993.

SEVILLA GUZMÁN, E. *El marco teórico del pensamiento social agrario*. Revista Agricultura y sociedad en la España contemporánea, España, 1997.

_____. *Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América*. Rosario, Argentina, 2000.

_____. *A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas*. Porto Alegre (RS) 26 a 28 de novembro, II Seminário Internacional sobre Agroecologia, 2001.

_____. *La agroecología como estrategia metodológica de transformación social*. Disponível em: <<http://www.agroeco.org>>. Acesso em: 20 out. 2008.

SEVILLA GUZMÁN, E. y MOLINA, M. G. *El concepto de transición en el pensamiento marxista: reflexiones desde la agroecología*. 1995.

_____. *Sobre la evolución del concepto de campesinado en el pensamiento socialista: una aportación para vía campesina*. 2004.

_____. *Ecosociología: algunos elementos teóricos para el análisis de la coevolución social y ecología en la agricultura*. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Reis, n. 52, 1990.

_____. *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Ediciones Endymión, 1993.

SEVILLA GUZMÁN, E. and WOODGATE, G. *Sustainable rural and development: from industrial agriculture to agroecology*. En Redclift, M. and Woodgate, G. (1997): The international handbook of environmental sociology. Chettenham; UK: Edward Elgar pp 83-100, 1997.

SEVILLA GUZMÁN, E.; CASADO, G. G.; MORALES, J. M. y Equipo ISEC: *La acción social colectiva en agroecología*. II Congreso de la Sociedad Española de Agricultura Ecológica. Pamplona-Iruña, 1996.

SIEDENBERG, D. R. A Gestão do Desenvolvimento. In: Desenvolvimento Regional - abordagens interdisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008, v.1, p. 157-174.

SILVEIRA, R. L. L. da: *Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional do Vale do Rio Pardo – RS*. Programa de Pós-Graduação de Geografia, Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

SILVEIRA, I.M.; VASCONCELLOS, V. M. N. Repensando o Urbanismo. *In*: TURKIENNICK, B. (Org.). *Desenho Urbano I. Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. São Paulo: Projetos Editores Associados, 1984. p. 63-76.(Cadernos Brasileiros de Arquitetura).

SOUSA, I. S. f. de: *A pesquisa e o problema de pesquisa: quem os determina?*. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/novidade/publica/texdisc1.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2001.

TRT. Tribunal Regional do Trabalho, 4ª Região. *Características da história econômica do Rio Grande do Sul que configuram a presença de focos principais de coleções documentais no acervo da Justiça do Trabalho*. Disponível em: <<http://www.trt4.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2005.

VELTZ, P. *Mundialización, ciudades y territorios*. Barcelona: Ariel, 1999.

VIANA, H. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 1995.

VILLASANTE, T. R.: *Las democracias participativas*. De la participación ciudadana a las alternativas de la sociedad. Madrid, Ediciones HOAC, 1995.

_____. *Redes e alternativas: Estratégias e estilos criativos na complexidade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. "Los caminos que creemos estar abriendo...*De la Investigación-Acción-Participación a la Socio-praxis para la Creatividad Social*". Disponível em: <<http://www.redcimas.org/archivos>>. Acesso em: 16 nov. 2006.

_____. *La socio-praxis: un acoplamiento de metodologías implicativas*. Disponível em: <<http://www.redcimas.org/archivos>>. Acesso em: 15 nov. 2006.

_____. *P. A. I. S.: Los procesos (praxis) de acción (autogestión) son integrales (instituyentes y sinérgicos (sustentables))*. Disponível em: <<http://www.redcimas.org/archivos>>. Acesso em: 20 nov. 2006.

_____. *Algunas diferencias para un debate creativo: abriendo una nueva etapa para el Network Analysis*. Disponível em: <<http://www.redcimas.org/archivos>>. Acesso em: 22 nov. 2006.

_____. *Procesos para la creatividad social*. Disponível em: <<http://www.redcimas.org/archivos>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

VILLASANTE, T. R. y GUTIÉRREZ, P. M. Redes y conjuntos de acción: para aplicaciones estratégicas en los tiempos de la complejidad social. *In*: *Redes – Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 11, n. 2, Diciembre, 2006.

VILLASANTE, T. R. y MARTÍ, J. *Presentación del monográfico*. In: Redes – Revista hispana para el análisis de redes sociales, v. 11, n. 2, Diciembre, 2006.

VILLASANTE, T. R., MARTÍN P. *Redes y conjuntos de acción: para aplicaciones estratégicas en los tiempos de la complejidad social*. Disponible em: <<http://www.redcimas.org/archivos>>. Acesso em: 15 nov. 2006.

VILLELA, G. A. P. *O processo de construção de capital social e a influência da extensão rural: estudo de caso do projeto Área Piloto do RS, envolvendo quatro municípios do Planalto Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre/Brasil. Monografia (Especialização para o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

VOGT, O. P. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Tese de doutorado. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, 2006.

VV.AA. *Política y Sociedad*, n. 33. Fac. de CC. Políticas y Sociología – UCM. Número monográfico de Análisis de redes sociales, 2000.

WEBER, M. *Economía y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

WALLERSTEIN, N. & BERNSTEIN, E. *Introduction to community empowerment, participation, education, end health*. Health Education Quarterly: Special Issue, 1994.

WHITAKER, F.: *Fórum social mundial: origens e objetivos*. Fórum Social Mundial 2001. Porto Alegre: Biblioteca das Alternativas. Artigo publicado no ‘Correio da Cidadania’, edição 22/01/2000.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. *Capital social: Implicaciones para la teoria, la investigación y las políticas de desarrollo*. World Bank Research Observer, p.225-249, 2000..

YAÑEZ, C. N. *Globalización y localismo: Nuevas oportunidades para el desarrollo*. Revista de Fomento Social, Córdoba: IESAA, n. 53, p. 31-46, 1998.

YUNUS, MUHAMMAD. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2008, 343p.

ANEXOS

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1) Identificação do entrevistado

Nome:

Atividade/Função na época da pesquisa:

Atividade/Função atual:

Mora na comunidade?

2) Sobre a percepção do processo participativo de 2005/2006

De quantas reuniões participou na época?

Quais os temas que foram tratados?

O que você mudaria do que ocorreu no processo participativo?

Qual a diferença do estilo de vida que sua comunidade tinha antes e depois do processo participativo?

3) Sobre a percepção da realidade atual

O que mudou de lá para cá na sua vida?

E na comunidade?

Que relações estas mudanças têm com o processo desenvolvido?

Qual tem sido o seu envolvimento participativo para contribuir para a melhoria de sua comunidade?

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
DOUTORADO

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Título do trabalho: Empoderamento humano na perspectiva de melhoria da qualidade de vida: da base de uma localidade como suporte ao desenvolvimento regional.

Doutorando: Jaime Quintanilha Gomes

Orientadora: Virgínia Elisabeta Etges

Dia: 15/03/11 **Local:** Passo do Onze **Horário:** 08h30min **Duração:** 00h45min

1) Identificação do entrevistado

Nome: Neusa Madeira Guilhão

Atividade/Função na época da pesquisa: Do lar

Atividade/Função atual: Empregada doméstica

Reside na comunidade? Sim

2) Sobre a percepção do processo participativo de 2005/2006

De quantas reuniões participou na época? 04

Quais os temas que foram tratados? *“Importância da recuperação do arroio Bagé e da participação nas reuniões.”*

O que você mudaria do que ocorreu no processo participativo? *“Se soubesse como fazer, não deixaria acabarem as reuniões.”*

Qual a diferença do estilo de vida que sua comunidade tinha antes e depois do processo participativo?

“Antes não tínhamos muita noção de que poderíamos participar coletivamente na recuperação do arroio. Hoje, embora as reuniões não estejam acontecendo, sabemos que se mantivermos a organização comunitária funcionando as chances de conseguirmos as melhorias em relação ao arroio aumentariam.”

3) Sobre a percepção da realidade atual

O que mudou de lá para cá na sua vida? Em função da morte do seu marido, senhor Horácio, entrou no mercado de trabalho como empregada doméstica. Hoje, sente-se *“mais envolvida com as questões referentes ao arroio Bagé e participa da manutenção das suas margens mais ativamente embora de forma individual.”*

E na comunidade? Percebe a mesma inclinação para os seus vizinhos. Percebe que houve mudanças no comportamento da sua comunidade. Fazem maior patrulhamento no sentido de evitarem a colocação de resíduos sólidos no arroio. Percebem também, que outros moradores de outras localidades da cidade de Bagé, deslocam-se em seus veículos à noite para depositarem clandestinamente seus resíduos no local. Fazem contato com as autoridades municipais, que lhes deixaram um contato telefônico, todavia nunca foram atendidos.

Que relações estas mudanças têm com o processo desenvolvido? *“Antigamente não tomava a iniciativa de fazer as reclamações. Agora, mesmo que sozinha, não deixo de me preocupar e pensar na melhoria das condições do lugar principalmente por causa da saúde e do bem estar das crianças que brincam no local.”*

Qual tem sido o seu envolvimento participativo para contribuir para a melhoria de sua comunidade? *“Eu falo nesta minha briga com alguns moradores que insistiam em não dar a devida atenção para a importância do arroio na sua qualidade de vida. Muitos não jogam mais o lixo devido a minha insistência.”*

Observações/Comentários

A senhora Neusa foi muito clara quanto a sua compreensão relativo à importância do processo participativo e a evolução do estágio de ação individual para o estágio de ação coletiva. Ressaltou seu interesse quanto ao retorno das reuniões. Enfatizou também que coletivamente os resultados seriam melhores.

Passo do Onze, 16 de maio de 2006.

Visitando a residência de seu Horácio, apresentado por Dona Ana sua vizinha de parede e entrevistada anteriormente, estabeleceu-se um contato e um diálogo entre o próprio seu Horácio, sua esposa, senhora Neusa Madeira Guilhão e novamente Dona Ana que se dispôs a participar da conversa sobre a Canhada do Sapo²⁴. Segundo seu Horácio, um mestre de obras

²⁴ Este local do Passo do Onze também é popularmente conhecido por Canhada do Sapo devido à quantidade excessiva de sapos que fazem seus ruídos na entrada da noite. Segundo os moradores com a colocação da rede de esgotos estes sons diminuíram sensivelmente.

aposentado e residente na localidade desde 1954, o principal problema nesta parte da cidade diz respeito às enchentes do arroio Bagé junto à ponte do Passo do Onze, que faz segurar a água até a mesma “*subir*” para as casas dos moradores.

Dona Ana concorda plenamente com esta opinião e diz que deveriam aumentar o diâmetro dos bueiros e elevar um pouco a ponte. Além do mais, os mesmos sugerem a dragagem do arroio nestas imediações para proporcionar um melhor fluxo das águas, mas, segundo eles, isto não ocorre por que o arroio é tido pela Prefeitura Municipal de Bagé como “*cultura*” e por isso não pode ser “*tocado*”. Para eles estes são fatores de melhoria na qualidade de suas vidas e lhes traria mais dignidade por viverem em condições de segurança em relação às águas nas cheias, evitando também o acúmulo de lixo trazido pelas águas através da correnteza, bem como evitando também o aparecimento de mosquitos e ratos, principais mazelas decorrentes da degradação do arroio neste lugar.

Estes moradores contam também que, em certa ocasião, certo técnico da Prefeitura Municipal lhes falou que para a efetivação do calçamento desta rua paralela ao arroio Bagé, seria necessária a desapropriação dos moradores do lado que margeia diretamente o arroio, pois caso contrário o calçamento geraria um desnível com as casas dos moradores e isto ocasionaria uma série de alagamentos maiores dos que já ocorrem na atualidade.

Na área existe um “*sarava*”²⁵ que aparentemente não tem muito boa apreciação por parte de Dona Ana, e a princípio também não é muito frequentado pelo pessoal da comunidade, mas sim por gente de outras localidades da cidade. Existe também nesta área, mais propriamente dito na casa de seu Horácio, uma garagem com uma mesa de sinuca e isto favorece a recepção de certo número de vizinhos para a confraternização. Uma das principais formas de diversão na casa de seu Horácio está contida na televisão.

Outra referência desta área é uma oficina mecânica. No mais são apenas residências particulares com seus respectivos proprietários, devidamente regulamentados perante os órgãos do poder público municipal, conforme depoimento de seu Horácio, sua esposa e Dona Ana.

Seu Horácio questionou sobre “*Qual o objetivo deste trabalho?*”, dando a entender que queria saber se seriam utilizados os resultados em benefício próprio ou se teria algum outro destino. Foi quando se reverteu a questão, explicando para eles que o objetivo era devolver os resultados para a própria comunidade e que estes dados poderiam auxiliar na resolução dos

²⁵ Centro de Umbanda, culto afro-brasileiro.

problemas da comunidade do Passo do Onze e que isto também poderia vir a ser utilizado futuramente por outros estudos em outras comunidades.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
DOUTORADO

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Título do trabalho: Empoderamento humano na perspectiva de melhoria da qualidade de vida: da base de uma localidade como suporte ao desenvolvimento regional.

Doutorando: Jaime Quintanilha Gomes

Orientadora: Virgínia Elisabeta Etges

Dia: 15/03/11 **Local:** Passo do Onze **Horário:** 11h00min **Duração:** 00h45min

1) Identificação do entrevistado

Nome: André Cruz

Atividade/Função na época da pesquisa: Entregador de Jornal (Correio do Sul)

Atividade/Função atual: Entregador de Jornal (Minuano)

Reside na comunidade? Sim

2) Sobre a percepção do processo participativo de 2005/2006

De quantas reuniões participou na época? 05

Quais os temas que foram tratados? Calçamento da rua Marcílio Dias

O que você mudaria do que ocorreu no processo participativo? *“Iria participar mais.”*

Qual a diferença do estilo de vida que sua comunidade tinha antes e depois do processo participativo? *“Parece que as pessoas gostavam de se reunir e agora sabem que podem fazer mais coisas assim.”*

3) Sobre a percepção da realidade atual

O que mudou de lá para cá na sua vida? *“Entrei na faculdade e comecei a fazer concursos. Saí mais da comunidade.”*

E na comunidade? *“Acho que se as pessoas voltarem a se reunir na oficina, dessa vez terá mais gente e eu vou participar mais.”*

Que relações estas mudanças têm com o processo desenvolvido? *“Conhecendo outras pessoas nas reuniões me senti mais a vontade de fazer as coisas que eu queria, como estudar, por exemplo.”*

Qual tem sido o seu envolvimento participativo para contribuir para a melhoria de sua comunidade? *“Atualmente, nenhum, pois trabalho de manhã e de tarde e, de noite, vou pra faculdade de contabilidade, pois consegui uma bolsa de estudos com a prefeitura.”*

Observações/Comentários

André faz parte daquele grupo que participava praticamente apenas com a sua presença. Não discursava. Todavia era também considerado como uma peça chave devido a que o mesmo representava sua família constituída por irmãos, mãe, esposa, sobrinhos. Dessa forma, André ouvia e levava as informações para o seio de família, ou seja, constituía a reflexividade prática apontada por Giddens. Discutia em casa e evoluía junto a sua comunidade à sua maneira.

Passo do Onze, 20 de maio de 2006.

Ao chegar à casa do Senhor André Cruz, primeiro residente da margem do arroio Bagé, no Passo do Onze, deparou-se com uma casa de tijolos por ser acabada, ou seja, ainda em construção. Seu André, um sujeito muito tímido a primeira vista, se mostrou muito desenvolto logo em seguida, dizendo-se, inclusive, ser entregador de jornais no Jornal Correio do Sul pela parte da manhã e fazedor de biscates na parte da tarde.

Em sua conversa, Seu André comentou da tranqüilidade que se encontra esta área sofrendo importunações apenas por jovens da própria comunidade ao que, segundo ele, não vem esta rua a merecer a menção de rua violenta. Morador em sua casa a trinta e quatro anos, mostra-se contente principalmente por ser vizinho de sua mãe e de seu tio. E, diga-se de passagem, ofereceu-se em fazer os primeiros contatos para as próximas entrevistas.

Importante para Seu André é a presença de um morador ao lado de sua casa que, segundo ele, caracteriza-se por conter certo perfil de liderança. O que para ele tem um peso importante para a resolução de certos problemas significativos desta parte do Passo do Onze, entre eles o envolvimento para a organização das pessoas para o calçamento da rua.

Para Seu André o papel de um líder é fundamental para que eles consigam alguma coisa em benefício da comunidade. O mesmo salienta que com a presença de líder, a proposta de

calçamento feita pela Prefeitura Municipal em financiar uma parcela da obra seria perfeitamente viável para a sua rua. Embora muitos pensem que eles não teriam condições de arcar com os compromissos financeiros desta empreitada.

Encerrou-se a entrevista com o comentário deste morador dizendo que, com a seca no momento, surge uma quantidade significativa de ratos perturbando sua residência e quando das cheias de inverno ocorre, além da presença dos ratos, também a presença das cobras.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
DOUTORADO

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Título do trabalho: Empoderamento humano na perspectiva de melhoria da qualidade de vida: da base de uma localidade como suporte ao desenvolvimento regional.

Doutorando: Jaime Quintanilha Gomes

Orientadora: Virgínia Elisabeta Etges

Dia: 15/03/11 **Local:** Passo do Onze **Horário:** 15h00min **Duração:** 00h45min

1) Identificação do entrevistado

Nome: Santo Bernardino Coitinho

Atividade/Função na época da pesquisa: Aposentado (Tesoureiro da Associação)

Atividade/Função atual: Aposentado (Tesoureiro da Associação)

Reside na comunidade? Sim

2) Sobre a percepção do processo participativo de 2005/2006

De quantas reuniões participou na época? 07

Quais os temas que foram tratados? Calçamento, arroio Bagé, saneamento básico.

O que você mudaria do que ocorreu no processo participativo? *“Passaria a presidência da associação para outro. E acho que se não fossemos apenas uma rua, mas se fossemos o bairro todo teríamos mais força”.*

Qual a diferença do estilo de vida que sua comunidade tinha antes e depois do processo participativo? *“Foi muito importante a construção da associação daquele jeito. Chegamos a ir à prefeitura.”*

3) Sobre a percepção da realidade atual

O que mudou de lá para cá na sua vida? *“Sigo ajudando as pessoas, mas com a associação poderia ajudar mais pessoas.”*

E na comunidade? *“Acho que eles deveriam participar mais, se envolverem mais nas coisas da comunidade. Não sei se a comunidade enxergou a importância da associação.”*

Que relações estas mudanças têm com o processo desenvolvido? *“Pelo menos eles viram outra coisa.”*

Qual tem sido o seu envolvimento participativo para contribuir para a melhoria de sua comunidade? *“Vou na prefeitura reclamar da nossa situação. Os encanamentos que eu dizia que iriam entupir, entupiram. Moro aqui e conheço este lugar. Acho que alguém precisa assumir a presidência da associação.”*

Observações/Comentários

O senhor Santo acredita que a associação deveria ter maior agilidade. Para ele a presidência deveria ter mudado no instante em que o atual presidente não mais pôde dar a devida atenção à associação. O senhor Santo exerce uma forma de liderança junto a esta comunidade, porém individual e controversa. Segundo ele, tentou encaminhar as propostas de ações coletivas estabelecidas durante as oficinas, mas o presidente não tinha o perfil para resolver os problemas junto às instituições públicas.

Passo do Onze, 03 de junho de 2006.

O senhor Santo Bernardino Coitinho, Seu Santo, como é chamado na comunidade, caracteriza-se por ser também um dos moradores mais antigos da área. Está com sessenta e cinco anos e mora na mesma casa na Canhada do Sapo desde os sete anos de idade. Logo de saída na entrevista, foi perguntado ao Seu Santo sobre sua relação social e o porquê dele ser chamado ou considerado por alguns um líder. Para ele esta consideração tem referência no fato de ele ajudar os vizinhos com pequenas coisas e nunca negar esta ajuda ao longo dos tempos. Segundo ele, algumas partes da comunidade são muito pobres, mas num sentido mais espiritual, pelo que podemos decifrar das palavras deste senhor. Por estas razões, aparentemente transcendentais, é que sua participação das reuniões para a reivindicação da estação de tratamento de água não foi possível. Ademais, conforme suas análises, os encanamentos desta Estação serão inundados e entupidos na primeira chuvarada no Passo do Onze²⁶.

²⁶ Esta também é a opinião de outros moradores do Passo do Onze.

Outra característica deste *líder* está no perfil aparentemente um tanto quanto autoritário para lidar com as situações delicadas entre os seus vizinhos, às quais ele intervém com sua razão.

Quando perguntado sobre sua residência à beira do arroio Bagé, Seu Santo se dignifica com o fato e comenta que seu terreno possui quase setenta metros de profundidade indo até as águas do arroio. Diz o mesmo que sempre manteve a área limpa e demarcada para evitar a ação dos ladrões que usam os fundos deste terreno para esconderem seus delitos. Hoje é sua preocupação também a depredação dos canaviais e outras árvores existentes no local.

Segundo ele, vai lutando como pode contra isso. Seu Santo mostrou o nível das águas quando atingem sua casa. Sua casa possui algumas adaptações para evitar problemas maiores nas enchentes ocasionais.

Falou do problema das cobras, ratos e da quantidade enorme de raposas que moram por ali. Falou também do que considera um descaso do poder público no que tange esta zona da cidade e disse que não sairia mais dali, ou seja, que ficaria em sua casa até morrer.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
DOUTORADO

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Título do trabalho: Empoderamento humano na perspectiva de melhoria da qualidade de vida: da base de uma localidade como suporte ao desenvolvimento regional.

Doutorando: Jaime Quintanilha Gomes

Orientadora: Virgínia Elisabeta Etges

Dia: 15/03/11 **Local:** Passo do Onze **Horário:** 14h00min **Duração:** 00h45min

1) Identificação do entrevistado

Nome: Ana Maria Rodrigues

Atividade/Função na época da pesquisa: Empregada doméstica

Atividade/Função atual: Do lar

Reside na comunidade? Sim

2) Sobre a percepção do processo participativo de 2005/2006

De quantas reuniões participou na época? 07

Quais os temas que foram tratados? Recuperação do arroio e participação

O que você mudaria do que ocorreu no processo participativo? *“Não deixaria terminar.”*

Qual a diferença do estilo de vida que sua comunidade tinha antes e depois do processo participativo? *“Antes parece que não sabíamos como fazer as coisas, agora sabemos, mas não entendo porque parou tudo.”*

3) Sobre a percepção da realidade atual

O que mudou de lá para cá na sua vida? *“Acho que deveríamos continuar nos reunindo.”*

E na comunidade? *“Acho que eles querem voltar a se reunir.”*

Que relações estas mudanças têm com o processo desenvolvido? *“As reuniões foram importantes e a nossa associação também.”*

Qual tem sido o seu envolvimento participativo para contribuir para a melhoria de sua comunidade? *“Atualmente nenhum.”*

Observações/Comentários

A senhora Ana tinha uma atividade de empregada doméstica na época da primeira série de entrevistas, bem como durante as oficinas de devoluções, mas também cuidava de sua mãe na sua própria residência, isto é, moravam juntas na Rua Marcílio Dias. Sua mãe era portadora de uma doença grave e veio a falecer. Atualmente a senhora Ana encontrasse deprimida e sob medicação. Embora na época ela tivesse grande envolvimento e entusiasmo, hoje se encontra afastada do contexto por motivos particulares.

Passo do Onze, 10 de maio de 2006.

A primeira abordagem foi feita à residência da Dona Ana Maria Rodrigues que, segundo ela, chegara a este local e construíra sua casa própria de material faz vinte anos. Desde então constatou vários acontecimentos, principalmente em relação ao arroio Bagé com uma distância de aproximadamente quarenta metros da sua casa. Dona Ana afirma que, desde sua chegada por estas paragens, sempre verificou a existência de enchentes e que nos últimos três anos este fenômeno não tem ocorrido. Com esta falta de escoamento da água do arroio dá-se, conseqüentemente, a junção de mosquitos em demasiada quantidade, gerando um mal estar sensível para a sua qualidade de vida. Dona Ana diz que na sua área não há nenhuma forma de organização comunitária, não reconhece ninguém como líder, mas diz haver uma boa relação entre os vizinhos. Inclusive foi sua a proposta de reunirmos em alguma casa de amigos um grupo de mais ou menos cinco pessoas para fazermos então uma conversa sobre o Passo do Onze, ajudando assim na desenvoltura da investigação. Há cerca de cinco anos foi desenvolvido um trabalho de investigação em nível de mestrado²⁷ na qual, conforme Dona Ana, foi a única vez em que sua comunidade se organizou e reivindicou melhorias para si. Nesta feita eles chegaram a votar em assembléia do Orçamento Participativo da cidade de Bagé, pleiteando a implantação de uma Estação de Tratamento para o Passo do Onze.

No outono de 2006 esta estação foi efetivada. Este ocorrido exalta Dona Ana, pois ela participou de todo o processo. Mas hoje em dia Dona Ana sente esta falta de união e de organização por parte de sua comunidade dizendo que poderia conseguir melhorias para sua gente como, por exemplo, o calçamento da rua e a limpeza do arroio nesta zona do Passo do Onze.

²⁷ Alves, A. L. (2000).

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
DOUTORADO

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Título do trabalho: Empoderamento humano na perspectiva de melhoria da qualidade de vida: da base de uma localidade como suporte ao desenvolvimento regional.

Doutorando: Jaime Quintanilha Gomes

Orientadora: Virgínia Elisabeta Etges

Dia: 16/03/11 **Local:** Passo do Onze **Horário:** 18h00min **Duração:** 00h45min

1) Identificação do entrevistado

Nome: César Camargo Cardoso

Atividade/Função na época da pesquisa: Serviços gerais

Atividade/Função atual: Laudo INSS

Reside na comunidade? Sim

2) Sobre a percepção do processo participativo de 2005/2006

De quantas reuniões participou na época? 07

Quais os temas que foram tratados? Calçamento, arroio Bagé e participação

O que você mudaria do que ocorreu no processo participativo? *“Continuaria com as reuniões.”*

Qual a diferença do estilo de vida que sua comunidade tinha antes e depois do processo participativo? *“Antes esperávamos as eleições para reclamar.”*

3) Sobre a percepção da realidade atual

O que mudou de lá para cá na sua vida? *“Agora eu estou sempre vendo tudo e reclamando.”*

E na comunidade? *“Tem mais gente fazendo isso também.”*

Que relações estas mudanças têm com o processo desenvolvido? *“Quanto mais gente fazendo melhor será para nós mesmos.”*

Qual tem sido o seu envolvimento participativo para contribuir para a melhoria de sua comunidade? *“Já falei até com o prefeito sobre o nosso problema do esgoto.”*

Observações/Comentários

Passo do Onze, 16 de junho de 2006.

Em visita a residência de Seu César Camargo Cardoso, quarenta e um anos de idade, divide esta propriedade com mais três moradores com vínculo de parentesco. Entre eles um homem que desenvolve atividades em construção civil como auxiliar de pedreiro e uma mulher que desenvolve atividades de faxineira sem vínculo empregatício. Nesta casa funciona também por duas vezes na semana um centro de *saravá* na qual não foi mencionado se existe alguma exploração financeira neste ramo.

Esta atividade é regularmente freqüentada tanto por moradores da comunidade do Passo do Onze, quanto por moradores das demais localidades da cidade, contrariando ao que Dona Ana, outra moradora da rua, disse. Seu César mora nesta residência há quatro anos e desconhece o processo que esta comunidade enfrentou ao se organizar para participar de reuniões do Orçamento Participativo, mais ou menos por esta época. Segundo ele, se convidado fosse a participar de alguma reunião desta comunidade, participaria, pois acredita que seria para benefício da própria comunidade. Seu César não possui água em sua moradia e sua condição de morador é de sublocação. Sua única reclamação, além da falta de água em casa para limpar as coisas, está na presença excessiva de mosquitos na sua casa tanto no verão quanto no inverno.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
DOUTORADO

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Título do trabalho: Empoderamento humano na perspectiva de melhoria da qualidade de vida: da base de uma localidade como suporte ao desenvolvimento regional.

Doutorando: Jaime Quintanilha Gomes

Orientadora: Virgínia Elisabeta Etges

Dia: 16/03/11 **Local:** Passo do Onze **Horário:** 09h00min **Duração:** 00h45min

1) Identificação do entrevistado

Nome: Tânia Regina Couto Batista

Atividade/Função na época da pesquisa: Acompanhante de idosos

Atividade/Função atual: Acompanhante de idosos

Reside na comunidade? Sim

2) Sobre a percepção do processo participativo de 2005/2006

De quantas reuniões participou na época? 07

Quais os temas que foram tratados? Arroio Bagé e calçamento

O que você mudaria do que ocorreu no processo participativo? *“Precisamos fazer com que as pessoas participem mais. Outro dia veio o pessoal das associações aqui em casa e me perguntaram por que não fazemos uma reunião com a comunidade e não elegemos outro presidente?”*

Qual a diferença do estilo de vida que sua comunidade tinha antes e depois do processo participativo? *“Acredito que antes cada um fazia as coisas sozinho, não que isso ainda não aconteça, mas agora fomos até a prefeitura através da associação de moradores e fizemos as reivindicações da comunidade. Isso não era assim.”*

3) Sobre a percepção da realidade atual

O que mudou de lá para cá na sua vida? *“O meu filho é o presidente da associação, mas como ele sai para fazer um curso de mestrado na Universidade Federal de Pelotas, com uma bolsa*

de estudos, eu praticamente assumi as responsabilidades da associação. Quando tenho tempo, vou nas reuniões das associações.”

E na comunidade? *“Nos envolvemos com a prefeitura através da associação de moradores e as outras associações de moradores da cidade. Temos uma outra relação com a cidade.”*

Que relações estas mudanças têm com o processo desenvolvido? *“Muitas relações. Aquelas reuniões foram muito importantes para a nossa comunidade. Acho que deveríamos continuar nos reunindo, mas não sei por que o pessoal parece não acreditar nisso às vezes. Meu filho sempre ia à prefeitura depois das reuniões e levava os nossos problemas. Consegui organizar alguns eventos na comunidade. Tentava conscientizar as pessoas para a limpeza do arroio. Hoje, os moradores daqui não colocam mais lixo no arroio, mas as pessoas de fora continuam fazendo isso. É uma vergonha para cidade e pra nós um problema muito sério.”*

Qual tem sido o seu envolvimento participativo para contribuir para a melhoria de sua comunidade? *“Eu assumi as responsabilidades da associação porque o meu filho está estudando e trabalhando noutra cidade. Vou as reuniões das associações sempre que posso e converso com as pessoas daqui sobre os assuntos que são discutidos nelas. Não é fácil convencer essas pessoas a se envolverem com os problemas e buscarem uma solução. Sigo indo na prefeitura e falando com os políticos para ver se resolvemos os nossos problemas de calçamento, luz elétrica e outras coisas que vão aparecendo pra nós.”*

Observações/Comentários

A senhora Tânia é a pessoa mais articulada politicamente dentro da sua comunidade na Rua Marcílio Dias juntamente com seu filho, atual presidente da associação dos moradores da Rua Marcílio Dias, no Passo do Onze. Eles conhecem várias lideranças políticas e tem relativo trânsito entre os corredores de instituições como a Câmara de Vereadores e a Prefeitura Municipal de Bagé. Todavia a sua visão de organização, bem como a do seu filho ainda é composta pela sistemática convencional da política partidária, isto é, favores em troca de votos. Assim, sua “força” está nos momentos de eleições, pois é quando os seus “amigos” lhes podem oferecer algum retorno na expectativa de solucionarem os seus problemas. Então, ficam expostos ao período dos pleitos. Mesmo assim, a senhora Tânia parece ter relativo bom senso ao falar da proposta da investigação apresentada anteriormente na comunidade reconhecendo a sua importância, bem como a importância das reuniões.

Segundo a senhora Tânia seria interessante passar a presidência da associação para outra pessoa. Ela inclusive sugeriu o nome do senhor Santo Bernardino Coitinho embora, segundo ela, ele enfrente problemas de saúde, mas seria a pessoa que mais lutaria pela rua em sua opinião. Mas, fundamentalmente, acredita que através da associação as resoluções dos problemas comunitários ficam mais fáceis de serem resolvidas. Percebe também que a sua interação com as instituições de seu convívio ficaram melhores através da associação dos moradores.

Passo do Onze, 24 de junho de 2006.

Na residência de Dona Tânia Regina Couto Batista, uma senhora de aproximadamente 65 anos de idade, mãe de Fábio, considerado por muitos da Rua Marcílio Dias o melhor líder da zona, fomos recebidos. Dona Tânia de imediato nos convida a entrar em sua casa. Com Fábio, via Internet, acertamos em fazer na casa de Dona Tânia uma reunião de grupo de discussão com seis vizinhos conhecidos dela. Dona Tânia pediu-me mais uns dias para avisar os seus vizinhos de casa, mas ressaltou estar totalmente disposta a colaborar.

Então, perguntei-lhe se poderíamos aproveitar este momento em que nos encontrávamos em sua casa para fazer-lhe algumas perguntas e conversarmos sobre sua rua e o Passo do Onze. A isto Dona Tânia prontificou-se imediatamente e pusemo-nos a conversar. Logo de começo Dona Tânia diz que seu bisavô fora o fundador do Passo do Onze, mas não soube precisar a data de sua chegada na Canhada do Sapo. Salientou que sempre estivera envolvida com política e sempre envolvera sua rua nas suas campanhas. Ultimamente pratica ainda mais esta atividade, devido a seu filho estar ocupando um cargo de confiança na Câmara de Vereadores de Bagé. Ainda assim Dona Tânia comentou, quando perguntada sobre a situação do arroio, dizendo que é uma vergonha e que em época de eleição os políticos prometem muitas coisas para solucionar os problemas de poluição, mas nada chega a concretizar-se. Dona Tânia mora no lado de cima da rua, mas mesmo assim preocupa-se com os moradores do lado de baixo e junto às margens do arroio Bagé. Esta senhora chegou a mencionar uma espécie de canalização das margens do arroio como solução aos diversos problemas referentes ao tema.

Dona Tânia parece ter desenvolvido um claro senso de organização política, pois quando precisa ativar em prol de algum político da cidade ela de imediato angaria os apoios e

votos de seu interesse, mas no que tange a dimensão de sua comunidade não ficou muito claro seu envolvimento.

Não fugindo a regra da Rua Marcílio Dias, no Passo do Onze, Dona Tânia não poupou reclamações no que diz respeito à quantidade de mosquitos em sua casa, mesmo durante o inverno, e alega como responsável por isso, além da poluição dos esgotos jogados ao longo do arroio, há também a questão dos resíduos sólidos despejados pela população da cidade, que por meio de seus veículos passam na ponte do Passo do Onze e jogam suas sacolas com estes resíduos.

Passo do Onze, 01 de julho de 2006.

Novamente em residência de Dona Tânia, na qual já se havia entrevistado anteriormente e aonde fora marcada uma reunião com uma semana de antecedência que propunha formarmos um pequeno grupo de quatro a cinco integrantes para discutirmos questões relativas ao arroio, à organização comunitária e questões relativas à economia da comunidade do Passo do Onze na Rua Marcílio Dias. Compareceram a esta reunião apenas duas pessoas. Nesta conversa surgiu o tema e discutiu-se basicamente sobre os benefícios de uma canalização do arroio Bagé e também sobre a importância e influência da política partidária municipal como instrumento de contribuição e colaboração para a resolução das questões estruturais da comunidade como, por exemplo, colocação de bueiros, limpeza do arroio, calçamento e demais soluções para a população desta rua. Nesta pequena reunião ficou clara a dependência política no que tange a capacidade de organização comunitária, quer dizer, os problemas e as necessidades destas pessoas são solucionados conforme propostas exteriores aos grupos. Isto é, a recuperação do arroio nesta parte só teria solução se partisse de autoridades competentes, pois a comunidade não teria condições de participar e de ajudar neste processo. Daí então, que a canalização do arroio torna-se uma alternativa viável sob o ponto de vista desses moradores mostrando a limitação da consciência ambiental e social. Nesta perspectiva filosófica eles ressaltam sua participação em ações político partidárias em épocas de pleito.